

A portrait of Aécio Dantas Júnior, a middle-aged man with glasses, wearing a dark pinstriped suit, a light blue shirt, and a red tie. He is smiling and has his arms crossed. The background is a textured, light-colored wall.

Entrevista

# Aécio Dantas Júnior assume a Presidência do Conselho Federal de Contabilidade

---

Artigos abordam importantes temas para a profissão

 Clique nas miniaturas ou números para navegar pelo conteúdo da RBC

## SUMÁRIO

Palavra do Presidente

3



Entrevista  
Aécio Dantas Júnior assume a Presidência do Conselho Federal de Contabilidade

Fabrcio Lourenço e Lorena Molter

5



Artigo  
Determinação da Base de Cálculo do Imposto de Renda: uma Proposta para as Cooperativas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde

Yúri Viana da Mota e Elivania Leal Ribeiro

9



Artigo  
Fatores influenciadores da rentabilidade das cooperativas de crédito brasileiras

Letícia Luanda Maia, Valéria Gama Fully Bressan, Ana Carolina Vasconcelos Colares e Niara Gonçalves da Cruz

21



Artigo  
Eficiência financeira na gestão dos recursos públicos das capitais brasileiras

Ingrid Renally Gomes Ferreira e Antonio Firmino da Silva Neto

37



Artigo  
Aplicação dos recursos públicos na promoção da saúde do Município de Caicó (RN) nos anos de 2018 a 2020

Deylane Freitas Fontes Júnior e Luziana Maria Nunes de Queiroz

51



Artigo Convidado  
*Expertise* do Conselho de Administração, rentabilidade e valor de mercado de empresas transnacionais

Ivonaldo Brandani Gusmão e Romualdo Douglas Colauto

65



Artigo  
Finanças pessoais e atuação dos alunos na prática diária: um estudo no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba – Campus/IV

Juliane Eustáquio Rosendo e Ana Cândida Ferreira Vieira

81

## PALAVRA DO PRESIDENTE

É com imenso orgulho que escrevo o meu primeiro editorial desta honrosa Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) como presidente do Conselho Federal de Contabilidade, publicação esta tão respeitada e que vem reunindo, ao longo de sua história, registros técnicos de diversos acadêmicos e profissionais engajados em estudo e pesquisa no âmbito das Ciências Contábeis, segmento tão importante para a evolução da economia no país e no mundo.

Tenho 34 anos de exercício profissional dedicados integralmente à Contabilidade e acredito que a capacitação é sempre o melhor caminho para o êxito. Como presidente do CFC, um dos meus principais objetivos é seguir incentivando a trilha do conhecimento, combustível para o desenvolvimento da Contabilidade, que busca profissionais cada vez mais conectados e preparados para os novos desafios impostos pelos avanços sociais e tecnológicos.

Nesta edição, fui entrevistado pela equipe de jornalismo do CFC e pude compartilhar a minha visão sobre o impacto tecnológico na Contabilidade, as principais ações do Sistema CFC/CRCs para a gestão 2022-2023, bem como discutir os novos desafios do cenário econômico frente à pandemia que ainda perpassa mundo. Também tive a oportunidade de falar sobre a relação da Contabilidade com as práticas ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês) e como devemos atuar nesse contexto, ou seja, nesta entrevista, é possível conhecer um pouco mais sobre as metas da nova gestão do Conselho Federal de Contabilidade, bem como a minha opinião acerca dos temas que estão em voga no debate mundial.

Além disso, a edição n.º 253 da RBC traz os seguintes artigos: Finanças pessoais e atuação dos alunos na prática diária: um estudo no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba – Campus/IV, de Juliane Eustáquio Rosendo e Ana Cândida Ferreira Vieira; Expertise do Conselho de Administração, rentabilidade e valor de mercado de empresas transnacionais, de Ivonaldo Brandani Gusmão e Romualdo Douglas Colauto; Aplicação dos recursos públicos na promoção da saúde do Município de Caicó (RN) nos anos de 2018 a 2020, de

Arquivo CFC/Samuel Figueira



Aécio Prado Dantas Júnior  
Presidente do CFC

Deylane Freitas Fontes Júnior e Luziana Maria Nunes de Queiroz; Eficiência financeira na gestão dos recursos públicos das capitais brasileiras, de Ingrid Renally Gomes Ferreira e Antonio Firmino da Silva Neto Artigo Fatores; Influenciadores da rentabilidade das cooperativas de crédito brasileiras, de Letícia Luanda Maia, Valéria Gama Fuly Bressan, Ana Carolina Vasconcelos Colares e Níara Gonçalves da Cruz; e Determinação da Base de Cálculo do Imposto de Renda: uma Proposta para as Cooperativas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, de Yúri Viana da Mota e Elivania Leal Ribeiro.

Tenho certeza de que esta será mais uma edição das diversas publicações importantes que registramos até aqui e com um motivo ainda mais especial, pois marca o início de um novo mandato no Conselho. Por isso, quero aproveitar este espaço para reforçar o que tenho dito para todos os meus queridos colegas de profissão: buscaremos fazer uma gestão extremamente participativa, dando voz a todos os nossos conselheiros e apoiando muito de perto a atuação dos Conselhos Regionais. Precisamos falar uma mesma língua, fazer ecoar uma única voz. Alinhados e sob a coordenação do CFC, lutaremos juntos, enfrentaremos unidos todos os percalços, de mãos dadas, dando sempre o nosso melhor para o desenvolvimento da profissão contábil.

Desejo a todos uma ótima leitura.

## EXPEDIENTE

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE  
Edição n.º 253, janeiro/fevereiro de 2022 – periódico bimestral  
ISSN 0104/8341

### > Editor

Conselho Federal de Contabilidade  
SAUS, Qd. 5, Bl. J, Ed. CFC, Brasília (DF) – CEP 70070-920  
site: [www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br); e-mail: [cfc@cfc.org.br](mailto:cfc@cfc.org.br)

### > Conselho Diretor

#### Presidente

Contador Aécio Prado Dantas Júnior

#### Vice-presidentes

Contadora Ana Tércia Lopes Rodrigues

Contador Carlos Henrique do Nascimento

Contador Carlos Rubens de Oliveira

Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho

Contador José Donizete Valentina

Contador Manoel Carlos de Oliveira Júnior

Contadora Sandra Maria de Carvalho Campos

Contadora Vitória Maria da Silva

### > Conselheiros Efetivos

Contador Adriano de Andrade Marrocos

Técnico em Contabilidade Aginaldo Mocelin

Contadora Andrezza Carolina Brito Farias

Contador Bruno Sítônio Fialho de Oliveira

Contadora Gercimira Ramos Moreira Rezende

Contador Haroldo Santos Filho

Contador Heráldo de Jesus Campelo

Contador José Domingos Filho

Contador José Gonçalves Campos Filho

Contadora Luana Aguiar Pinheiro Costa

Contadora Maria do Rosário de Oliveira

Contador Mateus Nascimento Calegari

Contadora Palmira Leão de Souza

Contador Rangel Francisco Pinto

Contador Sebastião Célio Costa Castro

Contador Sérgio Faraco

Contadora Ticiane Lima dos Santos

Contador Wellington do Carmo Cruz

### > Conselheiros Suplentes

Contador Aloísio Rodrigues da Silva

Contadora Ana Luíza Pereira Lima

Contadora Angela Andrade Dantas Mendonça

Contador Antonio Carlos Sales Ferreira Junior

Contador Antônio de Pádua Soares Pelicarp

Contador Arleon Carlos Stelini

Técnico em Contabilidade Cíl Farney Assis Rodrigues

Contador Edneu da Silva Calderari

Contador Elias Dib Caddah Neto

Contador Erivan Ferreira Borges

Contador Fabiano Ribeiro Pimentel

Contador Francisco Fernandes de Oliveira

Contador Geraldo de Paula Batista Filho

Contador Glaydson Trajano Farias

Contador José Alberto Viana Gaia

Contador Leonardo Silveira do Nascimento

Contadora Liliana Farias Lacerda

Contadora Lucilene Florêncio Viana

Contadora Marlise Alves Silva Teixeira

Técnico em Contabilidade Maurício Gilberto Cândido

Contadora Mônica Foerster

Contador Nilton Luiz Lima Praseres

Contador Norton Thomazi

Contador Roberto Schulze

Contadora Sônia Maria da Silva Gomes

Contador Valmir Leôncio da Silva

Contador Weberth Fernandes

### > Coordenadora do Conselho Editorial da RBC

Doutora Jacqueline Veneroso Alves da Cunha

### > Conselho Editorial da RBC

Doutor Antonio Ranha da Silva

Doutor Emanuel Marcos Lima

Doutor Ernani Ott

Doutor Luiz Alberton

Doutora Rosimeire Pimentel Gonzaga

Doutor Wenner Glauco Lopes Lucena

Doutorando José Luiz Nunes Fernandes

Doutoranda Marisa Luciana Schwabe de Moraes

### > Jornalista Responsável

Rafaela Feliciano – 7830/DF

### > Redação

Fabrizio Lourenço e Lorena Molter

### > Projeto Gráfico

Igor Outeiral, Marcus Hermeto e Thiago Luis Gomes

### > Diagramação

Dianne Freitas e Sabrina Mourão

### > Revisão

Maria do Carmo Nóbrega

### > Ilustrações

Allan Patrick

### > Colaboradora

Maria do Carmo Nóbrega

### > Artigos

Telefone: (61) 3314-9606 – e-mail: [rbcartigos@cfc.org.br](mailto:rbcartigos@cfc.org.br)

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



## ENTREVISTA

# Aécio Dantas Júnior assume a Presidência do Conselho Federal de Contabilidade

Por Fabício Lourenço e Lorena Molter

No dia 5 de janeiro, o sergipano Aécio Prado Dantas Júnior foi empossado como presidente do CFC, em Brasília (DF). Detentor de uma sólida trajetória profissional na Contabilidade, Dantas teve início na vida classista em 2010, ao se tornar presidente do Conselho Regional de Sergipe.

O contador Aécio Dantas Júnior, chegou à Presidência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para dar continuidade aos trabalhos realizados pelos seus antecessores. Trabalhos esses que projetaram a contabilidade brasileira no cenário mundial. E, com a tecnologia que vem modernizando a profissão, o desafio torna-se ainda maior. “Com a transformação digital permeando o mundo da Contabilidade, a adoção de um novo modelo de atuação profissional é condição de sobrevivência”, destaca o contador que tem a nobre missão de representar os mais de 522 mil profissionais da contabilidade em todo o país.

“O Conselho sergipano é pequeno. Normalmente, um conselho pequeno tem uma característica especial porque é necessário conhecer todos os setores de uma forma muito profunda, de modo que se interaja com a operação de algumas áreas. Tudo isso me deu uma experiência para poder chegar ao Conselho Federal de Contabilidade”, contou.

A bagagem adquirida à frente da Presidência do CRCSE contribuiu para que Aécio Dantas conseguisse enxergar, de forma mais estratégica, as necessidades dos Conselhos Regionais. Concluído o trabalho em sua terra natal, o profissional assumiu a Vice-Presidência de Desen-

volvimento Operacional do CFC. Ele ressaltou que os conhecimentos absorvidos anteriormente contribuíram para aquela nova etapa. “Essa Vice-Presidência cuida da relação com os Conselhos Regionais e isso foi um facilitador para mim porque eu já tinha uma visão muito interessante do que é a gestão dos CRCs e também de um Conselho pequeno, que enfrenta dificuldade de toda natureza, inclusive de pessoal e financeira. Isso pavimentou o caminho para que eu pudesse, durante a minha passagem nessa área operacional, ter um contato mais próximo, ter a percepção do que os Conselhos Regionais realmente necessitam”, afirmou.

O novo presidente do CFC aponta que esse conhecimento e essa sensibilidade foram fundamentais para que ele pudesse chegar ao Conselho Federal e se dedicar a um trabalho voltado para o desenvolvimento e para a estruturação dos Conselhos Regionais. Dantas também foi vice-presidente de Desenvolvimento Profissional na gestão 2020-2021. Orgulho é palavra que define o novo presidente do CFC, que tem, na família, o seu porto seguro. Nesta entrevista para a RBC, ele fala sobre a profissão e os desafios de assumir o maior órgão classe contábil brasileira.

#### **RBC – Como é para o senhor chegar à Presidência do Conselho Federal de Contabilidade?**

**Aécio Dantas** – Sem dúvida, um dos grandes desafios da minha vida. Venho de um Conselho Regional de Contabilidade pequeno, que me deu toda base e estrutura para que eu entendesse a sistemática da vida classista. Tenho que confessar que me apaixonei por esse ofício, que é o de servir à classe contábil brasileira, e quando fui convidado para assumir a Vice-Presidência de Desenvolvimento Operacional do CFC, fiquei ainda mais impressionado com a pujança da nossa Contabilidade. Da bagagem adquirida no Regional e do que aprendi nas vice-presidências, passei a ter uma visão sobre a gestão nos Conselhos Regionais, além de contribuir para o desenvolvimento da educação continuada e coordenar o Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC), quando assumi por dois anos (2020-2021) a Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional. O desafio será imenso. Somos mais de 522 mil profissionais e quase 80 mil organizações contábeis espalhadas por todo o país, que atuam em várias áreas da nossa profissão e que enfrentam diferentes adversidades. O olhar do nosso

Conselho precisa alcançar a todos. É preciso que os nossos profissionais sintam a presença do Conselho como um órgão fiscalizador, porque esta é a nossa essência, a nossa razão de existir, mas que também nos enxerguem como uma entidade que luta diariamente pela melhoria da nossa profissão e do nosso ambiente de trabalho.

#### **RBC – Quais serão as primeiras ações da sua gestão?**

**Aécio Dantas** – Sobre as atividades no biênio que se inicia, destaco que vamos dar continuidade ao trabalho consistente e organizado da gestão anterior, que foi liderada pelo presidente Zulmir Breda. Nosso objetivo também é estreitar ainda mais os laços com as instituições de interesse da classe contábil, o que fortalece o nosso Sistema. Nos últimos anos, por exemplo, estivemos bem próximos da Receita Federal do Brasil (RFB). Esse relacionamento permitiu que transmitíssemos as necessidades e as dificuldades dos contadores para o órgão. Ao mesmo tempo, a RFB estava sempre pronta para esclarecer as nossas dúvidas e para participar de nossos treinamentos virtuais como palestrantes.

Outra meta é apresentar diferentes horizontes aos profissionais da contabilidade, demonstrando as mudanças no perfil do contador. Somos menos executores e mais consultores e, além disso, não podemos nos esquecer de que a tecnologia é uma de nossas principais aliadas. Pretendemos contribuir para que as empresas contábeis trabalhem continuamente pela sua digitalização e que a classe domine esse universo. Por fim, manteremos nossa aproximação com a classe para que, juntos, consigamos superar o período pandêmico e possamos orientar nossos clientes da melhor forma possível, entre outras iniciativas.

#### **RBC – Qual a sua percepção, no cenário atual, do impacto tecnológico na contabilidade?**

**Aécio Dantas** – Com a transformação digital permeando o mundo da Contabilidade, assim como vem ocorrendo em praticamente todas as profissões, a adoção de um novo modelo de atuação profissional é condição de sobrevivência. Tecnologias como 5G, Inteligência Artificial, Internet das Coisas, Blockchain, Metaverso já são realidades em nosso ambiente de trabalho. Outras tantas ferramentas do mundo digital certamente surgirão e impactarão, ainda mais, a nossa forma de trabalhar e de se relacionar. É preciso assimilarmos, de uma vez, que a tecnologia será sempre a nossa aliada.

#### **RBC – Quais desafios o profissional da contabilidade ainda terá que superar nos próximos anos?**

**Aécio Dantas** – Em um primeiro momento, a pandemia do coronavírus apresenta-se como um desafio para qualquer profissional, principalmente em função de seus impactos econômicos. Por outro lado, e falando especificamente da Contabilidade, a covid-19 também trouxe oportunidades. Em função de nossa atuação durante a proliferação dessa doença – estudando, analisando e aplicando, em um curto espaço de tempo, uma infinidade de normas publicadas pelo Governo voltadas, principalmente, para a preservação do emprego e da renda –, nossa essencialidade ficou ainda mais evidente.

Durante a pandemia, prestamos consultoria constante aos nossos clientes. Além disso, criamos planos estratégicos que envolviam o enfrentamento aos efeitos da covid-19 e a elaboração de ações para o pós-pandemia. Desse modo, preparamos as empresas para o futuro também. Nosso desafio é acompanhar esses negócios na caminhada rumo à recuperação econômica do país.

Estamos preparados para isso. Outro ponto de atenção é mantermos a nossa atualização e nos prepararmos, a cada dia, para as transformações tecnológicas que ainda estão a caminho.

**RBC – Ainda sobre os desafios que o profissional terá que superar: é preciso mudar?**

**Aécio Dantas** – Precisamos nos envolver e entender os processos de gestão dos nossos clientes e oferecer-lhes resultados. Precisamos ser mais consultores do que executores. Em outras palavras, a Contabilidade está deixando de ser reativa para ser mais proativa. A utilização dessas variadas soluções tecnológicas disponíveis possibilita uma maior compreensão da saúde financeira de uma empresa, automatizando a coleta de dados e simplificando as tarefas de gestão, para que os profissionais da contabilidade possam se concentrar naquilo que sabem fazer de melhor: analisar dados, detectar oportunidades de crescimento e auxiliar na tomada de decisões. Este é o perfil que almejamos para a classe: profissionais conectados, inovadores, preparados para as demandas atuais do mercado, mas que jamais se afastem dos princípios éticos e das normas que norteiam a nossa profissão.

**RBC – A Contabilidade entrou definitivamente para promover as práticas ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês). Como o senhor avalia esse cenário e a inserção dos profissionais nesse contexto?**

**Aécio Dantas** – Quando os riscos de colapso global acendem os faróis amarelos para questões de sustentabilidade do nosso planeta, a Ciência Contábil vem sendo chamada para, mais uma vez, dar a sua contribuição, desenvolvendo padrões globais de mensuração do impacto ambiental e social das atividades econômicas desenvolvidas ao redor do mundo. Teremos um gigantesco desafio pela frente, que é o de atender a essa demanda na busca de uma mudança de paradigma da economia em que os fundamentos do capitalismo não sejam somente aqueles ditados há mais de um século, nos quais as corporações deveriam existir apenas para gerar lucros aos seus investidores. Vamos atender a este chamado, que reclama a adoção de providências urgentes de todos nós, profissionais da contabilidade, para definirmos padrões contábeis de aferição e consequente divulgação da aderência e comprometimento das organizações com a agenda ESG de sustentabilidade global.

**RBC – Que mensagem o senhor pode deixar para os profissionais da contabilidade?**

**Aécio Dantas** – Precisamos ser enérgicos na defesa das nossas prerrogativas e do nosso Código de Ética. Por meio da atuação dos Conselhos Regionais, utilizaremos todos os cruzamentos de informações já disponíveis para coibir o exercício irregular da profissão. Não hesitaremos, em nenhum momento, quando estas forem as pautas.

Buscaremos fazer um mandato extremamente participativo, dando voz a todos os nossos conselheiros e apoiando muito de perto a atuação dos Conselhos Regionais. Conheço as dores e angústias daqueles que possuem a nobre missão de comandar seus Regionais e, muitas vezes, não dispõem de capital humano ou condições financeiras para realizar uma ou outra ação. Podem contar conosco, meus caros presidentes. Precisamos falar uma mesma língua, fazer ecoar uma única voz. Alinhados e sob a coordenação do CFC, lutaremos juntos, enfrentaremos unidos todos os percalços, de mãos dadas, dando sempre o nosso melhor para o desenvolvimento da profissão contábil.

“Precisamos nos envolver e entender os processos de gestão dos nossos clientes e oferecer-lhes resultados. Precisamos ser mais consultores do que executores. Em outras palavras, a Contabilidade está deixando de ser reativa para ser mais proativa.”



# Determinação da Base de Cálculo do Imposto de Renda: uma Proposta para as Cooperativas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde

A defasada legislação que regulamenta a atividade cooperativa no Brasil e as normativas, com caráter arrecadatório, da Receita Federal do Brasil (RFB), representam obstáculo à apuração segura da base de cálculo do Imposto de Renda das Cooperativas Operadoras de Plano de Assistência à Saúde (OPS). Essas empresas são relevantes no segmento em que atuam e seus contadores devem gozar de critérios claros e razoáveis para a correta apuração do imposto de renda. Assim, o objetivo geral desta pesquisa é aferir a segurança do profissional da contabilidade na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda dessas empresas e propor sugestão de metodologia para sua apuração. Este estudo baseou-se em pesquisa de campo e bibliográfica, aplicando questionário aos contadores responsáveis pelas cooperativas OPS e investigaram-se as metodologias de apuração mais usadas para o IRPJ das cooperativas OPS. Sobre os resultados, identificou-se que, para 80% dos contadores entrevistados, não há clareza na legislação tributária vigente quanto aos critérios para apuração do IRPJ no segmento das empresas objeto do estudo, e foi proposta, como critério racional e contabilmente condizente com os princípios contábeis e propósitos cooperativos constitucionais, a metodologia de cálculo baseada na hipótese nomeada de “finalístico restritiva”, que tem como critério de rateio o custo assistencial das OPS, considerando como ato cooperativo as operações de assistência à saúde efetuadas diretamente pelo cooperado e, cujo benefício econômico lhe seja pago diretamente, sem intermediação de empresa não cooperativa.

## Yúri Viana da Mota

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Pós-graduado em Contabilidade Fiscal e Tributária, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Coordenador Financeiro do Grupo Unimed Teresina  
E-mail: yurivianadamota@gmail.com

## Elivania Leal Ribeiro

Mestre em Ciências Contábeis (FUCAPE). Pós-graduada em Contabilidade e Direito Tributário por IPOG e IEMP. Graduada em Ciências Contábeis pela UNESC. Contadora e gestora da Ribeiro & Leal Contadores Associados, atua há mais de 20 anos na gestão de tributos  
E-mail: elivania\_ribeiro@hotmail.com

## 1. Introdução

O tipo societário cooperativo foi escolhido para elaboração deste estudo pelo fato de as cooperativas OPS serem responsáveis por, aproximadamente, um terço da cobertura de plano de saúde do tipo médico-hospitalar no Brasil, tanto em termos de números de beneficiários quanto em volumes de receitas, despesas assistenciais e tributos, conforme números divulgados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e observado no quadro 1.

Todavia, este tipo societário encontra-se sob a ameaça da incerteza quanto aos devidos critérios a serem utilizados para a apuração do ato cooperativo e da base de cálculo do imposto de renda. A legislação é obscura e os pronunciamentos contábeis relegam às leis as caracterizações e enquadramentos necessários, deixando o contador confuso em meio a tantas indefinições, que acabam por prejudicar o desenvolvimento do sadio trabalho contábil.

Na investigação do caso, foram levantados, na fundamentação teórica, as normas técnicas contábeis que norteiam a apuração dos resultados das empresas de uma maneira geral e a legislação que envolve a atividade cooperativa, desde a Constituição Federal até a normatização infralegal no intuito de respaldar doutrinária e legalmente a proposta a ser apresentada.

Todavia, toda a fundamentação teórica precisa ser verificada na sua prática contábil diária, o que foi feito por meio de pesquisa de campo com os contadores do ramo empresarial. Os dados produzidos foram apresentados e analisados no intuito de cumprir o objetivo geral deste artigo, qual seja a elaboração de proposta de apuração da base de cálculo

Quadro 1 – Representatividade das Cooperativas OPS no Segmento de Assistência Médica

Dados	OPS em Geral	OPS Cooperativas	Representatividade
Nº de beneficiários	46.911.423	17.301.015	36,88%
Nº de operadoras com beneficiários ativos	712	278	39,04%
Receita	108.410.071.030,00	36.256.046.239,00	33,44%
Despesa assistencial	77.580.772.413,00	25.680.165.407,00	33,10%
Impostos (4.6.5.1.)	72.470.728,24	25.864.961,75	35,69%

Fonte: dados do 2º trimestre de 2020: <http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor/sala-de-situacao>

do imposto de renda nas pessoas jurídicas cooperadoras OPS.

Espera-se que o presente trabalho contribua para a elaboração de proposta interpretativa da legislação, ou mesmo como base para a elaboração de eventual proposta de lei, que confira devido tratamento tributário ao ato cooperativo nas empresas alvo deste.

## 2. Fundamentação Teórica

Para compreensão do problema objeto desse trabalho, é necessário entender as normas contábeis referentes às cooperativas, bem como a legislação tributária e o entendimento dominante dos órgãos de justiça brasileiros que se afetam o entendimento sobre o ato cooperativo e seus reflexos para o cálculo do IRPJ das cooperativas OPS.

### 2.1 Normas contábeis

É importante começar pela conceituação contábil. A estrutura conceitual básica da contabilidade, definida pela NBC TG, apresenta que:

Receitas são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.

Despesas são reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.

Essa mesma estrutura conceitual reafirma em seu item 1.17 a consagrada metodologia de registro dos eventos financeiros das entidades pelo regime de competência, devendo assim a entidade registrar os eventos contábeis no momento da ocorrência do evento modificativo do patrimônio ou da expectativa de desempenho futuro decorrente de transação presente. Assim, em condições normais de contabilização, as receitas e os respectivos custos tendem a ter registro e confrontação no resultado econômico no intuito de avaliar mais precisamente o resultado econômico dos atos empresariais, corroborando para obediência ao direcionamento técnico confrontação entre receitas e des-



“O tratamento tributável mais favorável mencionado pelo ilustre ministro não se refere necessariamente à isenção tributária, uma vez que o texto constitucional relega a lei complementar a ser editada posteriormente a regulamentação da matéria.”

pesas, ressaltado pelo item 5.5 da mesma norma, conforme segue:

O reconhecimento inicial de ativos ou passivos decorrentes de transações ou outros eventos pode resultar no reconhecimento simultâneo tanto de receitas como das respectivas despesas. Por exemplo, a venda de produtos à vista resulta no reconhecimento de receita (do reconhecimento do ativo – caixa) e da despesa (do desreconhecimento de outro ativo – produtos vendidos). O **reconhecimento simultâneo das receitas e das respectivas despesas**, às vezes, é referido como a **confrontação entre custos e receitas**. A aplicação dos conceitos nesta Estrutura Conceitual leva a essa confrontação quando resulta do reconhecimento de mudanças nos ativos e nos passivos.

Tal princípio é de extrema relevância para a metodologia aqui apresentada, constituindo fator determinante para as vinculações entre os tipos de ‘custos’ com as receitas que lhes correspondam. Em decorrência dele, é desarrastado se pensar em uma receita auferida sem algum custo ou despesa que lhe corresponda, bem como é, no mínimo, incoerente pensar em custo ou despesa sem receita alguma que lhe corresponda.

Uma vez confrontadas receitas e despesas e verificada a eficiência econômica dos atos contábeis, esta é consolidada no relatório que afere o desempenho econômico de uma entidade chamado de Demonstração de Resultado, o qual possui como produto final o lucro, ou o prejuízo de uma entidade, o qual deverá ser ajustado, conforme a legislação tributária, para determinação da base de cálculo dos impostos incidentes sobre o lucro.

A NBC TG 32, que versa sobre os tributos sobre o lucro, apresenta os seguintes conceitos:

Resultado contábil é o lucro ou prejuízo para um período antes da dedução dos tributos sobre o lucro.

Lucro tributável (prejuízo fiscal) é o lucro (prejuízo) para um período, determinado de acordo com as regras estabelecidas pelas autoridades tributárias, sobre o qual os tributos sobre o lucro são devidos (recuperáveis).

Dessa forma, o lucro (resultado contábil) aferido em um determinado período não necessariamente será igual à base de tributação dos “Impostos sobre o Lucro”, uma vez que a legislação tributária brasileira não se vincula aos princípios contábeis e aos pronunciamentos técnicos da

Ciência Contábil. Algumas despesas contabilizadas no resultado da entidade não são consideradas para fins de tributação, bem como algumas receitas, e todos estes eventos modificativos para apuração do lucro tributável precisam ser justificados com base na legislação tributária e evidenciados ao Fisco.

A norma técnica do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) referente às cooperativas, qual seja a ITG 2004, apresenta em seu item 3 a definição de cooperativa como sendo:

Entidade cooperativa é aquela que exerce as atividades na forma de lei específica, por meio de atos cooperativos, que se traduzem na prestação de serviços aos seus associados, sem objetivo de lucro, para obterem em comum melhores resultados para cada um deles em particular. Identificam-se de acordo com o objeto e pela natureza das atividades desenvolvidas por seus associados.



Essa definição é importante por vincular a caracterização da entidade cooperativa pelas atividades por ela desenvolvida, conforme a legislação cooperativa.

A ITG 2004 ainda apresenta a definição para o ato cooperativo em seu item 5, com a seguinte redação:

As seguintes expressões usadas nesta interpretação têm os significados: Movimentação econômico-financeira decorrente de ato cooperativo é definida contabilmente como ingressos (receitas por conta de cooperados) e dispêndios (custos e despesas por conta de cooperados) e aquela originada de ato não cooperativo corresponde a receitas, custos e despesas. Ato cooperativo é aquele de interesse econômico do cooperado conforme definido em legislação própria. (...)

Assim, a interpretação técnica determina uma distinção terminológica, mas deixa evidente na explicação dos termos apresentados que as características de ingressos e receitas são equivalentes, bem como as de dispêndios e custos/despesas. Disso podemos depreender que os princípios e normas contábeis que versam sobre receitas e custos/despesas são aplicáveis aos ingressos e dispêndios decorrentes da atuação do cooperado naquilo em que não houver diferenciação. Como exposto anteriormente, a confrontação entre receitas e despesas para fins de apuração do

resultado econômico encontra perfeita aplicabilidade na relação entre ingressos e dispêndios decorrentes da atuação do cooperado.

## 2.2 Legislação e as cooperativas Operadoras de Plano de Assistência à Saúde (OPS)

### 2.2.1 Constituição Federal De 1988

**A Constituição Federal prevê um tratamento tributário diferenciado a ser dispensado ao cooperativismo, sendo este fator a ser estimulado e favorecido, conforme se observa em seu Art. 174:**

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

[...]

§ 2º A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

§ 3º O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.

§ 4º As cooperativas a que se refere o parágrafo anterior terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com o art. 21, XXV, na forma da lei. (Constituição Federal, 1988, grifo nosso)

Também, no Art. 146, III, "d", o constituinte previu um "adequado tratamento tributário" às cooperativas, sobre o qual preleciona o nobre

ministro do Superior Tribunal de Justiça Ives Gandra:

Há decisão do STF declarando que "adequado" não quer dizer "necessariamente preferencial". Se, entretanto, o inciso c não tivesse por finalidade diferenciar o "ato cooperativo" dos demais "atos de densidade econômica", o dispositivo seria rigorosamente inútil, absolutamente inócuo, acintosamente desnecessário, sobre passar um atestado de insensatez ao constituinte, em dispor que o "tratamento adequado ao ato cooperativo" haveria de ser rigorosamente igual ao dispensado aos demais atos mercantis ou de prestação de serviços! (MARTINS, 2005, p.320-321)

O tratamento tributável mais favorável mencionado pelo ilustre ministro não se refere necessariamente à isenção tributária, uma vez que o texto constitucional relega a lei complementar a ser editada posteriormente a regulamentação da matéria.

### 2.2.2 Lei das cooperativas

A lei complementar de que trata a Constituição Federal para disciplina do tratamento adequado às cooperativas nunca foi promulgada. Foi elaborado o Projeto de Lei n.º 110, de 2009, pelo Senado Federal, de iniciativa do Senador Raimundo Colombo, mas, em virtude da morosidade do processo legislativo e da falta de priorização da matéria, o projeto acabou não se convertendo em lei, de forma que a atividade cooperativa ainda é guiada pela Lei n.º 5.764/1971, anterior à Carta Magna.

A referida lei caracteriza as cooperativas como sociedades de pessoas para o exercício de atividade econômica (Art. 3º). Assim sendo, estas se caracterizam por atividade empresarial, não de cunho assistencial ou beneficente. Tem o intuito de prestar serviço ao associado,



“A cooperativa é a consubstanciação do ideal solidarista de resolver o dilema da desigualdade social por meio de uma proposta que envolve a entreatajuda e a união de economias individuais no intuito de um propósito econômico comum.”

conduzindo-o à melhoria de sua situação econômica. Segundo Gide (1937, p.31 apud FRANKE, 1973, p. 2), “solidariedade é um fato social que se traduz, objetivamente, em relação de interdependência entre os homens, de tal sorte que a ação desenvolvida por um repercuta, bem ou mal, nos outros”. A cooperativa é a consubstanciação do ideal solidarista de resolver o dilema da desigualdade social por meio de uma proposta que envolve a entreatajuda e a união de economias individuais no intuito de um propósito econômico comum. No entanto, esta lei possui uma caracterização precária do ato cooperativo, uma vez que os tipos de sociedades cooperativas e ramos de atuação destas no mercado nacional não eram tão abundantes quando da edição da lei, quanto hoje se vê. Essa precariedade de caracterização acaba por prejudicar o usufruto de benefícios fiscais presentes na legislação tributária do imposto de renda, a qual prevê a não incidência de imposto de renda sobre “suas atividades econômicas, de proveito comum, sem objetivo de lucro”.

A Lei n.º 5.764/1971, que define a política nacional do Cooperativismo, caracteriza o ato cooperativo como:

Art. 79. Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais.

Parágrafo único. O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.

A defasagem do conceito se revelam plano prático, uma vez que, caso uma cooperativa de trabalho/ produção fosse constituída para arregimentar usuários/clientes para benefício dos cooperados, se incorreria no absurdo da falta de sustentabilidade desse tipo de negócio, uma vez que, de acordo como conceito legal, os serviços deveriam ser prestados apenas entre os cooperados. Um cooperado não necessitaria do serviço do outro, que é prestador do mesmo serviço que lhe é oferecido, e assim não haveria propósito na existência da cooperativa, nem viabilidade econômica. Entendimento para o qual corrobora a manifestação da ministra do Superior Tribunal de Justiça Eliana Calmon, que, no Recurso Especial n.º 1.081.747 - PR (2008/0179707-7), diz:

(...) Dessa forma, a Cooperativa presta serviço ao associado quando,



ao estabelecer relação jurídica com terceiros (não-cooperados), viabiliza o funcionamento da própria cooperativa, com a locação ou a aquisição de máquinas e equipamentos, contratação de empregados para atuarem na área-meio por exemplo, tudo visando à concretização do objetivo social da cooperativa.

Além disso, a venda de produtos ou mercadorias produzidas pelos cooperados ou a prestação de serviços, certamente, tem como público alvo terceiros não-associados, pois não faria sentido admitir que o produtor de leite cooperado somente vendesse seu produto a outro cooperado ou que o médico atendesse apenas outro médico igualmente associado, sob pena de descaracterizar a própria atividade das cooperativas.

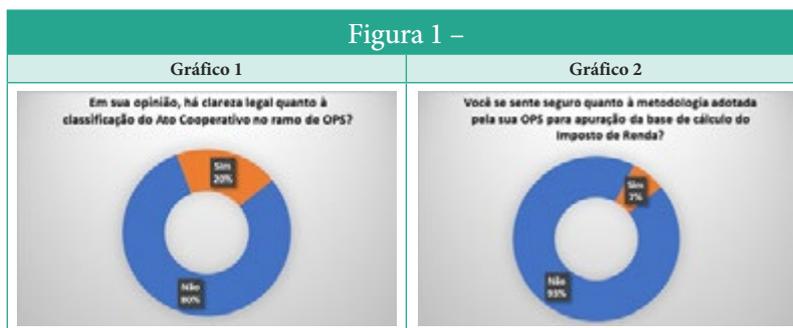
(...) Justifica-se, pois, a redação do art. 79 da Lei 5.764/71 e a restrição de não participarem do ato cooperativo terceiros não-cooperados. Mas

isso não quer dizer que a cooperativa não possa praticar negócios com pessoas que não integram o seu quadro associativo porque, no Brasil, não se adotou o princípio do exclusivismo. Nem por isso, pode-se concluir que haveria descaracterização de sua atuação como cooperativa, é o que conclui o Prof. Reginaldo Ferreira Lima:

A contrário sensu, portanto, não estão sujeitos à incidência do imposto de renda os resultados positivos, denominados sobras, obtidos pelas cooperativas nos negócios realizados com os seus próprios sócios, quando tais negócios dizem respeito a serviços que, na conformidade dos estatutos, a cooperativa está destinada a prestar aos seus associados.

Fica evidente então, diante do exposto que, nas cooperativas de trabalho/produção, a definição do ato cooperativo depende da identificação do prestador de serviço (cooperado ou terceiro), que gozará do benefício econômico da prestação do serviço na relação com a cooperativa; e independe se o cliente (contratante da cooperativa) é cooperado, ou não, uma vez que o prestador (cooperado ou não) é que determinará o cumprimento da função cooperativa ou não.

Em relação aos instrumentos infralegais, o Parecer CST n.º 73/1975, da Receita Federal, apresenta que a segregação dos atos das cooperativas deve ter como base a receita, exceto nos casos de atribuição de cooperatividade direta ao tipo de ato pela característica própria do fato.



### 3. Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida de forma exploratória, tendo em vista o fato de não haver um consenso ou regulamento que apresente, de forma clara e alinhada à técnica contábil, uma metodologia de cálculo definida para a base de cálculo do imposto de renda das cooperativas operadoras de planos de saúde, com o objetivo de, com base na reflexão feita sobre a legislação e jurisprudência sobre o tema, avaliar as diferentes propostas vigentes, comparando-as e exercendo juízo crítico sobre elas.

Para a consecução de seus fins, foi efetuada pesquisa de campo com cooperativas operadoras de planos de saúde, no intuito de verificar a forma de apuração do imposto de renda e a segurança dessas instituições quanto às metodologias de apuração utilizadas. Foi elaborado questionário para coleta de dados dos contadores das cooperativas OPS, uma vez que os dados requeridos para elaboração deste trabalho não são encontrados detalhadamente em demonstrações contábeis publicadas nos sítios das empresas na internet, ou nas respectivas notas explicativas.

As metodologias de apuração encontradas, bem como as orientações para apuração, foram confrontadas com a legislação vigente e com as normas contábeis para a proposição de metodologia clara e concreta no intuito de reduzir a insegurança jurídica na

apuração da base de cálculo do referido imposto. Como este trabalho tem ênfase na proposta de metodologia de apuração, os números apresentados nas apurações de resultado são meramente demonstrativos.

## 4. Análise dos Dados e Discussão dos Resultados

### 4.1 Ato Cooperativo e Incerteza Contábil

Na aplicação da legislação tributária para apuração da base de cálculo do imposto de renda das OPS cooperativas, existem diversos entendimentos possíveis, de forma que os profissionais da contabilidade se põem a exercer juízo de valor para aplicação da obscura normativa sem absoluta certeza quanto aos critérios que sejam efetivamente válidos, dada a disputa interpretativa entre o entendimento judicial majoritário e o entendimento aplicado pela Receita Federal do Brasil.

Em pesquisa efetuada com contadores das OPS cooperativas, 80% dos que responderam afirmaram não haver clareza legal quanto à classificação dos atos quanto à cooperatividade no ramo em questão (Gráfico 1). Tal imprecisão legal se consubstancia em incerteza quanto à metodologia a ser utilizada para apuração, em que 93% dos participantes da pesquisa se mostraram inseguros quanto à metodologia que eles mesmos utilizavam para apuração (Gráfico 2).

## 4.2 Critérios Para Aferição do Ato Cooperativo

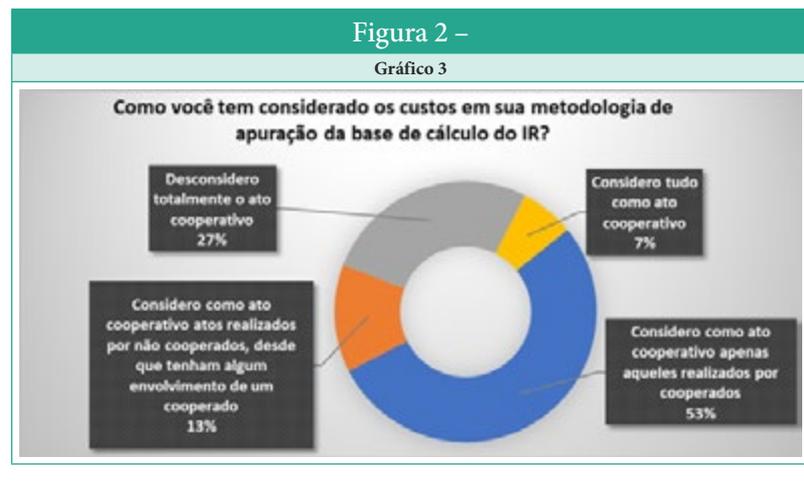
Entre os métodos mais comuns de apuração da base de cálculo do imposto de renda no segmento do estudo, normalmente se utilizam os custos como base de rateio para segregação dos atos em cooperativo e não cooperativo. Os contadores entrevistados adotam as seguintes possibilidades quanto à classificação desse ato como cooperativo ou não cooperativo:

- **Hipótese de estrita literalidade:** Só é considerado como ato cooperativo os produtos/serviços adquiridos (custos) de cooperados e vendidos (receita) a cooperados. Praticamente desconsidera o ato cooperativo pela irrelevância do montante dessas transações.
- **Hipótese finalístico extensiva:** São considerados como atos cooperativos todas as vendas (receita) tanto a cooperados quanto a não cooperados, independentemente da fonte onde foram adquiridos os produtos/serviços (custos), pois todo o produto das vendas serve ao interesse final da cooperativa. Considera todos os atos como cooperativos.
- **Hipótese finalístico restritiva:** São considerados como atos cooperativos todas as vendas (receita) tanto a cooperados quanto a não cooperados, desde que a fonte dos produtos/serviços (custos) seja proveniente de cooperado, uma vez que este e apenas este deve ser o beneficiário direto do produto da venda. Segue quadro 2.

A pesquisa citada anteriormente ainda revela que 66% dos contadores entrevistados aplica a hipótese finalística restritiva, em suas variações para a classificação dos atos quanto à cooperatividade, conforme Gráfico 3. Apenas o custo foi

Compra (custo)	Venda (receita)	Hipótese Interpretativa	Consideração do ato
De cooperado	A cooperado	Estrita legalidade	Ato cooperativo
	A não cooperado		Ato não cooperativo
De não cooperado	A cooperado		Ato não cooperativo
	A não cooperado		Ato não cooperativo
De cooperado	A cooperado	Finalística extensiva	Ato cooperativo
	A não cooperado		Ato cooperativo
De não cooperado	A cooperado		Ato cooperativo
	A não cooperado		Ato cooperativo
De cooperado	A cooperado	Finalística restritiva	Ato cooperativo
	A não cooperado		Ato cooperativo
De não cooperado	A cooperado		Ato não cooperativo
	A não cooperado		Ato não cooperativo

Fonte: pesquisa de campo – outubro, 2020. (elaboração própria)



apontado como critério alternativo usado para classificação quanto à cooperatividade em opção à desconsideração completa do ato cooperativo ou à consideração completa dos atos como cooperativos.

## 4.3 Análise e Proposta de Metodologia de Apuração de Base de Cálculo do Ir Para OPS Cooperativa

O Parecer CST n.º 73/1975 apresenta que a segregação dos atos das cooperativas deve ter como base a receita, exceto nos casos de atribuição direta ao tipo de ato pela característica própria do fato. Todavia, o referido parecer apresenta em seu item 5 premissa sobre a qual se ba-

seia, qual seja: “Também não oferece dificuldades a apuração, em separado, das receitas das atividades inerentes às cooperativas a das provenientes das operações com terceiros”. É evidente que o parecer normativo vislumbra uma situação normal, onde facilmente se identifica o valor da receita com cada tipo de ato, fato que não condiz em nada com a realidade constatada nas OPS.

No entanto, para situação completamente diversa da apresentada, o mesmo parecer normativo apresenta o princípio norteador da justiça exarada no critério estabelecido pela norma. É evidente que a intenção é atribuir forma mais justa de apresentação dos resultados perfeitamente identificáveis no intuito de não ensejar tributação injusta, quer

seja por tributação excessivamente danosa a tipo de ato societário legalmente protegido e incentivado pela não tributação, quer seja por falta de tributação a atos desenvolvidos pela sociedade que fuja da regra para não tributação.

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), parte do entendimento da necessidade de um “critério razoável, a ser justificado perante a fiscalização”, nos termos do Acórdão n.º 101-93.926, de 22/8/2002, que teve como relatora a conselheira Sandra Faroni, se posicionando, no Acórdão n.º 107-08.553, de 27/4/2006 que teve como relator Natanael Martins, que:

“(…), na impossibilidade de apuração do resultado específico de cada uma das atividades, seja em razão de o sistema de contabilidade adotado pela cooperativa ngideão oferecer condições para esta determinação, seja pela adoção de preço global não discriminativo dos bens ou serviços fornecidos, **caberia à sociedade cooperativa adotar um método de rateio das receitas, custos e despesas, fundamentado em critérios lógicos e objetivos, de forma a determinar o resultado sujeito à incidência do imposto de renda.**” (grifos nossos)

Dessa maneira, o parecer CST n.º 73/75, é explícito ao apresentar a base racional da metodologia para apuração do lucro tributável nas cooperativas, tendo como parâmetros: a classificação dos atos quanto à cooperatividade por meio de critério racional, lógico e objetivo; a garantia da “correlação” entre a receita e seu custo, conforme fica evidente em seu item 6 e conforme impõem os bons princípios contábeis; e basear o rateio proporcional dos valores de classificação incerta, quanto ao ato cooperativo, em valor onde essa classificação é precisa e sobre a qual não paira sombra de dúvida quanto à cooperatividade do ato.

As receitas, portanto, não atendem aos critérios no caso das OPS cooperativas. As despesas gerais e administrativas não têm completa correlação com o desempenho de atuação cooperativa ou não cooperativa, uma vez que correspondem a despesas efetuadas com terceiros como suporte ao negócio cooperativo. Assim, os custos constituem-se como único fator condizente para o atendimento dos parâmetros acima expostos.

#### a) Custos

Os custos diretos assistenciais, também conhecidos como eventos indenizáveis, são os valores que são pagos aos entes que prestam os serviços médicos aos beneficiários com cobertura pelas OPS cooperativas. Esses prestadores podem ser cooperados e terceiros não cooperados (hospitais, clínicas, laboratórios, etc.). Os custos com cooperados são a razão de existir da cooperativa, constituindo-se a consecução do fim solidário que os cooperados abrem mão de um empreendimento que lhes garanta remuneração e poder de mando (voto) vinculados ao capital investido. Assim, esse fato negocial só pode ser classificado como ato cooperativo. Os custos com não cooperados são acessórios para a consecução dos objetivos da cooperativa, todavia, a prestação do serviço não é efetuada por cooperado e o benefício econômico decorrente da prestação de serviço será usufruído diretamente por ente não cooperado. Dessa forma, toda a operação, além de não promover a finalidade cooperativa, remunera terceiros com sistemática de operação equivalente à operação de uma OPS não cooperativa (comum de mercado). Dessa forma, tal custo assistencial só pode ser classificado como ato não cooperativo. No Quadro 1 temos um esquema visual e roteiro para a concretização da proposta desse trabalho, qual seja a devida apuração



da base tributável para o imposto de renda.

A apuração deve iniciar pela devida segregação dos custos (item 1 do Quadro 1) quanto à cooperatividade dos atos e quanto ao tipo de contrato com o cliente ao qual se refere (preço preestabelecido ou preço pós-estabelecido). Assim, será possível obter a proporção dos custos (item 2 do Quadro 1), que servirá de baliza para a devida classificação dos demais itens do resultado econômico da OPS.

#### b) Receita

A receita da cooperativa possui fácil identificação quanto ao tipo de contrato, todavia a mesma facilidade não se apresenta quanto ao ato cooperativo. A receita é suportada pelo esforço médico para atendimento assistencial aos beneficiários, o que, segundo a orientação de confrontação entre receitas e custos, justifica o rateio da receita com base nos atos cooperativos dos custos para determinação do valor que formará a receita que fará frente aos atos cooperativos ou aos atos não cooperativos (item 3 do quadro 1).

c) Tributos incidentes sobre o Faturamento

Os tributos incidentes sobre o faturamento guardam particularidades em face de suas peculiaridades de cálculo.

i. ISS

O imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) permite a dedução dos custos assistenciais com prestadores de serviços de saúde, os quais em seus serviços já tenham feito o pagamento do imposto, com fins de evitar a dupla tributação sobre o mesmo serviço assistencial, conforme se tem verificado repetidamente no entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Uma vez que o cooperado presta serviço ao beneficiário por intermédio da cooperativa, aquele **não recolhe diretamente o ISS**. Assim a receita classificada como proporcional ao ato cooperativo é completamente tributável por este imposto (item 4 do Quadro 1). Assim, ISS do Ato Cooperativo é igual a: Receita do Ato cooperativo X Aliquota do ISS. No entanto, as receitas classificadas como proporcionais ao ato não cooperativo têm o condão da redução desses custos assistenciais com hospitais clínicas e laboratórios que já tenham recolhido o ISS. Faz-se necessário mencionar a discussão sobre a possibilidade de dedução dos custos com entidades médicas filantrópicas dessa base de cálculo em decorrência de sua imunidade ser subjetiva e não objetiva, no entanto, não nos deteremos sobre este assunto, dada a complexidade do tema e a necessidade de estudo à parte sobre a questão. Neste íterim, usaremos o posicionamento fiscal vigente na maioria das cidades do país, que impede a dedução dos custos com empresas filantrópicas, por não haver nesse caso bitributação do ISS. Assim, ISS do ato não Cooperativo é igual a: (Receita do ato não cooperativo – Custo do ato não cooperativo) X Aliquota do ISS.

Quadro 3 – Sequência de Classificação dos Atos Quanto à Cooperatividade

		Segregação Quanto à Receita	Ato Cooperativo	Ato não Cooperativo	Total	
1	Custo Assistencial	Pré-Pagamento	3.200.000,00	4.800.000,00	8.000.000,00	
		Pós-Pagamento	1.400.000,00	600.000,00	2.000.000,00	
		<b>Total</b>	<b>4.600.000,00</b>	<b>5.400.000,00</b>	<b>10.000.000,00</b>	
						<b>Tipo</b>
2	Porporção dos Custos Assistenciais	% Pré-Pagamento	40,00%	60,00%	100,00%	A
		% Pós-Pagamento	70,00%	30,00%	100,00%	B
		% Total do Custo	46,00%	54,00%	100,00%	C
3	Receita	Pré-Pagamento	4.800.000,00	7.200.000,00	12.000.000,00	
		Pós-Pagamento	2.100.000,00	900.000,00	3.000.000,00	
						<b>Aliquota</b>
4	ISS	Pré-Pagamento	240.000,00	120.000,00	360.000,00	5%
		Pós-Pagamento	105.000,00	15.000,00	120.000,00	
		<b>Total</b>	<b>345.000,00</b>	<b>135.000,00</b>	<b>480.000,00</b>	
5	PIS/COFINS	Pré-Pagamento	74.400,00	111.600,00	186.000,00	4,65%
		Pós-Pagamento	32.550,00	13.950,00	46.500,00	
		<b>Total</b>	<b>106.950,00</b>	<b>125.550,00</b>	<b>232.500,00</b>	

Fonte: pesquisa de campo – outubro, 2020. (Elaboração própria)

ii. PIS/COFINS

O cálculo do PIS e da Cofins também permite a dedução dos custos assistenciais, considerando como base tributável apenas a diferença entre o total da receita e o total dos custos assistenciais. Neste caso, **não há diferenciação entre os valores em ato cooperativo e em ato não cooperativo (item 5 do Quadro 1)**.

d) Outras receitas e despesas

As demais receitas podem ter relação direta com o tipo de contrato ou não. No primeiro caso, serão rateadas, quanto à cooperatividade, de forma proporcional aos custos de cada tipo contratual (proporções A e B do Quadro 1). Em caso de não haver vinculação com tipo contratual, será segregada em proporção dos custos totais (proporção C do Quadro 1), exceto se houver legislação tributária que lhe confira tratamento tributário diferenciado (Quadro 2).

Como exemplo, temos as receitas financeiras; elas podem ser decorrentes dos juros por pagamento em atraso dos clientes. Nesse caso, é possível determinar vinculação entre a receita e o tipo

contratual, sendo então utilizada a proporção de rateio, quanto à cooperatividade, específica do tipo contratual. No entanto, as receitas financeiras podem ser decorrentes de juros de aplicações financeiras, caso em que deveriam ser rateadas em proporção do custo total pela falta de vinculação a tipo contratual específico, mas existe parecer da Receita Federal quanto ao tema especificando tratamento tributário como um tipo que não cabe caracterização como ato cooperativo (Parecer COSIT n.º 102/2018). A mesma lógica deve então ser aplicada às demais receitas e despesas, conforme as classificações específicas de cada tipo de receita, sendo então alocadas as contabilizações referentes aos rateios quanto aos atos cooperativos ou não cooperativos em contas contábeis separadas, de forma a evidenciar o resultado do ato cooperativo e do ato não cooperativo, conforme o Art. 87 da Lei n.º 5.764. No intuito de viabilizar os registros contábeis, tal qual exigido em lei, a ANS formulou codificação contábil que permite a aplicação da referida segregação.

Uma vez calculada toda a segregação dos atos empresariais, conforme a sequência de apuração apresentada, é possível, então, a determinação do lucro tributável de forma clara, lógica, racional e tecnicamente justificável, conforme a legislação do imposto de renda determina para o valor das sobras..

## 5. Considerações Finais

A metodologia ideal de apuração do lucro tributável das cooperativas operadoras de planos de saúde precisa considerar as características que lhe são peculiares. No tocante à forma associativa cooperativa, precisam ser respeitados: a finalidade econômica de melhoria econômica dos cooperados; a remuneração e decisões baseadas no voto, **não vinculado ao capital**; a atuação direta do cooperado na relação econômica com terceiros, sejam eles cooperados ou não, intermediada apenas pela cooperativa, sem intermediários ou patrões; e o propósito constitucional de tratamento tributário diferenciado, por ser forma associativa que se coaduna com os preceitos da carta magna.

Quanto à espécie de negócio, plano de saúde, precisam ser levados em conta os seguintes aspectos: os tipos de contrato de pres-

Quadro 4 – Demais Receitas e Despesas					
	Tipo de Contrato	Ato Cooperativo	Ato não Cooperativo	Total	Tipo de Proporção
Receitas Financeiras	Pré-Pagamento	12.000,00	18.000,00	30.000,00	A
	Pós-Pagamento	3.500,00	1.500,00	5.000,00	B
	Geral			-	C
	Leg. Específica		8.000,00	8.000,00	
Receitas Patrimoniais	Pré-Pagamento				A
	Pós-Pagamento				B
	Geral	51.060,00	59.940,00	111.000,00	C
	Leg. Específica				
Despesas Financeiras	Pré-Pagamento	3.200,00	4.800,00	8.000,00	A
	Pós-Pagamento	700,00	300,00	1.000,00	B
	Geral	920,00	1.080,00	2.000,00	C
	Leg. Específica				
Despesas Administrativas	Pré-Pagamento	32.000,00	48.000,00	80.000,00	A
	Pós-Pagamento	19.600,00	8.400,00	28.000,00	B
	Geral	147.200,00	172.800,00	320.000,00	C
	Leg. Específica				
Despesas Patrimoniais	Pré-Pagamento				A
	Pós-Pagamento				B
	Geral	23.000,00	27.000,00	50.000,00	C
	Leg. Específica				

Fonte: pesquisa de campo – outubro, 2020. (Elaboração própria)

tação de serviços ofertados pelas operadoras de assistência à saúde; as dificuldades na vinculação entre receitas e custos assistenciais que lhes sejam respectivos no ato de faturamento desse tipo de negócio; e as dificuldades na caracterização do ato cooperativo decorrentes dos aspectos específicos desse ramo de atividade econômica.

Precisam ainda ser considerada a técnica contábil de vinculação entre receitas e seus respectivos custos e despesas. A delimitação do ato cooperativo deve acontecer mediante rateio dos valores, por meio de critério que seja seguro e capaz de tornar justa a classificação. Então, chegou-se à conclusão de que os custos são o único fator possível de aderência aos requisitos supracitados, além da relevância na apuração do resultado econômico das entidades e estreita relação com todos os fatores que envolvem o desempenho da atividade econômica. Os demais fatores serão rateados conforme a

cooperatividade em proporção direta dos custos e classificados por tipo de contrato de prestação de assistência à saúde (preço preestabelecido ou preço pós-estabelecido). Nos casos em que não seja possível associar a despesa ou receita a tipo de contrato específico, o rateio ocorrerá com base no total do custo, exceto se houver direcionamento legal tributário em sentido diverso.

Assim, será possível a determinação do lucro tributável e das sobras decorrentes da atividade cooperativa, sendo garantido a estas o devido tratamento tributário, sem gerar um favorecimento indevido às cooperativas por permissão de benefício tributário a ato que deve ser tributado, em tratamento isonômico às atividades desenvolvidas por entidades **não cooperativas**. Também não lhe será prejudicado o direito de não tributação pelo Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas de resultado protegido por lei e que terá a devida tributação na pessoa física do cooperado.



## Referências

ANS, sala de situação. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor/sala-de-situacao>> . Acesso em 29/10/2020.

ANS. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiNTcxYTQwNDEtOWM3Ny00YmI2LWE4NTktODJhYzZhN2NIYjMyIiwidCI6IjlkYmE0ODBlTRmYTctNDJmNC1iYmEzLTBmYjEzNzVmYmU1ZiJ9>> . Acesso em 29/10/2020.

BULGARELLI, Waldirio. *Elaboração do Direito Cooperativo*. São Paulo: Editora Atlas, 1967.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971. *Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm). Acesso em 29/10/2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Norma brasileira de contabilidade, ITG 2004 -Entidade cooperativa. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2004.pdf> . Acesso em 29/10/2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Norma brasileira de contabilidade, NBC TG, Estrutura conceitual básica. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTGEC.pdf>. Acesso em 29/10/2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Norma brasileira de contabilidade, NBC TG 32 (R4) – Tributos sobre o lucro. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SER/docs/NBCTG32\(R4\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SER/docs/NBCTG32(R4).pdf). Acesso em 29/10/2020.

FRANKE, Walmor. *Direito das sociedades cooperativas: Direito cooperativo*. São Paulo: Saraiva, 1973.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. O ato cooperativo e o tratamento tributário constitucional. Doutrina do Superior Tribunal de Justiça. Edição comemorativa 15 anos. Brasília, DF. Editora Brasília Jurídica, 2005.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Primeiro Conselho de Contribuintes. Acórdão n.º 101-93.926. Distrito Federal, 22 de agosto de 2002.

PINHO, Diva Benavides. *Economia e cooperativismo*. São Paulo: Saraiva, 1977.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Parecer Normativo CST n.º 73/1975. Sociedades cooperativas que operem com terceiros, nos termos dos arts. 85, 86 e 88 da Lei n.º 5.764/71. Tributação face ao art. 111. da mesma Lei. Apuração dos resultados. Rendimentos tributados e rendimentos fora do campo da incidência tributária. Diário Oficial da União: 11/08/1975.

SENADO FEDERAL. Projeto de Lei do Senado Federal n.º 110, de 2009. *Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às sociedades cooperativas e dá outras providências*. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=632380&ts=1594030874611&disposition=inline> . Acesso em 29/10/2020.

SISTEMA OCB. *Anuário do Cooperativismo Brasileiro*. Brasília. 2019.

STJ. RECURSO ESPECIAL: REsp1.081.747 - PR (2008/0179707-7). Relatora: Eliana Calmon. DJ: 29/10/2009





# Fatores influenciadores da rentabilidade das cooperativas de crédito brasileiras

As cooperativas de crédito, como organizações de pessoas, com objetivos econômicos e sociais, se diferenciam das demais instituições financeiras. Entretanto, é fundamental que mantenham um bom desempenho para a continuidade de suas operações. Neste sentido, este estudo teve por objetivo analisar os fatores influenciadores da rentabilidade das cooperativas de crédito brasileiras no período de 2008 a 2017, em que foram estudadas 1.436 cooperativas. O Método dos Momentos Generalizados Sistêmicos foi utilizado, tratando a endogeneidade entre o retorno defasado e a variável *Spread*. Os principais resultados mostraram que a Despesa sobre o total dos Ativos e Receita sobre o total dos Ativos influenciaram o Retorno sobre os Ativos, e que a Relação entre Capital de Terceiros e Capital Próprio impactou o Retorno sobre o Patrimônio Líquido. Conclui-se que a rentabilidade das cooperativas de crédito apresenta uma dinâmica distinta das demais organizações financeiras e sugerem-se novos estudos que proponham indicadores que captem o papel social que estas instituições desempenham, e como esses se relacionam com a rentabilidade das cooperativas de crédito brasileiras.

## Letícia Luanda Maia

Doutoranda em controladoria e contabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em controladoria e contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP) e bacharel em ciências contábeis pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atualmente pesquisa sobre desempenho e eficiência de cooperativas de crédito  
E-mail: lmaia@ufmg.br

## Valéria Gama Fully Bressan

Professora do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade de Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora e Mestre em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Pesquisadora da área de cooperativismo de crédito e controladoria e finanças  
E-mail: vfully@face.ufmg.br

## Ana Carolina Vasconcelos Colares

Doutora e Mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Adjunta do Departamento de Contabilidade da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pesquisadora nas áreas de auditoria, contabilidade societária e sustentabilidade  
E-mail: carolinacolares@pucminas.br

## Niara Gonçalves da Cruz

Doutora em controladoria e contabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais (2017 – 2021), mestre em ciências contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais (2015 – 2017) e bacharel em ciências contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014). É professora da Faculdade Arquidiocesana de Curvelo e do Centro Universitário Estácio de Sá polo Belo Horizonte. Possui experiência em auditoria interna, contabilidade hospitalar e análise gerenciais  
E-mail: niaragc@hotmail.com

## 1. Introdução

As instituições financeiras têm importante papel na economia, pois realizam atividade de intermediação financeira entre agentes. Como firmas, essas instituições visam à otimização de resultado em busca da continuidade dos negócios.

O sistema financeiro é o responsável pela alocação dos investimentos de grande parte da poupança popular de um país (PRIMO et al., 2013). Diante disso, existem evidências de que um sistema financeiro sólido é base fundamental para o crescimento sustentável de uma economia. Neste sentido, Levine (1997) ressalta a existência de relação positiva entre o bom funcionamento do sistema financeiro e o crescimento econômico de longo prazo.

Jiang et al. (2003) também reforçam o papel das instituições financeiras no mercado e sua contribuição para tal, visto que essas estão mais preparadas para choques negativos, especialmente em caso de crises.

Nesse sentido, alguns estudos já analisaram a rentabilidade das instituições financeiras, no que diz respeito aos bancos (PASIOURAS; KOSMIDOU, 2007; GODDARD; MCKILLOP, 2008; VINHADO; DIVINO, 2013; PRIMO et al., 2013). Esses estudos demonstram principalmente o impacto de variáveis econômicas e variáveis não econômicas como retorno defasado, relação entre as fontes de financiamen-

to, fusões e aquisições, despesas tributárias e eficiência tributária.

Já os estudos brasileiros focam, de forma geral, nos determinantes do *spread* bancário, com pouco enfoque em estudo da rentabilidade, principalmente no que diz respeito às cooperativas de crédito. Estas vêm crescendo em número de operações, sendo muitas vezes uma alternativa mais viável ou única opção em determinadas localidades, atuando como instrumento de inclusão financeira, conforme Burei e Kuhl (2016).

Considerando esse cenário e levando em conta o papel significativo das cooperativas de crédito no Sistema Financeiro Nacional, este trabalho objetiva analisar quais são os fatores influenciadores da rentabilidade das cooperativas de crédito singulares do Brasil.

Dessa forma, o estudo amplia a discussão e o entendimento quanto às organizações cooperativas e a dinâmica de sua rentabilidade, visto se tratarem de organizações financeiras, mas que também exercem um papel social muito importante. Além de auxiliar na tomada de decisão de depositantes e investidores, os resultados do trabalho trazem informações relevantes que poderão auxiliar os gestores destas organizações, bem como possibilitar aos órgãos de governo formuladores da política econômica maiores informações quanto ao mercado financeiro.

## 2. Fundamentação Teórica

### 2.1 Rentabilidade das Instituições Financeiras

Um aspecto muito importante na gestão das organizações financeiras é capacidade de gerar resultado a partir de seus ativos ou demais recursos advindos dos proprietários de capital. Neste sentido, estudar o retorno traz informações importantes para a gestão das empresas.

Muitos autores já desenvolveram trabalhos acerca do estudo da rentabilidade das instituições financeiras no que diz respeito aos bancos (PASIOURAS; KOSMIDOU, 2007; GODDARD; MCKILLOP, 2008; VINHADO; DIVINO, 2013; PRIMO et al., 2013). Pasiouras e Kosmidou (2007) verificam que a rentabilidade dos bancos nacionais e estrangeiros é afetada não apenas pelas características específicas de cada banco, mas também pela estrutura do mercado financeiro e pelas condições macroeconômicas. Os autores analisaram o desempenho quanto ao ROA (Rentabilidade do Ativo) frente às variáveis explicativas “razão entre as fontes de capital”, “tamanho medido pelo ativo”, “custos administrativos”, “depósitos e variáveis macroeconômicas, como inflação e crescimento da economia”, encontrando relevância estatística.

Existem estudos nacionais que também analisaram os determinantes da rentabilidade das instituições financeiras. Vinhado e Divino (2013) verificaram o desempenho dessas instituições quanto ao ROA e sobre o patrimônio líquido (ROE). Os autores utilizaram o modelo de painel dinâmico de dados trimestrais de 71 bancos no período 2000 a 2008. Como resultado, identificaram relevantes na determinação da rentabilidade o retorno defasado (persistência), fusões e aquisições com impacto negativo e o cenário econômico.



“Esses estudos mostram que há apontamentos sobre aspectos que influenciam a rentabilidade das cooperativas de crédito, como o tamanho e diversificação da receita, mas ainda carece de trabalhos que foquem em estudar a rentabilidade de uma forma mais específica.”

Estudo similar desenvolvido por Primo et al. (2013) analisaram os determinantes da rentabilidade dos 50 maiores bancos referente ao período 2000 a 2009. Foi utilizado o modelo de dados em painel com base no Método dos Momentos Generalizados (GMM). Os resultados encontrados refletem sobre a relevância do processo dinâmico da variável defasada, com a taxa básica de juros da economia, o nível de atividade econômica, o nível da carga tributária, a eficiência operacional da instituição e a participação relativa dos bancos nacionais.

## 2.2 Rentabilidade das Cooperativas de Crédito

As cooperativas de crédito tratam-se de organizações financeiras que realizam operações de intermediação financeira, entre outras atividades (BACEN, 2016). Porém, apresentam características distintas das demais organizações desse sistema no que tange composição de seu patrimônio ser advinda dos seus associados e a perspectiva social que estas apresentam. Fried, Lovell e Eeckaut (1993) destacam que cooperativas objetivam a provisão de benefícios máximos para suas associações, mas também necessitam manter sua

estrutura organizacional de forma eficiente para a manutenção das atividades. Desta forma, a rentabilidade também se faz importante para as cooperativas de crédito.

Não foram encontrados estudos que analisaram os determinantes da rentabilidade das cooperativas. Um estudo próximo, realizado por Goddard e Mckillop (2008), analisou o impacto da diversificação de receitas no desempenho financeiro de cooperativas de crédito dos EUA no período 1993-2004. Entre as principais variáveis do modelo adotado, encontram-se como medidas de desempenho ROA e ROE, tamanho da organização (Ln do Ativo Total), razão entre capital próprio e capital de terceiros e tamanho da população do estado em que a cooperativa faz parte. Os achados versam sobre a diversificação da receita quanto à corretagem de títulos, fundos mútuos, planejamento financeiro, verificação de negócios e (em menor medida) locação de automóveis. Os autores destacam que essas estratégias de diversificação não são apropriadas para cooperativas de crédito de qualquer tamanho. Dessa forma, as cooperativas de crédito menores têm evitado essas oportunidades. Além disso, pequenas cooperativas de crédito devem evitar a diversificação e continuarem a operar como

simples instituições de poupança e empréstimo, diferentes das grandes cooperativas de crédito.

Também, acerca da diversificação, Vieira (2016) avaliou, no período de 2009 a 2014, se a diversificação de receitas, por meio da ampliação de produtos e serviços, está associada ao desempenho financeiro das cooperativas de crédito brasileiras. Como resultado, encontrou-se que nove modelos, estimados com *proxies* para desempenho com base nos indicadores de rentabilidade, demonstraram que a diversificação não afeta o retorno das cooperativas de crédito. Já, em três modelos, que utilizaram como *proxy* para o desempenho o crescimento do patrimônio líquido ajustado, foi possível captar os efeitos da diversificação de receitas. Esses resultados divergentes podem indicar que o uso da estratégia de diversificação pelas cooperativas de crédito não objetiva em si aumentar as sobras ou a rentabilidade.

Esses estudos mostram que há apontamentos sobre aspectos que influenciam a rentabilidade das cooperativas de crédito, como o tamanho e diversificação da receita, mas ainda carece de trabalhos que foquem em estudar a rentabilidade de uma forma mais específica.

### 3. Metodologia

#### 3.1 Caracterização da Pesquisa e Seleção da Amostra

Este estudo pode ser caracterizado como de natureza descritiva e quantitativa. A amostra é composta das cooperativas de crédito singulares do Brasil, no período de 2008 a 2017. Os dados contábeis foram extraídos da página oficial do Banco Central do Brasil. Os dados econômicos foram retirados do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Inicialmente, a base era composta de 1.513 cooperativas. Foram retiradas as cooperativas com dados faltantes que impossibilitaram o cálculo de alguns indicadores. A amostra final é composta de 1.436 cooperativas de crédito singulares, compondo um painel desbalanceado com 11.687 observações, perfazendo 94,67% da população.

#### 3.2 Modelo de dados em painel

A partir dos estudos anteriormente realizados (PASIOURAS; KOSMIDOU, 2007; GODDARD; MCKILLOP, 2008; VINHADO; DIVINO, 2013; PRIMO et al., 2013), foram desenvolvidos os seguintes modelos e a descrição das variáveis encontram-se nos Quadros 1 e 2:

Quadro 1 – Medidas de rentabilidade (variáveis dependentes)		
Sigla	Nome	Fórmula
$ROA_{it}$	Rentabilidade do Ativo	
$ROE_{it}$	Rentabilidade do Patrimônio Líquido	
$CPLA_{it}$	Crescimento do Patrimônio Líquido Ajustado	$PLA = \text{Patrimônio Líquido} + \text{Contas de Resultado Credoras} - \text{Contas de Resultado Devedoras}$

Fonte: adaptado de Matias (2009) e Bressan et al. (2010).

Quadro 2 – Variáveis Independentes e de Controle			
Sigla	Nome	Informações / Fórmulas	Sinal Esperado
$ROAd_{it}$ , $ROEd_{it}$ , $CPLAd_{it}$	Persistência no nível da rentabilidade	Variável de Rentabilidade defasada	+
$SPR_{it}$	<i>Spread</i>	DIF = Despesas de Intermediação Financeira PCLD = Provisões para Crédito de Liquidez Duvidosa	+
$TB_{it}$	Exigibilidades Tributárias e Trabalhistas		+
$EO_{it}$	Índice de eficiência operacional		+
$INS_{it}$	Insolvência: Qualidade da carteira de crédito		-
$IE_{it}$	Relação entre Capital de terceiros e capital próprio		-
$AOC_{it}$	Aplicações em Operações de Crédito		+
$AT_{it}$	Aplicações em Tesouraria		+
$D_{A_{it}}$	Relação entre Despesas e Total do Ativo		-
$R_{A_{it}}$	Relação entre Receitas e Total de Ativo		+
$l_{AT_{it}}$	Proxy para tamanho	$l_{AT} = \log(\text{Ativo Total})$	+
$l_{PIBt}$	Proxy para economia: Produto Interno Bruto (PIB)	$l_{PIB} = \log(\text{PIB})$	+
$DCce_{it}$	Categoria da Cooperativa	Dummy igual a 1 quando Capital e Empréstimo e 0, caso contrário.	Incerto
$DCpn_{it}$	Categoria da Cooperativa	Dummy igual a 1 quando Plena e 0, caso contrário.	Incerto
$Dn_{it}$	Adoção das normas internacionais de contabilidade	Dummy igual a 1 para após 2010 e 0, caso contrário.	Incerto

Fonte: construído a partir de Pasiouras e Kosmidou (2007), Goddard e Mckillop (2008), Vinhado e Divino (2013), Primo et al. (2013) e Matias (2009).

$$ROA_{it} = \beta_0 + \beta_1 ROAd_{it} + \beta_2 SPR_{it} + \beta_3 TB_{it} + \beta_4 EO_{it} + \beta_5 INS_{it} + \beta_6 IE_{it} + \beta_7 AOC_{it} + \beta_8 AT_{it} + \beta_9 D_{R_{it}} + \beta_{10} R_{A_{it}} + \beta_{11} l_{AT_{it}} + \beta_{12} PIB_{it} + \beta_{13} DCce_{it} + \beta_{14} DCpn_{it} + \beta_{15} Dn_{it} + c_i + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

$$ROE_{it} = \beta_0 + \beta_1 ROAd_{it} + \beta_2 SPR_{it} + \beta_3 TB_{it} + \beta_4 EO_{it} + \beta_5 INS_{it} + \beta_6 IE_{it} + \beta_7 AOC_{it} + \beta_8 AT_{it} + \beta_9 D_{R_{it}} + \beta_{10} R_{A_{it}} + \beta_{11} l_{AT_{it}} + \beta_{12} PIB_{it} + \beta_{13} DCce_{it} + \beta_{14} DCpn_{it} + \beta_{15} Dn_{it} + c_i + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

$$CPLA_{it} = \beta_0 + \beta_1 ROAd_{it} + \beta_2 SPR_{it} + \beta_3 TB_{it} + \beta_4 EO_{it} + \beta_5 INS_{it} + \beta_6 IE_{it} + \beta_7 AOC_{it} + \beta_8 AT_{it} + \beta_9 D_{R_{it}} + \beta_{10} R_{A_{it}} + \beta_{11} l_{AT_{it}} + \beta_{12} PIB_{it} + \beta_{13} DCce_{it} + \beta_{14} DCpn_{it} + \beta_{15} Dn_{it} + c_i + \varepsilon_{it} \quad (3)$$



“Também se utilizou uma *dummy* para a adoção das normas internacionais de contabilidade (DNI). Como foram utilizados principalmente dados financeiros, optou-se em criar esta *dummy*, considerando a partir de 2010.”

Quanto às variáveis dependentes, foram utilizadas o ROE, ROA e CPLA (Quadro 1). As variáveis de rentabilidade ROE e ROA são comumente empregadas, conforme apresentado nos estudos anteriores. Utilizou-se também o Crescimento do Patrimônio Líquido Ajustado (CPLA), dada a importância do Patrimônio Líquido para as organizações financeiras, sendo este parâmetro para limites de operações.

O Patrimônio Líquido Ajustado é um índice que reflete a capacidade de pagamento das cooperativas de crédito (VILELA; NAGANO; MERLO, 2007). Ainda, segundo os autores, a obtenção do patrimônio líquido ajustado é dada por meio da soma do patrimônio líquido, das receitas totais e da subtração das despesas totais.

A variável CPLA, utilizada como *proxy* do desempenho de cooperativas de crédito, mensura a taxa do crescimento do patrimônio líquido ajustado dessas instituições. De acordo com Vieira (2016), para cooperativas, a variável CPLA corresponde a uma *proxy* do desempenho de cooperativas de crédito devido ao fato de o crescimento do patrimônio líquido ajustado para essas instituições estar relacionado às sobras dos exercícios, ao aumento do capital social, ao

aumento das reservas e também à integralização de quotas-partes.

Para explicar a rentabilidade, foram consideradas as variáveis utilizadas nos estudos anteriores, adicionando duas *dummies* para identificarem a categoria das cooperativas e normas internacionais (Quadro 2).

Com as *dummies* de categoria, espera-se encontrar uma relação entre categoria e rentabilidade, dado que esta classificação é pautada nas operações realizadas definidas na resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) n.º 4.434/2015. As cooperativas definidas na referida resolução como capital e empréstimo apresentam características bastante distintas das demais. Essas correspondem a organizações mais simples, realizam apenas atividades de menor risco quanto à captação e ao depósito de recursos. Em contramão, as cooperativas denominadas plenas são organizações mais complexas, para as quais não há restrições de operações na Resolução n.º 4434/2015. Visto isto, e dado que a maioria das

cooperativas de crédito brasileiras são clássicas, criou-se uma *dummy* para as cooperativas de capital e empréstimo (DCce) e uma *dummy* para as cooperativas plenas (DCpn).

Também se utilizou uma *dummy* para a adoção das normas internacionais de contabilidade (DNI). Como foram utilizados principalmente dados financeiros, optou-se em criar esta *dummy*, considerando a partir de 2010. Utilizou-se o ano 2010 como referência visto que a Resolução CMN n.º 3853/2010 destaca a observância das normas internacionais na elaboração e na divulgação das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias, a partir da vigência da resolução (29 de abril de 2010).



Para a análise, foi adotado o modelo de dados em painel dinâmico estimados por GMM. A utilização dessa abordagem se justifica devido às características de recursividade da variável explicada, o que faz com que exista presença de endogeneidade no modelo. Dessa forma, o modelo dinâmico reproduz estimadores consistentes na presença de endogeneidade pelo fato de não tratar as variáveis do modelo como estritamente exógenas.

Segundo Wooldridge (2002), a endogeneidade apresenta como origens: (i) omissão de variáveis; (ii) erros de mensuração, que podem ocorrer no processo de obtenção das variáveis dependentes e explicativas que irão compor o modelo; e (iii) simultaneidade, que se dá quando na relação entre  $x$  e  $y$  ambas podem ser. Para Rachid (2013), uma quarta fonte de endogeneidade pode ser ocasionada, em estudos de desempenho de instituições financeiras, devido à alta persistência da variável “rentabilidade”, ou seja, para a explicação da variável explicada, é necessária a inclusão de suas defasagens.

Nesse sentido, por este estudo utilizar rentabilidade (ROA e ROE) como variáveis dependentes e suas defasagens como variáveis explicativas, tem-se que existe a recursividade da variável dependente, ocasionada, assim, a violação do pressuposto de exogeneidade exigido pelos modelos de Efeitos Fixos e Aleatórios.

Além da persistência da rentabilidade, também se considerou presença de endogeneidade na variável *Spread* (SPR). O *spread* mede a diferença entre as taxas de empréstimo cobrada dos tomadores de crédito e a taxa de captação paga aos clientes (MATIAS, 2009). Estudos apontam que a rentabilidade/lucratividade é um determinante do *spread* bancário (AFONSO; KÖHLER; FREITAS, 2009; DANTAS; MEDEIROS; CAPELLETTO, 2012; SILVA; RIBEIRO; MODENESI, 2016).

Quadro 3 – Testes de Adequabilidade do Modelo de Dados em Painel

Teste	Objetivo
Teste Reset	Verificar problema de especificação do modelo quanto à forma funcional e/ou exclusão de variáveis importantes.
Teste de Fator de Inflação da Variância (VIF)	Testar se há multicolinearidade entre os regressores.
Teste de Breusch-Pagan	Testar presença de heterocedasticidade.
Teste de Normalidade dos Resíduos	Testar a normalidade dos resíduos.
Teste de Chow	Verificar entre Modelo Pooled e Modelo de Efeitos Fixos qual é o mais favorável.
Breusch-Pagan para RE	Verificar entre Modelo Pooled e Modelo de Efeitos Aleatórios qual é o mais favorável.
Hausman	Verificar entre Modelo Efeitos Aleatórios e Efeitos Fixos qual é o mais favorável.
Teste de Raiz Unitária	Testar se a série é estacionária
Arellano-Bond	Testar autocorrelação dos resíduos.
Teste de Sargan - Hansen	Verificar a exogeneidade dos instrumentos.
Teste Dif-Hansen	Testar a validade de subconjunto de instrumentos. Se o modelo GMM- Sistêmico é válido

Fonte: adaptado de Heij et al. (2004) e Johnston e Dinardo (1998).

Tabela 1 – Categoria das Cooperativas

Ano	Amostra 2016	Amostra 2017
Capital e Empréstimo	200 (19,72%)	191 (19,85%)
Clássica	778 (76,73%)	735 (76,40%)
Plena	36 (3,55%)	36 (3,74%)
Total	1014 (100,00%)	962 (100,00%)

Fonte: dados da Pesquisa.

Dessa forma, existem evidências da existência de simultaneidade entre *spread* e rentabilidade.

### 3.3 Testes de Robustez do Modelo

Alguns testes foram realizados para validação dos modelos propostos, conforme o Quadro 3. Os resultados dos testes são apresentados na seção 4.2 da análise dos resultados da pesquisa.

## 4. Apresentação e Discussão dos Resultados

### 4.1 Descrição da Amostra

Nesta seção, são apresentados os resultados do estudo, evidenciando a estatística descritiva, aplicação dos modelos estatísticos e a discussão com a literatura. A Tabela 1 apresenta a composição das categorias por quantidade de cooperativas. Os dados correspondem apenas aos anos 2016 e 2017, pois abrange o período de vigência da resolução CMN n.º 4434/2015, que determina a classificação.



Há uma maior frequência das cooperativas classificadas como clássicas, ou seja, as que estão autorizadas a realizar diversas operações de crédito tal como exposto pelo Art. 15 da Resolução CMN n.º 4.434/2015, mas com algumas restrições colocadas no Art. 18, vedando, por exemplo, a realização de operações de empréstimo de ativos, as operações nas quais assumam exposição vendida ou comprada em ouro, em moeda estrangeira, em operações sujeitas à variação cambial, entre outras.

A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no estudo. Quanto às variáveis dependentes, é possível observar uma mediana de 2,10% para o ROA, 7,37% para o ROE e 16,24% para o CPLA. Todas as medidas de rentabilidade apresentaram uma grande variação, sendo o CPLA o com maior dispersão. Esta variável mostra que o Patrimônio Líquido das cooperativas tem crescido bastante.

É válido destacar que parte das cooperativas apresentaram retornos negativos advindos do valor negativo das sobras. Isso demonstra que, para essas organizações, as receitas não estão cobrindo as despesas, indicando um desempenho insatisfatório.

Neste sentido, também ocorre cenário de *spread* negativo, apesar da mediana de 13,07%. Valores negativos de *spread* representam que os Custos de Captação (CustoCap) são superiores à Geração Operacional de Renda (GerOR). Essa diferença pode sinalizar que a taxa dos tomadores de crédito não está cobrindo a taxa de captação paga aos clientes, ou configurar um cenário de maior presença dos poupadores.



**Tabela 2 – Estatísticas Descritivas das Variáveis do Modelo de Dados em Painel**

Variável	Média	Mediana	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	Mínimo	Máximo
ROA	0,76%	2,10%	22,50%	2947,74%	-1356,34%	293,29%
ROE	3,61%	7,37%	71,85%	1991,48%	-2744,13%	1075,01%
CPLA	385,40%	16,24%	40017,68%	10383,29%	-123350,80%	4311334,00%
SPR	15,01%	13,07%	16,22%	108,10%	-87,03%	894,55%
TB	0,17	0,01	0,31	179,11%	0,00	3,69
EO	363,75	1,32	27.898,34	7669,56%	0,00	2.386.790,00
INS	0,06	0,03	0,10	168,21%	0,00	1,00
IE	3,42	2,98	5,50	161,11%	0,00	190,48
AOC	0,62	0,64	0,19	29,86%	0,00	2,25
D_A	-0,25	16,57	0,41	-164,77%	-21,02	0,00
R_A	0,02	-0,19	0,05	244,70%	0,00	3,09
I_AT	16,51	0,01	2,01	12,17%	6,80	22,38
I_PIB	15,36	15,39	0,26	1,66%	14,95	15,70

Fonte: dados da pesquisa.

**Tabela 3 – Testes de Raiz Unitária das Variáveis Regressoras (Phillips – Perron)**

Variáveis	Estatística X <sup>2</sup>	Valor-p
SPR	5.978,40	0,000
TB	8.693,31	0,000
EO	5.797,86	0,000
INS	5.292,13	0,000
IE	7.568,46	0,000
AOC	5.517,19	0,000
I_AT	6.536,97	0,000
D_A	7.315,67	0,000
R_A	6.244,08	0,000
I_PIB	-1,015	0,0049

Fonte: dados da pesquisa.

Nota: H<sub>0</sub>: todos os painéis contêm raiz unitária e H<sub>a</sub>: Pelo menos um painel é estacionário.

Alguns indicadores apresentaram valores médios e medianos baixos. Foram eles: índice das exigências tributárias (TB), Insolvência (INS), Aplicações em Operações de Crédito (AOC) e Relação entre Receita e Total de Ativo (R\_A). Entretanto grande é o coeficiente de variação das variáveis.

Esses resultados mostram alta variabilidade dessas e das demais variáveis consideradas nos modelos, com exceção do logaritmo do PIB, que apresentou maior constância.

## 4.2 Testes de Estacionariedade dos Regressores

O Teste de Raiz Unitária é aplicado para verificar se as séries são estacionárias. Como a condição do GMM sistêmico é que a série seja estacionária, deseja-se rejeitar a hipótese nula do teste raiz unitária, indicando que pelo menos um painel seja estacionário. Para a variável independente I\_PIB, o Teste de Raiz Unitária aplicado foi específico para série temporal, já que não varia entre as cooperativas. A Tabela 3 apresenta os resultados dos testes de Estacionariedade.

Os resultados dos testes de Raiz Unitária para as variáveis dos modelos mostram a rejeição da hipótese nula para todos os casos. Desta forma pelo menos um painel é estacionário, atendendo, portanto, à condição do GMM.

#### 4.3 Influenciadores da rentabilidade medida pelo ROA – Modelo 1

Nesta seção são analisados os resultados para o primeiro modelo de estimação, que analisa os influenciadores da rentabilidade medida pelo ROA (Equação 1). A Tabela 4 apresenta os resultados para os modelos *Pooled*, Efeitos Fixos e GMM Sistêmico, evidenciando as diferenças entre os valores dos coeficientes e a significância das variáveis.

Os resultados dos testes mostram a estimação dos modelos *Pooled* e Efeitos Fixos, com significância da maioria das variáveis. Em relação à validação do modelo *Pooled*, observou-se problemas quanto à forma funcional e de heterocedasticidade, além de não normalidade dos resíduos e ausência de multicolinearidade. Ainda, o teste de Chow e Breusch-Pagan para Efeitos Aleatórios rejeitou o Modelo *Pooled*, favorecendo os modelos de Efeitos Fixos e Aleatórios, respectivamente. Já o teste de Hausman favoreceu o modelo de Efeitos Fixos, todavia, devido à existência de variáveis endógenas apontadas pela literatura, tais como o ROA defasado (VIEIRA, 2016) e o *Spread*, o modelo GMM se mostrou mais adequado para a estimação dos coeficientes dos regressores. Desta forma, foram utilizadas como instrumentos das primeiras diferenças as variáveis ROA defasado e *Spread*, assumindo que os demais regressores são exógenos. O teste de Hansen evidenciou que os instrumentos utilizados são válidos e o teste Dif-Hansen mostrou que o modelo GMM sistêmico é válido em

Tabela 4 – Estimação por: *Pooled*, Efeitos Fixos e GMM Sistêmico – Modelo 1

Variáveis / Testes	Variável Dependente ROA		
	<i>Pooled</i>	Efeitos Fixos	GMM Sistêmico
ROA L1	<b>-0,11***</b> (0,01)	<b>-0,23***</b> (0,01)	0,11 (0,18)
SPR	<b>0,42***</b> (0,01)	<b>0,27***</b> (0,02)	-0,30 (0,19)
TB	<b>-0,02***</b> (0,01)	<b>0,02*</b> (0,01)	0,04 (0,27)
EO	0,00 (0,00)	0,02*** (0,00)	0,01 (0,01)
INS	<b>0,03**</b> (0,01)	<b>-0,15***</b> (0,02)	-0,00 (0,21)
IE	-0,00 (0,00)	0,00 (0,00)	-0,00 (0,00)
AOC	<b>-0,03***</b> (0,01)	-0,01 (0,01)	0,06 (0,04)
D_A	<b>0,55***</b> (0,00)	<b>0,55***</b> (0,00)	<b>0,43***</b> (0,10)
R_A	<b>0,22***</b> (0,03)	<b>0,43***</b> (0,03)	<b>1,11***</b> (0,31)
1_AT	<b>0,00**</b> (0,00)	<b>0,01***</b> (0,00)	-0,01 (0,01)
1_PIB	<b>-0,01**</b> (0,01)	<b>-0,03***</b> (0,01)	-0,04 (0,18)
DCce	<b>-0,01*</b> (0,01)	omitida	-0,08 (0,44)
DCpn	-0,00 (0,00)	omitida	-0,04 (0,20)
Dni	<b>-0,01**</b> (0,00)	<b>-0,01***</b> (0,00)	0,04 (0,11)
_cons	<b>0,30***</b> (0,10)	<b>0,38***</b> (0,10)	0,95 (2,54)
N	10.245	10.245	10.245
R <sup>2</sup> Ajustado	75,84%		
Teste VIF	2,00		
Breusch-Pagan	X <sup>2</sup> = 677.333,08***		
RESET	F = 478,48***		
Chow		F = 5,13***	
Breusch-Pagan para RE		X <sup>2</sup> = 1068,86***	
Hausman		X <sup>2</sup> = 518,84***	
AR(1)			z = -1,48
AR(2)			z = -0,02
Teste de Sargan			X <sup>2</sup> = 259,18***
Teste de Hansen			X <sup>2</sup> = 7,37
Teste Dif-Hansen			X <sup>2</sup> = 7,37

Fonte: dados da pesquisa.

Em negrito, as variáveis estatisticamente significativas, considerando os seguintes níveis de significância: \*10%; \*\*5%; \*\*\*1%.

comparação do GMM em diferenças.

É possível ainda observar que, por meio do modelo GMM, somente as variáveis D\_A (relação entre Despesas e Total do Ativo) e R\_A (relação entre receita e total do ativo) foram significativas a 1%. Para Vinhado e Divino (2013), é esperada uma rela-

ção negativa entre D\_A e a rentabilidade, no entanto, no GMM apresentado neste trabalho, foi identificada uma relação positiva, evidenciando que a qualidade dos gastos em despesas, dado ao tamanho das organizações, proporcionaria um melhor desempenho medido pelo ROA. Tal

resultado pode ainda estar relacionado com o estudo de Vilela, Nagano e Merlo (2007), os quais tiveram como um de seus principais achados que as cooperativas que dispunham de maiores volumes de recursos conseguiram obter maiores taxas de eficiência, quando considerada a relação ativo total e despesas administrativas relativamente ao volume de crédito concedido. O sinal da variável R\_A foi o esperado, demonstrando que maiores receitas em proporção ao tamanho do ativo têm sido convertidas em maior rentabilidade para as cooperativas de crédito.

Por outro lado, outras variáveis não foram significativas, tal como ocorreu com a variável dependente defasada (ROA L1), cujo resultado diverge da pesquisa de Vieira (2016), que encontrou uma relação estatisticamente significativa e negativa. O resultado do primeiro modelo sugere que, para as cooperativas de crédito, as variáveis que influenciam a rentabilidade e a forma como isso ocorre são diferentes das instituições financeiras que visam ao lucro.

#### 4.4 Influenciadores da rentabilidade medida pelo ROE – Modelo 2

O segundo modelo busca analisar os fatores influenciadores do ROE (Retorno sobre Patrimônio Líquido). Os resultados dos modelos *pooled*, Efeitos Fixos estão sintetizados na Tabela 5.

Os testes de Adequabilidade da Estimação por *Pooled* via Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) apresentou problemas de heterocedasticidade e não normalidades dos resíduos. Entretanto, os regressores não apresentaram problemas de multicolinearidade, verificado pelo teste de Fator de Inflação da Variância (VIF). Destaca-se que este modelo apresentou um menor grau de explicação medido pelo  $R^2=22,53\%$ .

Tabela 5 – Estimações por: *Pooled*, Efeitos Fixos e GMM Sistêmico – Modelo 2

Variáveis / Testes	Variável Dependente ROE		
	<i>Pooled</i>	Efeitos Fixos	GMM Sistêmico
ROE L1	<b>-0,04***</b> (0,01)	<b>-0,29***</b> (0,01)	-0,05 (0,08)
SPR	<b>0,13*</b> (0,08)	<b>0,41***</b> (0,11)	-4,38 (3,63)
TB	<b>-0,14***</b> (0,04)	-0,02 (0,06)	-1,45 (1,31)
EO	-0,01 (0,01)	0,05*** (0,01)	0,01 (0,07)
INS	<b>-0,96***</b> (0,08)	<b>-1,77***</b> (0,11)	0,49 (0,91)
IE	<b>-0,05***</b> (0,00)	<b>-0,06***</b> (0,00)	<b>-0,05*</b> (0,03)
AOC	<b>-0,21***</b> (0,04)	<b>-0,47***</b> (0,07)	0,49 (0,64)
D_A	<b>0,41***</b> (0,02)	<b>0,38***</b> (0,02)	0,01 (0,30)
R_A	<b>1,04***</b> (0,17)	<b>1,13***</b> (0,21)	5,44 (3,83)
1_AT	<b>0,04***</b> (0,00)	<b>0,14***</b> (0,02)	0,01 (0,05)
1_PIB	<b>-0,09**</b> (0,04)	<b>-0,28***</b> (0,05)	-0,13 (1,91)
DCce	-0,02 (0,03)	omitida	1,84 (2,49)
DCpn	<b>0,05**</b> (0,02)	omitida	0,06 (1,86)
Dni	-0,01 (0,02)	0,01 (0,02)	-0,12 (1,15)
_cons	<b>1,14*</b> (0,58)	<b>2,54***</b> (0,63)	2,12 (26,63)
N	10.245	10.245	10.245
R <sup>2</sup> Ajustado	22,53%		
Teste VIF	1,95		
Breusch-Pagan	X <sup>2</sup> = 663.445,15***		
RESET	F = 1.683,32***		
Chow		F = 3,04***	
Breusch-Pagan para RE		X <sup>2</sup> = 46,35***	
Hausman		X <sup>2</sup> = 1.727,09***	
AR(1)			z = -2,36 **
AR(2)			z = 0,40
Teste de Sargan			X <sup>2</sup> = 40,87***
Teste de Hansen			X <sup>2</sup> = 5,49
Teste Dif-Hansen			X <sup>2</sup> = 5,49

Fonte: dados da pesquisa.

Em negrito as variáveis estatisticamente significativas considerando os seguintes níveis de significância: \*10%; \*\*5%; \*\*\*1%.

Em relação ao painel em oposição ao modelo *Pooled*, os testes apontam para o uso do modelo de Efeitos Fixos. Porém, conforme apontado pela literatura, as variáveis "retorno defasado" e "spread" são endógenos ao retorno, o que se propõe resolver pelo uso do método

GMM-Sistêmico. Foram realizados os testes de validação dos GMM-Sistêmico, que não apresentaram autocorrelação de ordem 2 e validaram os instrumentos. O teste Dif-Hansen validou o uso do GMM-Sistêmico em detrimento do em diferenças, sendo este o modelo indicado.

A única variável que alcançou significância estatística no modelo GMM foi IE (Relação entre capital de terceiros e capital próprio). O sinal foi conforme o esperado, negativo, demonstrando que uma maior exposição ao endividamento acarreta menor rentabilidade às organizações. O achado corrobora os estudos anteriores (PASIOURAS; KOSMIDOU, 2007; GODDARD; MCKILLOP, 2008; VINHADO; DIVINO, 2013; PRIMO et al., 2013).

Os resultados, mais uma vez, demonstram que os modelos que não tratam da endogeneidade apresentam significância estatística da maioria das variáveis explicativas, em oposição ao modelo GMM. Este fato levanta a necessidade de melhor investigação da rentabilidade para organizações que não visam o lucro.

#### 4.5 Influenciadores da rentabilidade medida pelo CPLA – Modelo 3

O último modelo analisou a rentabilidade mensurada pelo CPLA (crescimento do Patrimônio Líquido Ajustado), conforme apresentado na Equação 3. Os dados estão apresentados na Tabela 6.

A análise do CPLA apresentou grande discrepância dos modelos anteriores. Mesmo o modelo *pooled* não possui um alto poder de explicação, com  $R^2 = 0\%$ . Isso demonstra que as variáveis influenciadoras da rentabilidade das instituições financeiras não explicam as variações do crescimento do Patrimônio Líquido Ajustado. Conforme apresentado por Vieira (2016), o CPLA trata-se de uma *proxy* do desempenho de cooperativas de crédito por estar relacionado às sobras dos exercícios, ao aumento do capital social, ao aumento das reservas e também à integralização de quotas-partes, tendo papel importante para a análise do desempenho.

Tabela 6 – Estimações por: *Pooled*, Efeitos Fixos e GMM Sistemático – Modelo 3

Variáveis / Testes	Variável Dependente CPLA		
	<i>Pooled</i>	Efeitos Fixos	GMM Sistemático
CPLA LI	-0,00 (0,01)	<b>-0,13***</b> (0,01)	0,08 (0,17)
SPR	47,95 (53,07)	2,49 (84,57)	1,85 (145,30)
TB	-7,64 (24,61)	4,64 (45,18)	-49,43 (131,48)
EO	3,31 (3,98)	4,97 (9,51)	-0,49 (5,70)
INS	-39,10 (55,20)	-75,55 (83,46)	-0,50 (98,61)
IE	<b>2,00**</b> (0,89)	1,63 (1,16)	1,16 (1,58)
AOC	-22,38 (26,58)	40,79 (53,77)	-6,38 (24,25)
D_A	5,41 (14,37)	-8,02 (19,56)	0,96 (19,17)
R_A	19,42 (116,23)	74,49 (162,44)	64,77 (184,21)
1_AT	-3,55 (2,98)	16,31 (15,30)	0,76 (4,58)
1_PIB	-40,82 (27,74)	-83,66* (43,32)	-1,23 (97,26)
DCc	7,02 (20,66)	omitida	62,40 (248,71)
DCpn	13,80 (13,31)	omitida	-2,74 (121,39)
Dni	25,69 (17,36)	<b>32,29*</b> (18,01)	-8,74 (66,73)
_cons	658,77 (405,48)	<b>954,97*</b> (494,54)	14,71 (1339,74)
N	10.190	10.190	10.190
R <sup>2</sup> Ajustado	0,00%		
Teste VIF	1,94		
Breusch-Pagan	$X^2 = 66.108,61***$		
RESET	$F = 10,91***$		
Chow		$F = 0,93$	
Breusch-Pagan para RE		$X^2 = 0,00$	
Hausman		$X^2 = 8,24$	
AR(1)			$z = -0,97$
AR(2)			$z = 0,43$
Teste de Sargan			$X^2 = 0,04$
Teste de Hansen			$X^2 = 2,89$
Teste Dif-Hansen			$X^2 = 2,89$

Fonte: dados da pesquisa.

Em negrito, as variáveis estatisticamente significativas considerando os seguintes níveis de significância: \*10%; \*\*5%; \*\*\*1%.



“Os testes de Adequabilidade do GMM mostraram que não há problema de autocorrelação de ordem 2; os instrumentos utilizados são válidos e, também, validou o uso do GMM-Sistêmico em detrimento do GMM em diferenças.”

O modelo não apresentou problema de multicolineariedade, mas possui problemas de heterocedasticidade e não normalidades dos resíduos. Quanto aos testes de Painel e *Pooled*, foram rejeitados tanto o Efeito Fixo (Teste de Chow) quanto Efeitos Aleatórios (Breusch-Pagan para). Desta forma, o modelo *Pooled* seria o mais viável. Todavia, dado aos problemas de endogeneidade entre a defasagem da rentabilidade e o *spread*, utilizou-se o modelo GMM-Sistêmico.

Os testes de Adequabilidade do GMM mostraram que não há problema de autocorrelação de ordem 2; os instrumentos utilizados são válidos e, também, validou o uso do GMM-Sistêmico em detrimento do GMM em diferenças. Neste modelo, considerando a endogeneidade presente, nenhuma variável foi estatisticamente significativa.

#### 4.6 Síntese dos Modelos

A Tabela 7 traz o sinal esperado para cada variável juntamente com a síntese dos modelos 1, 2 e 3. Em destaque, estão os sinais que corresponderam ao apontado pela literatura.

**Tabela 7– Síntese dos Modelos**

Variáveis	Esperado	Modelo 1 (ROA)			Modelo 2 (ROE)			Modelo 3 (CPLA)		
		<i>Pooled</i>	EF	GMM Sis	<i>Pooled</i>	EF	GMM Sis	<i>Pooled</i>	EF	GMM Sis
Defasagem	+	-	-	NS	-	-	NS	NS	-	NS
SPRit	+	+	+	NS	+	+	NS	NS	NS	NS
TBit	+	-	+	NS	-	NS	NS	NS	NS	NS
EOit	+	NS	+	NS	NS	+	NS	NS	NS	NS
INSit	-	+	-	NS	-	-	NS	NS	NS	NS
IEit	-	NS	NS	NS	-	-	-	+	NS	NS
AOCit	+	-	NS	NS	-	-	NS	NS	NS	NS
D_Ait	-	+	+	+	+	+	NS	NS	NS	NS
R_Ait	+	+	+	+	+	+	NS	NS	NS	NS
I_ATit	+	+	+	NS	+	+	NS	NS	NS	NS
I_PIBt	+	-	-	NS	-	-	NS	NS	NS	NS
DCcei	Incerto	-	OM	NS	NS	OM	NS	NS	OM	NS
DCpni	Incerto	NS	OM	NS	+	OM	NS	NS	OM	NS
Dni	Incerto	-	-	NS	NS	NS	NS	NS	+	NS

Fonte: dados da pesquisa.

NS: Não significativo; OM: Omitida. Destacado os sinais que corresponderam ao esperado.



Nos modelos com as variáveis clássicas de rentabilidade (ROA e ROE) boa parte dos indicadores teve relevância estatística, considerando painel com Efeitos Fixos. Para os três modelos, a variável da rentabilidade defasada apresentou sinal contrário do esperado. O resultado mostra que os retornos positivos possuem efeito negativo nos retornos futuros, nesta amostra analisada. Esse fato pode estar associado ao papel social das cooperativas, assim como por se tratar de uma organização que não possui fim lucrativo.

Outra variável que apresentou sinal contrário do esperado foi a  $D\_A$  nos modelos 1 e 2. Conforme apontado, este comportamento pode estar relacionado à qualidade dos gastos em despesas dado ao tamanho das organizações, o que proporcionaria um melhor desempenho.

Esperava-se que a Insolvência tivesse relação negativa com o retorno, conforme apontado pelos estudos anteriores (PASIOURAS; KOSMIDOU, 2007; GODDARD; MCKILLOP, 2008; VINHADO; DIVINO, 2013; PRIMO *et al.*, 2013), o que de fato ocorreu, corroborando que organizações com maior grau de Insolvência tendem a possuir menores retornos.

As variáveis  $R\_A$  e  $I\_AT$  também apresentaram sinal conforme o esperado, demonstrando que a receitas assim como o tamanho medido pelo ativo tem relação direta com a rentabilidade. Desta forma, cooperativas maiores tendem a apresentar melhores resultados.

Quanto à variável que mede a adoção das normas internacionais pelas instituições financeiras (Dni), destaca-se que no modelo 1 apresentou sinal negativo, o que indicaria que com as adoções das normas

houve uma diminuição da rentabilidade destas instituições. Entretanto, esta variável não foi significativa na maioria dos outros modelos.

Contudo, os resultados mostram que para os três modelos, a maioria das variáveis não foi estatisticamente significativa quando considerado o problema de endogeneidade (GMM sistêmico). Indica que as variáveis utilizadas pela literatura não são adequadas para explicar a rentabilidade das cooperativas de crédito brasileiras, necessitando, assim, de melhor investigação da rentabilidade para organização que não visa o lucro.

Destaca-se que das *proxies* de rentabilidade utilizadas (ROA, ROE e CPLA), a CPLA foi o modelo GMM que não houve significância estatística para nenhuma variável. Abrindo também campo para estudos futuros sobre o comportamento desta variável, importante para as cooperativas de crédito do Brasil.

## 5. Considerações Finais

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar os fatores influenciadores da rentabilidade das cooperativas de crédito do Brasil. Para tanto foi utilizado um painel composto por 1.436 cooperativas de crédito singulares. O Modelo GMM - Sistêmico se mostrou mais adequado para a estimação dos coeficientes dos regressores, visto a endogeneidade com a rentabilidade defasada e o *Spread*, conforme apontamento na literatura (AFONSO; KÖHLER; FREITAS, 2009; DANTAS; MEDEIRO; CAPELLETTO, 2012; SILVA; RIBEIRO; MODENESI, 2016). Desta forma, foram utilizadas como instrumentos das primeiras diferenças as variáveis de rentabilidade defasadas e *Spread*, assumindo que os demais regressores são exógenos.

Quando utilizada a variável dependente ROA, foi identificada uma relação positiva com as variáveis Relação entre Despesas e Total do Ativo ( $D\_A$ ) e com a Relação entre Despesas e Total do Ativo ( $R\_A$ ). A relação positiva de  $D\_A$  com a rentabilidade evidencia que a qualidade dos gastos dado ao tamanho das organizações proporcionaria um melhor desempenho medido pelo ROA. A relação positiva com  $R\_A$  ocorreu conforme esperado, destacando que maiores receitas levam a maior rentabilidade.

Em relação ao modelo no qual a variável dependente é o ROE, a única variável que teve significância estatística foi a Relação entre Capital de Terceiros e Capital Próprio (IE). Este indicador apresentou sinal negativo conforme os estudos de Vilela, Nagano e Merlo (2007), Pasiouras e Kosmidou (2007) e Primo *et al.* (2013).



“Outro resultado relevante foi a baixa taxa média e muitos valores negativos das medidas de rentabilidade. Este cenário pode estar associado ao papel social que estas instituições desempenham, tratando-se de organizações sem fins lucrativos.”

O último modelo apresentou o resultado bem divergente dos anteriores. As variáveis mostraram-se não significantes para explicar as variações no crescimento do patrimônio líquido (CPLA), inclusive em modelos que não tratam a endogeneidade. O resultado evidencia um alto crescimento da CPLA, reforçando sua importância, mas que ainda necessita de estudos mais aprofundados. São necessárias mais investigações para entender melhor o crescimento elevado do PLA, tal como, uma possível associação com o número elevado de incorporações e, conseqüentemente, a diminuição da quantidade de cooperativas.

Outro resultado relevante foi a baixa taxa média e muitos valores negativos das medidas de rentabilidade. Este cenário pode estar associado ao papel social que estas instituições desempenham, tratando-se de organizações sem fins lucrativos.

O estudo conclui que a rentabilidade das cooperativas apresenta uma dinâmica distinta das demais organizações financeiras, e são necessárias maiores investigações sobre seus determinantes. Abre campo para o desenvolvimento de indicadores que captem a vertente social das organizações sem fim lucrativo e sua possível relação

com o desempenho. É importante ter em vista estes aspectos durante o processo de avaliação destas organizações, seja feita por seus gestores, associados, órgãos reguladores e sociedade.

Para futuras pesquisas, sugere-se utilizar variáveis socioeconômicas, visto que as cooperativas de crédito são organizações que não visam lucros, mas sim ao crescimento de seus associados e desenvolvimento socioeconômico. Diante disso, medir a rentabilidade de uma cooperativa através apenas de indicadores financeiros pode não ser tão viável para o perfil destas instituições.



## Referências

AFONSO, J. R.; KÖHLER, M. A.; FREITAS, P. S. de.. *Evolução e Determinantes do Spread Bancário no Brasil*. Centro de Estudos da Consultoria do Senado Federal: Brasília. ISSN 1983-0645, 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. BACEN. FAQ – *Cooperativas de Crédito*. Recuperado em 18 de novembro de 2018, de: <<http://www.bcb.gov.br/?COOPERATIVASFAQ>>. 2016.

BARTON, D.. What is a cooperative? In: COBIA, D. *Cooperatives in agriculture*. Prentice Hall, 1989.

BARTON, D.; BOLAND, M., CHADDAD, F.; EVERSULL, E.. Current Challenges in Financing Agricultural Cooperatives. *The Magazine of Food, Farm and Resource Issues*. V. 26, n. 3, 3<sup>rd</sup> Quarter, 2011.

BRASIL. *Lei Complementar nº 130* (2009, 17 de abril). Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

BRASIL. *Lei n. 5.764* (1971, 16 de dezembro). Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

BRASIL. *Lei nº 10.406* (2002, 10 de janeiro). Institui o Código Civil. República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

BRESSAN, V. G. F.; BRAGA, M. J.; BRESSAN, A. A.; RESENDE FILHO, M. A. Uma proposta de indicadores contábeis aplicados às cooperativas de crédito brasileiras. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, Curitiba, v. 2, n. 4, p. 58-80, set./dez. 2010.

BUREI, G.; KUHL, M. R.. *Impactos da Resolução 4.434/2015 em uma Cooperativa de Crédito Rural*. Publica cresol. Recuperado em 18 de novembro de 2018, de: <http://www.infocos.org.br/publicacresol/upload/trabalhosfinal/215.pdf>. 2016.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. *Resolução nº 3853*, de 29 de abril de 2010. Dispõe sobre a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas intermediárias com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), e dá outras providências, 2010.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. *Resolução nº 4.434*, de 05 de agosto de 2015. Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências, 2015.

DANTAS, J. A.; MEDEIRO, O. R. de; CAPELLETTO, L. R.. Determinantes do *spread* bancário ex post no mercado brasileiro. *RAM, Revista de Administração Mackenzie*, v. 13, n. 4. São Paulo, SP, 2012

FRIED, H. O., LOVELL, C. A. K.; EECKAUT, P. V.. Evaluating the performance of US credit unions. *Journal of Banking and Finance*, North-Holland, v. 17, n.2-3, p. 251-265, 1993.

GODDARD, J.; MCKILLOP, D.; WILSON, J. O. S. The Diversification and Financial Performance of US Credit Unions. *Journal of Banking and Finance*, v. 32, n. 9, p. 1836-1849, set., 2008.

HEIJ C., DE BOER, P., FRANSSE, P. H., KLOEK, T., VAN DIJK, H. K.; *Econometric methods with applications in business*. OXFORD, UK. First Edition, 2004.

JIANG, G.; TANG, N; LAW, E.; SZE, A.. *Determinants of Bank Profitability in Hong Kong*. Hong Kong Monetary Authority Quarterly Bulletin, p. 5-14, September, 2003.

JOHNSTON, J.; DINARDO, J. *Econometric Methods*, 4ed. McGraw Hill, 1998.

LEVINE, R. (. Financial Development and Economic Growth: view sand agenda. *Journal of Economic Literature*, vol. 35 n.2, p.688- 726, 1997.

MATIAS, A. B. *Análise Financeira Fundamentalista de Empresas*. São Paulo: Atlas, 2009.

---

MCKILLOP, D.; WILSON, J. O. S. Credit Unions: A Theoretical and Empirical Overview. *Financial Markets, Institutions & Instruments*, v. 20, n. 3, p. 79–123, 2011

---

PASIOURAS, F.; Kosmidou, K.. Factors influencing the profitability of domestic and foreign commercial banks in the European Union. *Research in International Business and Finance*, vol. 21, n.2, p. 222-237, 2007.

---

PINHEIRO, M. A. H.. *Cooperativas de Crédito: história da evolução normativa no Brasil*. 6 ed; Brasília, Banco Central do Brasil, 2008.

---

RACHDI, H.. What determines the profitability of banks during and before the international financial crisis? Evidence from Tunisia. *International Journal of Economics, Finance and Management*, vol. 2, n.4, p. 330-337, 2013..

---

PRIMO, U. R.; DANTAS, J. A.; MEDEIROS, O. R.; CAPELLETTO, L. R.. Determinantes da Rentabilidade Bancária no Brasil. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, vol.10, n,4, p. 308-323, 2013.

---

SILVA, T. G. da, RIBEIRO, E. P., MODENESI, A. de M.. Determinantes macroeconômicos e o papel das expectativas: Uma análise do spread bancário no Brasil (2003-2011). *Estudos Econômicos* (São Paulo), vol. 46, n. 3, p. 643–673, 2016.

---

VIEIRA, L. K. *Diversificação de Receitas e o Desempenho Financeiro das Cooperativas de Crédito Brasileiras*. Dissertação de mestrado. 211 p. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

---

VILELA, D. L.; NAGANO, M. S.; MERLO, E. M. Aplicação da análise envoltória de dados em cooperativas de crédito rural. *RAC*. 2º Ed. Especial, p. 99-120, 2007.

---

VINHADO, F. Da S.; DIVINO, J. A.. Determinantes da Rentabilidade das Instituições Financeiras no Brasil. *Análise Econômica*, Porto Alegre, vol. 31, n. 58, p.77-101, 2013.

---

WOOLDRIDGE, J. M. *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*. Cambridge, MA: MIT Press, 2002.

---





# Eficiência financeira na gestão dos recursos públicos das capitais brasileiras

A presente pesquisa objetivou analisar a eficiência financeira das capitais brasileiras a partir da gestão dos recursos públicos, observando o desempenho econômico-financeiro durante o período de 2008 a 2018. O método escolhido foi o de Brown (1993) em conjunto com a Análise Envoltória de Dados (DEA), aplicando-se a Regressão Linear Múltipla para avaliar a relação dos tipos de eficiência com as despesas por função de governo. A fundamentação teórica remete a gestão eficiente dos recursos públicos de uma maneira que permita a avaliação do desempenho econômico-financeiro. Os resultados da DEA revelaram um ranking em que as capitais mais eficientes nas regiões Norte, Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Nordeste foram, respectivamente, Manaus, Campo Grande, Curitiba, Vitória e Recife. Com o modelo de regressão, foi possível concluir que a variação das eficiências possui relação significativa com as variáveis Urbanismo e Saneamento. As principais contribuições do estudo foram que os gestores podem utilizar a modelagem descrita para fornecer uma imagem da gestão econômica em um determinado momento do tempo, e os resultados das capitais poderão servir de referência para os demais municípios brasileiros.

## Ingrid Renally Gomes Ferreira

É bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), possui Pós-Graduação em Contabilidade para Gestão Pública e Empresarial pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e atua como Fiscal de Tributos do Município de Santa Cruz - PB.

## Antonio Firmino da Silva Neto

Possui Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialista em Contabilidade Pública. Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB). É Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Contador do Instituto Federal da Paraíba (IFPB).

## 1. Introdução

A administração pública, no Brasil e no mundo, passou por transformações como a disseminação dos princípios da Administração Pública Gerencial, cujo foco é na gestão voltada para resultados e o uso eficiente dos recursos. Bresser Pereira (1998) apontou que a Reforma Gerencial visava aumentar a eficiência e efetividade da organização estatal, tendo a finalidade de melhorar a qualidade das decisões do governo. Portanto, a nova administração pública pretendeu dotar o Estado de uma governança que realizasse mais com menos recursos visando à satisfação da sociedade (BENTO, 2003).

Neste sentido, para Castro (2018), eficiência na administração pública é gerir os recursos com alto rendimento, maximizando a relação custo/benefício, o que torna incoerente que seja mantida uma cultura de desperdícios e equívocos nas ações governamentais. Dessa forma, surge a necessidade de uma administração responsável e equilibrada para alocar recursos públicos escassos e proporcionar uma leitura válida das ações públicas. No Brasil, o marco para esta implementação foi a adoção Lei Complementar n.º 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Leite Filho e Fialho (2015) afirmam que a LRF teve o objetivo principal de intensificar o controle e a responsabilização dos gestores municipais mediante as contas públicas, objetivando eficiência na alocação de recursos e aperfeiçoar os custos da máquina pública. Logo, os Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) das entidades do setor público apresentam informações econômico-financeiras que podem direcionar o processo de decisão e proporcionar a instrumentalização do controle social por meio da *accountability*, que é

considerada a razão de ser da Contabilidade (NAKAGAWA; RELVAS; DIAS FILHO, 2008).

A mensuração e avaliação do desempenho fazem parte das ferramentas mais utilizadas, com a finalidade de se desenvolver uma gestão pública eficiente e comprometida com os resultados (GUIMARÃES, 2008). Analisando o desempenho da condição financeira, faz-se a seguinte indagação: **Qual o nível de eficiência financeira das capitais brasileiras na gestão dos recursos públicos, no período de 2008 a 2018?**

Assim, o objetivo do estudo é analisar a eficiência financeira das capitais brasileiras a partir da gestão dos recursos públicos observando o desempenho econômico-financeiro durante 2008 a 2018. Para atingir tal objetivo, foram estabelecidos os dez indicadores que serviram para realizar a análise da condição financeira e observar os níveis de desempenho de tais entes federados.

Dentro desse contexto, constata-se que um desafio enfrentado pelos entes consiste no alcance do equilíbrio na gestão dos recursos públicos e os resultados obtidos com a aplicação destes por parte dos gestores, permitindo que possam contribuir de maneira concreta para o desempenho econômico-financeiro das capitais brasileiras.

Isto posto, o trabalho justifica-se por contribuir com o rol de pesquisas que buscam identificar indicadores de eficiência financeira. Assim, esta pesquisa adapta os indicadores de Brown (1993) à realidade brasileira para demonstrar o quão eficientes os municípios são no trato dos recursos públicos.

## 2. Fundamentação Teórica

### 2.1 Eficiência financeira no setor público brasileiro

De acordo com Pereira (2010), a eficiência preocupa-se com a relação entre os recursos que estão sendo aplicados e o produto que está sendo obtido a partir destes recursos, ou seja, relação despesa e receita e relação custo e benefício. Essa relação permite analisar até que ponto o governo pode aumentar sua eficiência e reduzir a pressão por gastos, afetando de forma positiva a sua condição financeira (LIMA; DINIZ, 2016).



“Dentro desse contexto, constata-se que um desafio enfrentado pelos entes consiste no alcance do equilíbrio na gestão dos recursos públicos e os resultados obtidos com a aplicação destes por parte dos gestores, permitindo que possam contribuir de maneira concreta para o desempenho econômico-financeiro das capitais brasileiras.”

Contudo, o atual cenário aponta que a eficiência financeira da administração pública brasileira vem sofrendo grandes impactos, visto que apresentou, nas últimas décadas, um aumento constante das despesas públicas com elevados déficits fiscais, além de uma capacidade financeira insuficiente e uma dívida pública insustentável, pois houve uma queda significativa das receitas públicas gerada pela recessão econômica e políticas equivocadas de desoneração fiscal (DRUCK; FILGUEIRAS; MOREIRA, 2018).

Em função do ambiente difícil em que os municípios brasileiros operam, com problemas para atingir estabilidade fiscal em longo prazo e dificuldades para um crescimento sustentável, propostas de mensuração da eficiência municipal possibilitam o exame das finanças públicas e a condição financeira de determinado município (DINIZ; MACEDO; CORRAR, 2012).

Assim, dentre os estudos que nortearam este trabalho, destaca-se o de Diniz, Macedo e Corrar (2012), que teve o objetivo de avaliar a eficiência financeira na gestão dos re-



ursos públicos de municípios brasileiros população superior a 200 mil habitantes em 2007 e mensurar sua relação com os gastos nas funções de governo. Para isso, fizeram o uso do modelo de Brown (1993) e da metodologia DEA para definir os escores de eficiência dos municípios. Já a regressão linear, foi utilizada para investigar relações com as variáveis originárias das 28 funções de governo.

A pesquisa de Faria, Jannuzzi e Silva (2008) foi realizada em 62 municípios do Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de verificar a eficiência da aplicação dos recursos públicos com educação, cultura, saúde e saneamento e indicadores da condição de vida da população no ano de 2000, através da análise DEA. Dal Vesco, Hein e Scarpin (2014) procuraram analisar os indicadores de desempenho dos municípios do sul do Brasil, que apresentam até 100 mil habitantes e os resultados encontrados foram condizentes com a proposta de Brown (1993), em que a análise da condição financeira deve ser feita por comparação com municípios que apresentem características semelhantes.

Os estudos demonstraram as dificuldades relacionadas à escassez de recursos, aos problemas relacionados a custos e ao endividamento, porém destacaram que é possível o alcance de eficiência com a adoção de melhores práticas de uma maneira que permita a avaliação do desempenho econômico-financeiro da administração pública como um todo, retratando como se encontra a utilização de recursos financeiros pelos municípios.

## 2.2 Gestão dos recursos públicos e desempenho econômico-financeiro

No Brasil, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é considerada a criadora de um novo paradigma de gestão, aproximando ao conceito de excelência, que passa a ser exigido do serviço público por parte da população, dos órgãos de controle e do Governo (LANGWINSKI, 2013). Nobre, Diniz e de Araújo (2019) apontam que a gestão pública tem o propósito de administrar os recursos de determinado ente da Federação de modo a atender às necessidades sociais, e esta é uma forma de medir a condição financeira de uma localidade.

A busca pelo equilíbrio financeiro na gestão pública objetiva o balanceamento entre a arrecadação e a realização de despesas, ou seja, a análise da relação entre os recursos disponíveis e a estrutura de gastos e compromissos indicando se existe ou não uma boa condição financeira, exigindo a aplicação dos recursos de forma planejada e equilibrada desde o princípio do processo administrativo (DINIZ; MACEDO; CORRAR, 2012).

Para Souza, Andrade e Silva (2015), verificar a condição financeira dos entes municipais através de análises é relevante para a gestão pública, por permitirem a observação de informações referentes ao desempenho administrativo dos gestores públicos, demonstrando como se encontra a utilização de recursos financeiros pelos municípios.

O desempenho econômico-financeiro está associado às medidas de eficiência, resultantes do aumento das práticas de gestão no setor público e a avaliação deste desempenho passam por um maior foco dado às medidas de resultado. Por esse raciocínio, Langwinski (2013) assegura que medir o desempenho passa a ser uma tarefa que envolve a sistematização de ações na busca de definir os resultados que serão obtidos, bem como os esforços e capacidades que são necessários para este fim.

A análise de desempenho, conforme da Silva Vieira (2009), torna-se necessária por ser um meio de avaliação da gestão pública, como também um meio de demonstrar aos cidadãos de forma transparente e clara a qualidade do serviço ofertado pelo administrador público, pois são eles que mantêm a máquina administrativa funcionando por meio do pagamento de tributos aos cofres públicos e que tem o dever de verificar e analisar a qualidade do serviço e o desempenho da administração pública.

Dessa forma, a utilização de indicadores auxilia a gestão pública na apuração dos resultados alcançados

pelos políticas e gastos governamentais e, conseqüentemente, podem ser utilizados como parte da mensuração da eficiência (ÁZARA, 2016). Isto posto, o processo decisório, até onde possível no setor público, será firmemente subsidiado pelos resultados colhidos por meio dos indicadores.

Os indicadores utilizados neste estudo centram-se no modelo proposto por Brown (1993), que possui a precisão necessária para a análise da eficiência financeira, pois sua operacionalização é dada pela interpretação de dados financeiros extraídos dos relatórios contábeis e podem resultar na análise de vários exercícios.

## 3 Metodologia

### 3.1 Amostra da Pesquisa

A amostra compreende as capitais brasileiras, em virtude da representatividade das informações encaminhadas a Secretaria do Tesouro Nacional e aos Tribunais de Contas. Com exceção de Brasília (DF), que foi

desconsiderada por não apresentar as características e estrutura administrativa comum às demais capitais.

Cabe destacar que as informações coletadas são referentes aos anos de 2008 a 2018, visto que foi o período disponível nos sítios do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), da base de dados Finanças do Brasil (Finbra), dos Tribunais de Contas e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na época da coleta de dados.

### 3.2 Escolha e Composição das Variáveis

O teste *10-point* de Brown (1993) foi escolhido por ser um conjunto de indicadores que apresentam quatro vertentes: estrutura de financiamento (receitas), condicionamento de aplicação das despesas, estrutura operacional e estrutura da dívida pública. Iniciando assim, a definição dos procedimentos necessários para determinação de uma fronteira eficiente, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Indicadores do Modelo Brown (1993)

Descrição	Relação
Estrutura de financiamento	
Receita <i>per capita</i>	$\frac{\text{Receita total}}{\text{População}}$
Participação de receitas próprias	$\frac{\text{Receita própria}}{\text{Receita total}}$
Importância do excedente acumulado	$\frac{\text{Desempenho orçamentário} + \text{Reservas}}{\text{Receita total}}$
2. Condicionamento de aplicação das despesas	$\frac{\text{Despesas fixas}}{\text{Receita corrente líquida}}$
3. Estrutura operacional	
Operacionalização de receitas e despesas totais	$\frac{\text{Receita total}}{\text{Despesa total}}$
Operacionalização das despesas com pessoal	$\frac{\text{Despesa com pessoal}}{\text{Receita corrente líquida}}$
Operacionalização de investimento	$\frac{\text{Despesa com investimento}}{\text{Receita total}}$
4. Estrutura da dívida pública	
Dívida consolidada	$\frac{\text{Dívida consolidada líquida}}{\text{Receita corrente líquida}}$
Dívida a curto prazo	$\frac{\text{Dívida de curto prazo}}{\text{Ativo total}}$
Necessidade de recursos	$\frac{\text{Ativo financeiro} - \text{Passivo financeiro}}{\text{Receita corrente líquida}}$

Fonte: elaborado pelos autores (2021)

### 3.3 Procedimentos de Modelagem

O modelo de avaliação de desempenho aqui proposto é baseado na Análise Envoltória de Dados (*Data Envelopment Analysis – DEA*), desenvolvida por Charnes, Cooper e Rhodes, que utiliza programação linear para calcular eficiências comparativas de Unidades Tomadoras de Decisão (*Decision Making Unit – DMU*). Os dados para elaboração desta pesquisa foram obtidos por meio dos documentos disponíveis nos sítios do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), da base de dados Finanças do Brasil (Finbra) e dos Tribunais de Contas.

Dessa forma, após calculados os dez indicadores, aplicou-se o método DEA definindo os escores para determinação de fronteiras eficientes para cada DMU, ou seja, as capitais brasileiras. Estabeleceram-se cinco *inputs* (indicadores de despesa e da dívida pública) e cinco *outputs* (indicadores de receita), os indicadores operacionais foram usados como *input* e *output* (Quadro 2). Já os escores finais foram as médias da orientação a *input*.

Na definição dos *inputs* e *outputs* foi utilizada a mesma lógica que Diniz, Macedo e Corrar (2012), ou seja, para os *outputs* quanto maior o valor do indicador, melhor e para os *inputs* o contrário – quanto maior o indicador, pior a situação financeira. Foram calculados quatro tipos de DEA – padrão, invertida, composta e composta\* (normalizada), fornecidos pelo Sistema Integrado de Apoio à Decisão (Siad).

Dessa forma, os escores de eficiência estimados com a utilização do modelo DEA foram posteriormente analisados por meio do seguinte modelo genérico de regressão linear múltipla, conforme Hair et al. (2009):

Quadro 2 - Indicadores definidos como *inputs* e *outputs*

Input		Output	
Input_1	Despesas fixas	Output_1	Receita per capita
Input_2	Despesas com pessoal	Output_2	Participação de receitas próprias
Input_3	Dívida consolidada	Output_3	Importância do excedente acumulado
Input_4	Dívida a curto prazo	Output_4	Relação das receitas e despesas totais
Input_5	Necessidade de recursos	Output_5	Índice de investimento

Fonte: Diniz, Macedo e Corrar (2012).

$$Y_i = \beta_0 + \sum \beta_k X_{ki} + \epsilon_i$$

Em que:

$Y_i$  = é a variável dependente ou explicada;

$X_i$  = é a variável independente;

$\beta_0$  = é a variável independente;

$\beta_k$  = é o vetor de coeficiente de inclinação de Y em relação à variável  $X_k$ , mantendo constantes as variáveis  $X_1, X_2, X_3, \dots, X_{k-1}$ ; e

$\epsilon_i$  = é o termo de erro.

Para esta função ser estimada, foi utilizado o método dos “Mínimos Quadrados Ordinários” (MQO). Também se empregou o método *Stepwise Forwards* para selecionar as variáveis significativas com *p-value* de 5%.

Neste método os modelos são decompostos pelo poder explicativo das variáveis, de forma que o primeiro modelo é o de regressão simples; já nos demais modelos são elaborados com acréscimos de uma variável até chegar ao último modelo com todas as variáveis explicativas que possam ser aplicáveis ao modelo (HAIR et al., 2009).

### 3.4 Variáveis do Modelo

As variáveis foram escolhidas com a finalidade de verificar quais funções de governo influenciam a eficiência financeira municipal. A

variável dependente foi baseada nos escores médios de DEA para cada tipo de eficiência, determinando se a capital tem uma boa gestão pública. Têm-se as seguintes variáveis dependentes: Eficiência Padrão, Eficiência Invertida, Eficiência Composta e Eficiência Composta\* (normalizada).

As variáveis explicativas selecionadas, por possuírem características contábeis (econômico-financeiras), são as despesas classificadas como funções de governo, encontradas na base de dados Finbra e Siconfi. A atual classificação funcional foi instituída pela Portaria n.º 42, de 14 de abril de 1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão.



Contudo, para permitir a comparação entre capitais com populações de tamanho distinto, optou-se por valores das despesas *per capita*. Também foi considerado o período analisado na pesquisa (2008 a 2018) para chegar às variações médias de cada função.

As Despesas por função judiciária *per capita*; Defesa nacional *per capita*; Relações exteriores *per capita*; Direitos da cidadania *per capita*; Agricultura *per capita*; Organização agrária *per capita*; Indústria *per capita*; Comunicações *per capita*; e Energia *per capita* foram descartadas por não possuírem informações suficientes para todos os anos analisados. Assim, as despesas por função de governo efetivamente utilizadas foram:

Despesa por função legislativa *per capita*; Despesa por função essencial à justiça *per capita*; Despesa por função administração *per capita*; Despesa por função segurança pública *per capita*; Despesa por função assistência social *per capita*; Despesa por função previdência social *per capita*; Despesa por função saúde *per capita*; Despesa por função trabalho *per capita*; Despesa por função educação *per capita*; Despesa por função cultura *per capita*; Despesa por função urbanismo *per capita*; Despesa por função habitação *per capita*; Despesa por função saneamento *per capita*; Despesa por função gestão ambiental *per capita*; Despesa por função ciência e tecnologia *per capita*; Despesa por função comércio e serviços *per capita*; Despesa por função transporte *per capita*; Despesa por função desporto e lazer *per capita* e Despesa por função encargos especiais *per capita*.

A partir destas variáveis, buscou-se na análise dos resultados, identificar dentre elas quais têm poder de predizer variações na DEA, e com base nesta variação identificar quais pontos precisam ser melhorados e os que demonstram eficiência da gestão pública.

## 4. Apresentação dos Resultados

A partir dos indicadores de eficiência financeira utilizados pela DEA, tomou-se a média dos resultados para representar o desempenho econômico-financeiro e as capitais brasileiras foram separadas em cinco grupos, conforme as regiões em que se encontram. A Tabela 1 revela os escores dos quatro tipos de eficiência encontrados.

### 4.1 Eficiência padrão- DEA

Conforme Mello et al. (2005) existe uma característica de benevolência, principalmente na eficiência padrão ou clássica faz com que ocorram empates para as unidades 100% eficientes, o que provoca uma baixa

discriminação entre as DMUs. Desse modo, 10 das 26 capitais analisadas apresentaram eficiência de 100% e além destas capitais com indicador máximo, nota-se que outras DMUs, tais como Belém, Boa Vista, Porto Velho, Recife e São Luís, tiveram ótimo desempenho, pois atingiram indicador médio superior a 99%.

A capital Belém chega a alcançar de 2008 a 2018 escores máximos e apenas em 2016 teve queda em sua eficiência com 96,05%, afetando a média final, assim como ocorreu em Boa Vista para o ano de 2011 (89,47%), Porto Velho em 2015 (91,71%), Recife em 2008 (99,58%) e São Luís em 2017 (95,42%). Os resultados assemelham-se aos de Diniz, Macedo e Corrar (2012), que destacaram Belém como uma das capitais eficientes e afirmam que estas DMUs de desempenho superior

Tabela 1 - Resultados dos escores médios (desempenho econômico-financeiro)

Região	DMU	Capital	Padrão	Invertida	Composta	Composta Normalizada
Norte	DMU_01	Belém	99,64%	89,31%	53,53%	82,22%
	DMU_02	Boa Vista	99,04%	100,00%	49,59%	76,60%
	DMU_03	Macapá	79,40%	100,00%	40,40%	62,95%
	DMU_04	Manaus	96,87%	79,46%	59,57%	91,78%
	DMU_05	Palmas	100,00%	96,17%	52,49%	81,05%
	DMU_06	Porto Velho	99,25%	96,88%	50,61%	78,15%
	DMU_07	Rio Branco	100,00%	97,51%	51,24%	79,05%
Nordeste	DMU_08	Aracaju	90,98%	93,99%	48,49%	74,84%
	DMU_09	Fortaleza	95,41%	85,34%	55,13%	84,72%
	DMU_10	João Pessoa	98,08%	91,66%	53,77%	82,87%
	DMU_11	Maceió	95,25%	100,00%	47,83%	74,04%
	DMU_12	Natal	96,03%	97,35%	50,02%	77,25%
	DMU_13	Recife	99,96%	88,99%	55,13%	85,11%
	DMU_14	Salvador	100,00%	96,51%	50,20%	77,48%
	DMU_15	São Luís	99,58%	98,38%	50,96%	78,78%
	DMU_16	Teresina	94,73%	90,58%	52,08%	80,25%
Centro-Oeste	DMU_17	Campo Grande	97,83%	81,00%	57,42%	88,21%
	DMU_18	Cuiabá	98,45%	96,90%	51,77%	80,01%
	DMU_19	Goiânia	97,48%	94,55%	51,47%	79,30%
Sudeste	DMU_20	Belo Horizonte	100,00%	84,91%	56,35%	86,83%
	DMU_21	Rio de Janeiro	100,00%	95,64%	53,38%	82,43%
	DMU_22	São Paulo	100,00%	100,00%	50,00%	77,22%
	DMU_23	Vitória	100,00%	86,53%	56,73%	87,43%
Sul	DMU_24	Curitiba	100,00%	81,73%	57,46%	88,57%
	DMU_25	Florianópolis	100,00%	96,42%	53,46%	82,60%
	DMU_26	Porto Alegre	100,00%	90,16%	54,92%	84,68%

Fonte: elaborada pelos autores (2021).

“As regiões Sudeste e Sul chamam atenção por somente apresentarem valores máximos de eficiência padrão em suas capitais e por juntas possuírem quantidade maior de escores com valor 100% do que as outras quatro regiões, em que apenas três capitais são totalmente eficientes.”

encontram-se bastantes próximas da fronteira eficiente e numa condição semelhante àquelas que alcançaram o desempenho econômico-financeiro máximo. Isso significa que elas poderiam chegar aos 100% com pequenos ajustes em seus indicadores de eficiência financeira.

O menor percentual de eficiência encontra-se na região Norte, da capital Macapá (79,40%), por ser a DMU que menos obteve eficiência padrão de 100% nesta fronteira. Em relação aos demais anos analisados, as eficiências estão entre 60% e 70%, representando considerável diferença comparada às outras DMUs da mesma região, que estão acima dos 90% na fronteira. No Centro-Oeste, Campo Grande foi a capital da região com escores máximos de 2008 a 2016. Já Goiânia foi a que obteve menor eficiência devido ao fato de ter obtido em 2014 um escore de 94,06%, em 2017 (96,77%) e em 2018 (81,47%). Contudo, observa-se que a região apresentou desempenho econômico-financeiro satisfatório para este tipo de fronteira.

Porém, cabe destacar que é a região Nordeste que, comparada às demais possui os piores resultados, sendo Aracaju a capital menos eficiente (90,98%). Convém destacar que Teresina possui a mesma quan-

tidade de escores máximos que Aracaju, porém sua situação diverge por ao longo dos anos analisados ao apresentar resultados mais equilibrados, principalmente em 2008 e 2010, o que a impede de ficar em última posição na região. Assim, para tais capitais, são necessários ajustes consideráveis para que elas possam alcançar maior eficiência financeira. Apenas Salvador apresenta desempenho máximo para todo o período analisado, tornando-se a DMU mais eficiente do Nordeste.

As regiões Sudeste e Sul chamam atenção por somente apresentarem valores máximos de eficiência padrão em suas capitais e por juntas possuírem quantidade maior de escores com valor 100% do que as outras quatro regiões, em que apenas três capitais são totalmente eficientes. Assim, o método baseado no uso da fronteira invertida foi proposto para evitar a possível distorção causada pela existência de DMUs falsamente eficientes, realizando o desempate entre elas.

#### 4.2 Eficiência invertida - DEA

A fronteira invertida é uma avaliação pessimista das DMUs em contrapartida à fronteira padrão, com maior discriminação entre as unida-

des Mello et al. (2005). Esta fronteira é composta pelas DMUs com as piores práticas gerenciais (e podemos chamá-la de fronteira ineficiente). Pode-se igualmente afirmar que as DMUs pertencentes à fronteira invertida têm as melhores práticas sob uma ótica oposta. Assim, entre as 26 capitais, Boa Vista, Macapá, Maceió e São Paulo passam a alcançar máxima ineficiência.

Macapá continua sendo a capital com o percentual mais baixo da região Norte, alcançando 100% na fronteira invertida em todos os anos, comprovando que realmente é uma DMU que precisa de ajustes financeiros significativos. Já as DMUs que haviam obtido indicador máximo como Palmas e Rio Branco tiveram seus escores reduzidos, ou seja, possuem baixa ineficiência e seus desempenhos continuam satisfatórios comparados à fronteira padrão.

Contudo, uma alteração considerável ocorreu em Manaus que se encontra agora, com o resultado médio mais otimista das regiões (79,46%) sob esta ótica. Por atingir escore máximo de ineficiência apenas em 2008 e obter o menor escore da região (62,29%) em 2012. Mello et al. (2005) justificam este resultado pelo fato de que, no modelo BCC, a DMU que tiver o menor valor de um determinado *input* ou

o menor valor de um certo *output* será eficiente, mesmo que as relações com as demais variáveis não sejam as melhores. Assim, chamamos a capital Manaus de eficiente por *default* ou eficiente à partida neste tipo de fronteira.

A capital é seguida por Campo Grande (81,00%), no Centro-Oeste, também com ótimo desempenho invertido, onde as demais capitais da região não tiveram mudanças significativas em seu desempenho comparadas à eficiência padrão. Sob esta ótica, Goiânia passa a ser a DMU mais ineficiente (94,55%). Na região Nordeste, Maceió foi a única capital com escore médio máximo, ou seja, alcançou 100% de ineficiência para todos os anos da pesquisa, mesmo que nos resultados da fronteira padrão não tenha sido a DMU mais distante da fronteira eficiente.

A DMU Aracaju chama atenção por ainda continuar com escores médios que demonstram necessidade de ajustes, ou seja, acima de 90% para este tipo de fronteira, onde era a capital com pior desempenho da região para a eficiência padrão. Se a capital São Luís em 2015 tivesse obtido escore médio máximo de eficiência invertida estaria na mesma situação; já Salvador estaria em uma situação mais favorável devido ao ano

de 2016 e assim, mais distante de alcançar Maceió. Porém, Fortaleza foi a capital nordestina com menor ineficiência (85,34%); comparando-a com Recife que obteve escore 100% apenas no ano de 2017 e poderia ter mais chances de ocupar a primeira posição, demonstrando uma distribuição de percentuais altos e ficando abaixo também de Teresina.

Tendo em vista as regiões Sudeste e Sul, com o aumento da discriminação ocorreu o empate de suas DMUs e apenas São Paulo permanece com o escore médio máximo, tornando-se a capital mais ineficiente entre as demais em relação às fronteiras padrão e invertida. Por possuir um dos maiores *outputs* (receita per capita) lhe garantiu um bom resultado na eficiência padrão. Entretanto, sua ineficiência, calculada pela fronteira invertida, também é uma das maiores, pois seu *input* (dívida consolidada) resultou em uma alta ineficiência. Assim sendo, podemos concluir que São Paulo é uma falsa eficiente e ao mesmo tempo trata-se de eficiente por *default* para a eficiência padrão.

Para esta DMU, pode-se aplicar a conclusão de Diniz, Macedo e Corrar (2012) de que se o município tiver a mesma habilidade gerencial de mu-

dar tanto as variáveis *inputs* quanto as variáveis *outputs*, este deveria optar pela redução dos *inputs*, mantendo-se os *outputs* constantes, para atingir eficiência financeira. Contudo, sob esta ótica pessimista, tais regiões também tiveram considerável redução em seus escores médios, o que demonstra um bom resultado. Curitiba foi a capital com menor índice (81,73%), pois em 2012 apresentou o menor valor das duas regiões (63,23%). Porém, ainda torna-se necessário um índice que considere a avaliação pela fronteira invertida e que permita uma classificação completa das unidades em estudo. Este índice é chamado de eficiência composta.

#### 4.3 Eficiência composta - DEA

O resultado da análise agregada da eficiência padrão e invertida é chamado de fronteira composta conforme definido em Leta et al. (2005). Assim, conforme demonstrado em termos de média, na região Norte, Manaus se tornou a capital com maior índice de eficiência composta (59,57%), enquanto Palmas e Rio Branco que eram DMUs que possuíam escores máximos de eficiência padrão, cedem lugar para Belém com 53,53% de eficiência.

“A DMU Aracaju chama atenção por ainda continuar com escores médios que demonstram necessidade de ajustes, ou seja, acima de 90% para este tipo de fronteira, onde era a capital com pior desempenho da região para a eficiência padrão.”

As demais DMUs com os maiores índices em cada região foram Fortaleza e Recife, Campo Grande, Vitória e Curitiba, consideradas capitais com alta eficiência na fronteira padrão e menor ineficiência em relação à fronteira invertida.

Diferente da situação de Macapá (40,40%) que se tornou a DMU mais distante da fronteira em relação às outras regiões, com desempenho inferior a 50% assim como Maceió (47,83%) e Aracaju (48,49%), no Nordeste. Isso se deve ao fato de que na fronteira padrão, tais DMUs apresentaram os menores índices e a fronteira invertida confirmou esta situação, pois obtiveram altos escores de ineficiência. Contudo, São Paulo foi a capital que atingiu 100% de eficiência na fronteira padrão e na fronteira invertida, assim em termos médios, apresentou apenas 50% de eficiência composta se tornando a DMU com menor escore da região Sudeste.

De acordo com Leta et al. (2005), não basta exigir que a DMU tenha um bom desempenho naquilo em que ela é melhor, exige-se ainda que não tenha um mau desempenho perante as demais no critério em que for pior. Contudo, para se obter um resultado em que as unidades eficientes têm valor unitário, é feita a normalização da eficiência composta.

#### 4.4 Eficiência composta normalizada - DEA

Conforme Meza, Neto e Ribeiro (2005), a eficiência composta normalizada é obtida dividindo a eficiência composta de cada DMU pelo maior índice dentre todas as DMUs. Assim, o maior índice foi o de 91,78% que pertence a Manaus, na região Norte. Deste modo, nenhuma capital chegou a atingir eficiência máxima, porém, as capitais que também tiveram ótimo desempenho foram Campo Grande e Curit

Tabela 2- Ranking das capitais brasileiras por região

Região	Capital (DMU)	Média Final
Norte	Manaus	91,78%
Centro-Oeste	Campo Grande	88,21%
Sul	Curitiba	88,57%
Sudeste	Vitória	87,43%
Nordeste	Recife	85,11%

Fonte: elaborada pelos autores (2021).

tiba, com escores próximos dos 90%. O que se pode destacar é que as capitais do Sudeste não estão entre estas, já que na fronteira clássica possuíam 100% de eficiência.

Macapá, na região Norte, permanece sendo a capital menos eficiente em relação às outras DMUs com apenas 62,95%, assim como nas fronteiras padrão, invertida e composta. Já na região Nordeste, Maceió é a capital com menor eficiência sob esta ótica, seguida por Aracaju, São Luís, Natal e Salvador. Nas demais regiões, as capitais que obtiveram menor desempenho foram Goiânia, São Paulo e Florianópolis, respectivamente. A Tabela 2 destaca que a discriminação final das unidades pode ser dada considerando os resultados da eficiência composta normalizada. Observa-se que a configuração do ranking está de acordo com a DMU mais eficiente por região.

De modo geral, essa visão nos fornece um posicionamento das capitais em relação à normalização das variações de cada tipo de eficiência. Isto posto, para alcançar desempenho compatível, as demais DMUs podem utilizá-las como *benchmarks* (conjunto de referência de unidades eficientes). Nota-se que o modelo permite que DMUs que operam com baixos valores de *inputs* tenham retornos crescentes de escala e as que operam com altos valores tenham retornos decrescentes de escala, assim como ocorreu com as capitais Manaus e



São Paulo, respectivamente. Contudo, deve-se atentar ao fato de que cada tipo de eficiência tem suas peculiaridades e dessa forma a posição das DMUs varia conforme o que foi considerado em cada uma e que determinadas DMUs tiveram a melhor relação *output/input*, conforme a fronteira analisada.

#### 4.5 Análise por Regressão Linear Múltipla

A partir da verificação dos quatro tipos de eficiência financeira, pôde-se presumir que a eficiência mais adequada para prosseguir com a pesquisa foi a eficiência composta normalizada, por levar em consideração o impacto dos outros três tipos de eficiências e nos proporcionar uma visão equilibrada em relação ao desempenho econômico-financeiro das capitais.

Assim, a análise por regressão linear múltipla permitiu avaliar a relação da eficiência financeira composta normalizada com as despesas nas funções de governo estabelecidas através da estrutura orçamentária brasileira.

Para a eficiência composta normalizada, de acordo com a tabela 3 o valor encontrado do R<sup>2</sup> demonstra que a equação é válida (0,778), com nível de significância (0,009) e o Durbin – Watson é igual a 2,302.

A Tabela 4 demonstra os coeficientes estimados no modelo de regressão, o grau de significância e também que não se verifica problema de colinearidade, observando o VIF.

Assim, o modelo que melhor a representa e se torna capaz de demonstrar se o município é eficiente na gestão dos recursos públicos, é:

**Eficiência Composta Normalizada** = 0,720 + 0,000\*DA<sub>adm</sub> - 0,002\*DA<sub>soc</sub> + 0,006\*DT<sub>rab</sub> + 0,000\*DE<sub>educ</sub> + 0,000\*DU<sub>urban</sub> + 0,001\*DS<sub>sanea</sub>

A modelagem matemática para a eficiência composta normalizada como variável dependente demonstra que algumas variáveis contábeis podem explicar ou servir como variáveis independentes, respectivamente: despesa por função urbanismo *per capita* (*p-value* = 0,002), despesa por função saneamento *per capita* (*p-value* = 0,003), despesa por função trabalho *per capita* (*p-value* = 0,004), despesa por função educação *per capita* (*p-value* = 0,011), despesa por função assistência social *per capita* (*p-value* = 0,014) e despesa por função administração *per capita* (*p-value* = 0,032).

Portanto, estas são as variáveis independentes que podem predir alterações na variação da eficiência na fronteira composta normalizada das capitais brasileiras. De modo geral, as despesas *per capita* nas funções de governo que obtiveram destaque em sua significância, revelando que influenciam a eficiência financeira dos municípios foram: despesa por função urbanismo *per capita* e despesa por função saneamento *per capita*.

Tabela 3 - Resumo do modelo DEA Composta normalizada

Modelo	R	R2	R2 ajustado	Erro padrão da estimativa	Estatísticas de mudança					Durbin-Watson
					Alter. de R2	Alter. F	df1	df2	Sig. Alter. F	
1	0,778a	0,605	0,451	0,5014	0,605	3,939	7	18	0,009	2,302

Preditores: (Constante), Encargos\_Especiais, Urbanismo, Administração, Trabalho, Saneamento, Educação, Assistência\_Social; Variável dependente: Eficiência\_Composta\_Normalizada  
Fonte: elaborada pelos autores (2021).

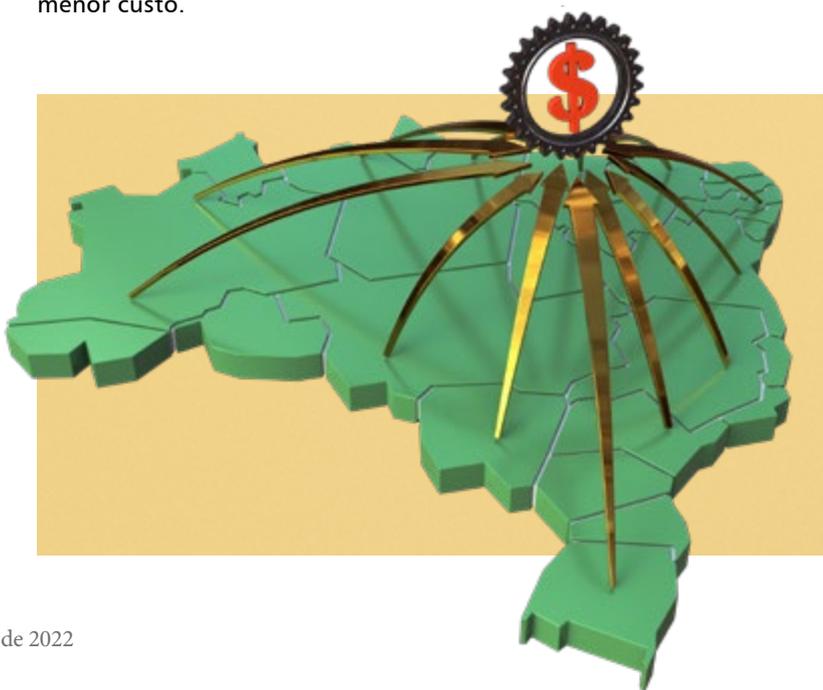
Tabela 4 - Coeficientes dos escores DEA Composta normalizada com as funções de governo

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados		t	Sig.	Estatísticas de colinearidade	
	B	Modelo padrão	Beta	Beta			Tolerância	VIF
1	(Constante)	0,720	0,039	-	18,237	0,000	-	-
	DAdm	0,000	0,000	-0,489	-2,327	0,032	0,497	2,011
	DAsoc	-0,002	0,001	-01,068	-2,707	0,014	0,141	7,100
	DTrab	0,006	0,002	0,684	3,257	0,004	0,497	2,010
	DEduc	0,000	0,000	0,743	2,846	0,011	0,322	3,108
	DUrban	0,000	0,000	0,872	3,601	0,002	0,374	2,671
	DSanea	0,001	0,000	0,899	3,464	0,003	0,326	3,069
	DEncEsp	0,000	0,000	-0,403	-1,712	0,104	0,395	2,529

Variável dependente: Eficiência\_Composta\_Normalizada  
Fonte: elaborada pelos autores (2021).

Nos gastos *per capita* para a função urbanismo que agrega as subfunções “infraestrutura urbana”, “serviços urbanos” e “transportes coletivos urbanos”, o que se pode considerar é a forma de contratação de tais serviços, por meio de processo licitatório, que teoricamente, homologa a empresa que ofertar os serviços a um menor custo.

A função “saneamento *per capita*” compreende as subfunções “saneamento básico rural” e “urbano”. Esta função se destaca com grandes investimentos feitos através de transferências intergovernamentais e com controle do órgão repassador, em que o gestor deve obedecer às diretrizes estabelecidas. Ressalta-se, en-



“Nota-se que algumas outras capitais alcançaram escores equilibrados de desempenho, porém, existem DMUs que se mostraram com problemas nos indicadores utilizados para a análise e, conseqüentemente, alcançaram baixa eficiência financeira.”

tão, que não se pode comprovar integralmente que os municípios investem volume maior de recursos *per capita* em todas as funções de governo, pois apenas algumas funções que constam nos orçamentos públicos mostraram-se relacionadas de maneira significativa com os escores de eficiência calculada pela DEA.

### Considerações Finais

Para responder à questão da pesquisa, este trabalho teve como objetivo geral analisar a eficiência financeira das capitais brasileiras a partir da gestão dos recursos públicos, observando o desempenho econômico-financeiro no período de 2008 a 2018. Dessa forma, delimita-se desempenho econômico-financeiro, inicialmente, definindo um grupo de indicadores, ou seja, as ferramentas que serão usadas para a tomada de decisão do gestor e que apresentarão um diagnóstico da realidade das finanças municipais.

De acordo com a análise, a eficiência composta normalizada se torna a mais adequada para ranquear as capitais brasileiras mais eficientes por região, pois esta leva em consideração as variações

das demais eficiências. Assim, as capitais mais eficientes financeiramente foram Manaus (região Norte), Campo Grande (região Centro-Oeste), Curitiba (região Sul), Vitória (região Sudeste) e Recife (região Nordeste) e poderão servir de *benchmarks* para as demais capitais.

Nota-se que algumas outras capitais alcançaram escores equilibrados de desempenho, porém, existem DMUs que se mostraram com problemas nos indicadores utilizados para a análise e, conseqüentemente, alcançaram baixa eficiência financeira. Desse modo, cabe destacar que as capitais brasileiras sofrem considerável pressão financeira pelo alto grau de dependência de transferências intergovernamentais, endividamento e custos fixos. Os resultados também revelaram que, para o período analisado, dentre as 19 funções de governo consideradas, os gastos *per capita* mais significativos foram urbanismo e saneamento na eficiência composta normalizada.

Por fim, a proposta de análise da eficiência financeira através dos indicadores propostos



por Brown (1993) e da abordagem DEA, mostrou-se possível e adequada para construir um relatório que poderá ser utilizado pelos gestores para verificar as condições financeiras de determinadas classes de municípios. Portanto, conclui-se que os objetivos do trabalho foram atingidos em todos os seus aspectos.

Porém, este trabalho apresenta algumas limitações, das quais se cita o uso apenas de indicadores financeiros. Por outro lado, há pouca quantidade de estudos anteriores sobre eficiência financeira municipal que englobem as eficiências: invertida, composta e composta normalizada, em que a maioria das pesquisas encontra-se nos setores de energia, aeronáutico e portuário.

Assim, recomenda-se que estudos posteriores com o tema apliquem o modelo proposto em outros grupos de municípios brasileiros e que incluam a análise do modelo CCR (retornos de escala constantes), para possíveis comparações de desempenho econômico-financeiro e como maneira de fomentar a busca por uma administração pública eficiente e com gastos equilibrados.

## Referências

ARAUJO, A. O.. *Contribuição ao estudo de indicadores de desempenho de empreendimentos hoteleiros, sob o enfoque da gestão estratégica*. 2001. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. doi:10.11606/T.12.2001.tde-01032002-115642. Acesso em: 14 nov. 2021.

ÁZARA, L. N. *Eficiência dos municípios com relação aos gastos públicos na microrregião de Varginha/MG*. 2016. 78 f. Dissertação (Mestrado em administração pública) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2016. Disponível em: <https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/849>. Acesso em: 10 ago. 2021

BENTO, L. V. *Governança e governabilidade na reforma do estado: entre eficiência e democratização*. 1. ed. Barueri: Manole, 2003. 259 p.

BRESSER PEREIRA, L. C. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. *Lua Nova: Revista de cultura e política*, p. 49-95, 1998.

BROWN, K. W. The 10-point test of financial condition: Toward an easy-to-use assessment tool for smaller cities. *Government Finance Review*, v. 9, p. 21-21, 1993.

CASTRO, D. P. *Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 488 p.

DAL VESCO, D. G.; HEIN, N.; SCARPIN, J. E. Análise dos indicadores de desempenho em municípios na região Sul do Brasil com até 100 mil habitantes. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 33, n. 2, p. 19-34, 2014. DOI: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v33i2.18210>.

DINIZ, J. A.; MACEDO, M. A. S.; CORRAR, L. J. Mensuração da eficiência financeira municipal no Brasil e sua relação com os gastos nas funções de governo. *Gestão & Regionalidade*, v. 28, n. 83, 2012. DOI: <https://doi.org/10.13037/gr.vol28n83.1347>.

DRUCK, G.; FILGUEIRAS, L.; MOREIRA, U. Ajuste Fiscal e as Universidades Públicas Brasileiras: a nova investida do Banco Mundial. *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, v. 0, n. 242, p. 602-634, 10 mar. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.25247/2447-861X.2017.n242.p602-634>.

FARIA, F. P.; JANNUZZI, P. M.; SILVA, S. J. Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação através da análise envoltória no estado do Rio de Janeiro. *Revista de administração pública*, Rio de Janeiro, RJ, v. 42, n. 1, p. 155 a 180, 2008. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6629>. Acesso em: 20 dez. 2020.

GUIMARÃES, S. C. *Avaliação de desempenho da gestão pública municipal*. 2008. Dissertação (Mestrado). Curso de Mestrado Acadêmico em administração pública, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3303>. Acesso em: 14 dez. 2020

HAIR JR., J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. *Análise multivariada de dados*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

LANGWINSKI, P. R. *A utilização de indicadores e a medição de desempenho na gestão pública*. 2013. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Curso de Especialização em Gestão Pública, EaD, RS, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/143>. Acesso em: 10 nov. 2021.

LEITE FILHO, G. A.; FIALHO, T. M. M. Relação entre indicadores de gestão pública e de desenvolvimento dos municípios brasileiros. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 20, n. 67, p.277-295, 2015.

LETA, F. R.; MELLO, J. C. C. B. S.; GOMES, E. G.; MEZA, L. A. Métodos de melhora de ordenação em DEA aplicados à avaliação estática de tornos mecânicos. *Investigação Operacional*, v. 25, 2005 (no prelo).

LIMA, S. C.; DINIZ, J. A. *Contabilidade Pública. Análise Financeira Governamental*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 576 p.

MELLO, J. C. C. B. S.; MEZA, L. A.; GOMES, E. G.; NETO, L. B. Curso de análise de envoltória de dados. In: *Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional*, v. 37, p. 2521-2547, 2005.

MEZA, L. A.; NETO, L. B.; RIBEIRO, P. G. SIAD v. 2.0. Sistema Integrado de Apoio à Decisão: Uma implementação computacional de modelo de Análise Envoltória de Dados e um método Multicritério. In: *Anais do XXXVII Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional*, Gramado, 2005.

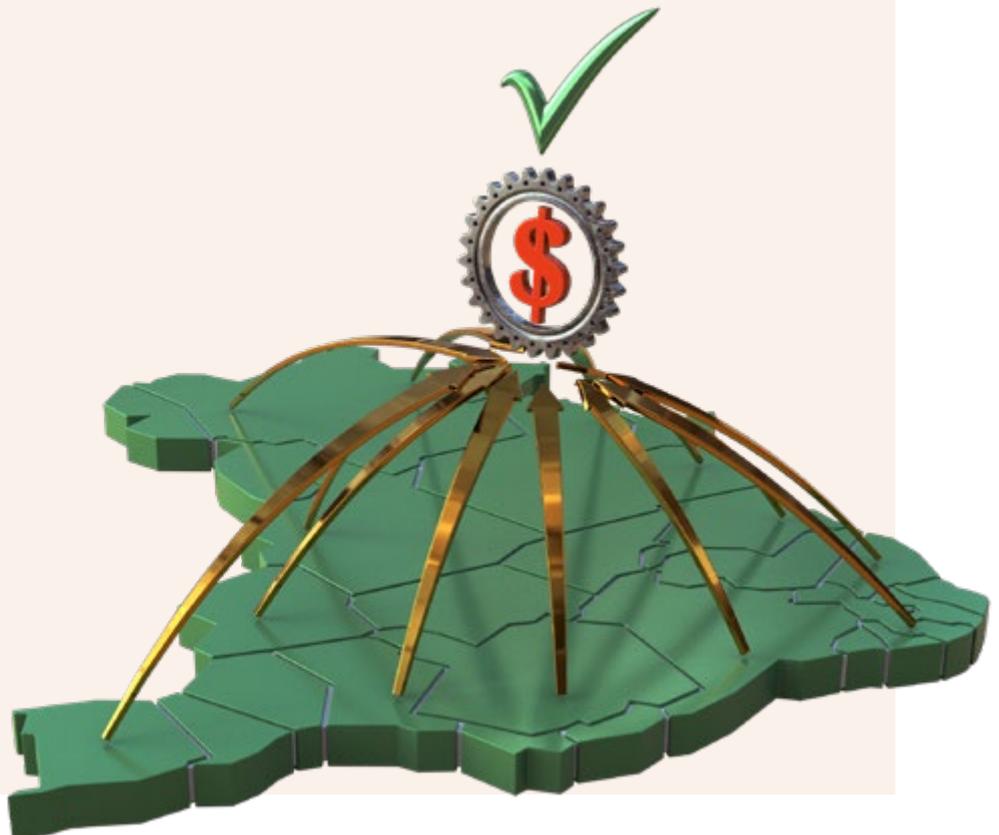
NAKAGAWA, M.; RELVAS, T. R. S.; DIAS FILHO, J.M. Accountability: a razão de ser da contabilidade. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, v.1, n. 3, p. 83-100. 2008. DOI: 10.17524/repec.v1i3.17. Disponível em: <https://www.repec.org.br/repec/article/view/17>. Acesso em: 20 jan. 2022.

NOBRE, C. J. F.; DINIZ, J. A.; DE ARAÚJO, R. J. R. A Condição Financeira Governamental e sua Influência na Transparência da Gestão. In: USP International Conference in Accounting: 19., 2019, São Paulo. *Anais [...]*. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/19UspInternational/ArtigosDownload/1405.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

PEREIRA, J. M. *Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 264 p.

SOUZA, F.; ANDRADE, A.; SILVA, M. C. da. Eficiência na Alocação de Recursos Públicos destinados ao Ensino Fundamental: um Estudo da sua relação com a condição financeira de Municípios Brasileiros (Efficiency Public Resource Allocation Intended for Elementary School: A Study of Its Relation to the Financial Condition of Brazilian Municipalities). *ConTexto*, Porto Alegre, v. 15, n. 31, p. 81-99, 2015. Disponível em: [https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/53971/pdf\\_60](https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/53971/pdf_60). Acesso em: 10 set. 2021

DA SILVA VIEIRA, A. *Utilização de informações contábeis governamentais para análise de eficiência de políticas sociais dos municípios alagoanos*. 2009. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4932>. Acesso em: 11 nov. 2021.





# Aplicação dos recursos públicos na promoção da saúde do Município de Caicó (RN) nos anos de 2018 a 2020

A saúde é um tema de grande destaque na sociedade brasileira em virtude da necessidade de um modelo cada vez mais eficaz e eficiente para os seus usuários. Assim, este texto se propõe a analisar os gastos públicos com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) no Município de Caicó (RN) entre os anos de 2018 a 2020. Tais elementos encontram-se disciplinados pela Lei Complementar n.º 141/2012, a qual estabelece que os municípios devem aplicar o mínimo legal de 15% das suas receitas líquidas em ações e serviços de saúde. Para tanto, metodologicamente, a pesquisa é classificada como documental, descritiva e qualitativa, sendo a coleta de dados proveniente dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) disponibilizados no portal do município e na página do Tesouro Nacional. Por último, os principais resultados mostram que o Município de Caicó (RN) é coerente na aplicação dos recursos com a saúde, conforme baliza a legislação, aplicando, em média, 36,25% das suas receitas arrecadadas, no entanto, diante a diminuição das receitas arrecadadas ao longo do tempo, somado ao aumento das despesas, bem como a necessidade de uma gestão pública mais produtiva, urge uma reflexão sobre esses dados a fim de obter melhor retorno para a população cidadina.

## Deylane Freitas Fontes Júnior

Estudante e pesquisador. Acadêmico do curso de Ciências Contábeis, UFRN, Campus CERES Caicó (RN). Membro do Programa de Educação Tutorial (PET) - Grupo Comunidade Urbana Seridó.

## Luziana Maria Nunes de Queiroz

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1989), mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (2005) e doutorado pelo PRODEMA UFRN. Atualmente é professora adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, CERES Campus Caicó/RN no curso de Ciências Contábeis. Tem experiência na área de Contabilidade, Gestão Pública e Gestão Ambiental.

## 1. Introdução

Ao longo do tempo, o retrato da saúde pública do Brasil ganha conotação negativa, sobretudo, nas mídias de telecomunicação. Notícias sobre grande quantidade de pessoas à espera de atendimento nos corredores hospitalares, falta de medicamentos em farmácias distritais ou, então, necessidade da equipe médica para atender em determinada Unidade de Saúde, assim como inúmeras outras demandas, fazem parte da rotina dos jornais televisivos, mas também, dos pleitos requeridos pelo Poder Legislativo nas três esferas.

Não obstante, o tema saúde e bem-estar também é objeto de análise por 193 países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), os quais são signatários da proposta de desenvolvimento sustentável balizada na Agenda 2030. Isso posto, denota-se a preocupação desses países em orientar suas ações e recursos públicos para melhor promoção do nível de saúde da população mundial até o ano-meta 2030. Eis, então, alguns dessas orientações para atingir o desenvolvimento sustentável nos países e a eficiência na gestão da saúde pública: reduzir taxas de mortalidade infantil; atuar no combate a epidemias; garantir o acesso universal aos serviços básicos de saúde; subsidiar pesquisas para o desenvolvimento de vacinas e medicamentos e, por fim, aumentar financiamento na área da saúde (ONU, 2016).

Por sua vez, no Brasil, a previsão de arrecadação de recursos públicos (receitas), bem como a devida aplicação desses montantes em despesas e políticas públicas, a fim de garantir boa qualidade de vida da população, são alicerçadas em instrumentos de orçamentação. Posto isso, é notório salientar que alguns gastos públicos, como, por exemplo, relativos à saúde, tomam

atenção especial para o seu controle pela gestão, uma vez que, além de ser um dever do Estado assegurado na Carta Magna, é imperioso a prestação de serviços à saúde de forma eficiente (GOMES; BEZERRA FILHO; NASCIMENTO, 2020).

Contudo, os mesmos autores (GOMES; BEZERRA FILHO; NASCIMENTO, 2020) apontam como resultados que os gastos públicos com saúde nos 27 estados brasileiros apresentam uma relação inversa com a qualidade dos gastos públicos. Outrossim, o trabalho de Silva e Crozatti (2020) também analisam que os municípios de São Paulo estão à mercê de uma melhor gestão dos seus recursos públicos aplicados na saúde. Em contraponto, abreviando o local de atuação dos estudos para apenas um município, neste caso de Canguaretama (RN), no estudo de Silva e Medeiros (2021), denota-se que o município estudado apresenta uma expressiva cobertura da população apoiada pelos serviços de atenção básica acompanhado de mais investimentos por parte dos recursos federais para subsidiar suas políticas públicas.

Adicionalmente, Almeida, Gonçalves e Nunes (2021) abordam a importância da questão da saúde pública no Brasil, uma vez que o modelo ainda carece de maior planejamento e gestão. Nesse sentido, os autores refletem que concatenar a grande demanda da população por uma saúde de qualidade com a carência na estrutura por que passa o Estado para prestar tal serviço, além de dificuldades orçamentárias e da pouca relevância dada à eficiência dos gastos, tem sido um grande desafio.

Assim, com base nesses estudos, há de certa forma a necessidade de se investigar se realmente tem ocorrido uma melhor gestão dos recursos orientados

à saúde de uma determinada localidade, haja vista atender ao princípio da eficiência da administração pública. Para tanto, esta pesquisa busca responder à seguinte problemática: **Como tem sido a gestão dos recursos públicos aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) do Município de Caicó (RN) nos anos de 2018 a 2020?**

O presente artigo, dentro desse contexto, se propõe a analisar a aplicação dos recursos públicos orientado às Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) do Município de Caicó (RN) no período de 2018 a 2020.

A escolha do Município de Caicó (RN) como referência nesta pesquisa encontra-se pautada ao passo que ele é considerado um centro regional de grande influência na região do Seridó potiguar. Tal debate também toma ainda mais proporção, sobretudo, após os primeiros casos subnotificados da pandemia do novo coronavírus, Covid-19, o qual desafiou os estados e municípios brasileiros a deterem de um planejamento muito preciso sobre a utilização dos recursos públicos em



“Logo, esse tema exposto não fomenta apenas uma discussão sobre eficiência dos gastos públicos com a saúde do município, mas também endossa a necessidade de políticas públicas como ferramenta de mitigar as problemáticas existentes no município.”

face à crise sanitária que se instalou. Logo, esse tema exposto não fomenta apenas uma discussão sobre eficiência dos gastos públicos com a saúde do município, mas também endossa a necessidade de políticas públicas como ferramenta de mitigar as problemáticas existentes no município.

Dito isso, a justificativa da pesquisa também pesa sobre a relevância deste tema para a sociedade como um todo, em que oportunamente estimula pesquisas acadêmicas que investiguem a aplicação dos recursos por parte do Poder Público em face da proposta de um orçamento moderno e eficiente, além de contribuir para a otimização dos indicadores de qualidade dos serviços públicos mediante tal reflexão e transparência acerca dos fatos da gestão e, por fim, vislumbra de uma área que é insuficiente em termos de controle e planejamento, que é a saúde. Assim, a pesquisa possibilita ao gestor do município e demais usuários tomarem decisões mais assertivas, de modo a proporcionar maior qualidade e retorno à população cidadina no que tange aos serviços de saúde.

Por fim, o presente trabalho encontra-se subdividido em cinco seções. Nesta primeira seção, introduz a temática abordada, bem como o

objetivo de tal estudo. Na segunda seção, há a apresentação do constructo teórico que servirá para revisar os estudos empíricos sobre tal temática. Na terceira etapa, os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa para atingir os objetivos delimitados. Por sua vez, na quarta seção, há a apresentação dos resultados encontrados e as discussões pertinentes sobre os gastos com saúde pública em Caicó (RN) e, por último, a quinta parte do texto traz as considerações finais do estudo.

## 2. Referencial Teórico

Nesta seção proposta, fará uma explanação, com base na literatura existente, sobre as finanças públicas, bem como, sobre a gestão mais eficaz e eficiente dos recursos das Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), objeto de estudo.

### 2.1 Administração Pública Municipal: uma revisão sobre finanças públicas

O estudo sobre finanças públicas remete à gestão da origem dos recursos e da aplicação destes com o intuito de atingir os objetivos do Estado: promover bem-estar social

mediante a existência dos serviços prestados; controlar a economia e corrigir falhas de mercado (ALMEIDA; GONÇALVES; NUNES, 2021). Desse modo, a origem dos recursos resume-se às receitas públicas que, por sua vez, são aplicadas nas despesas públicas (BRASIL, 2018).

A respeito das receitas públicas, elas representam todo o numerário que entra nos cofres públicos e que são utilizados para financiar as despesas públicas. Há a divisão dessas receitas orçamentárias em dois grandes grupos, que são: as receitas correntes, que são aquelas que exercem grande influência no patrimônio do setor público, uma vez que são provenientes, sobretudo, dos tributos arrecadados (impostos, taxas, contribuições) e das transferências correntes recebidas; e as receitas de capital, que são mais esporádicas e são decorrentes de empréstimos com terceiros e vendas do imobilizado, por exemplo (BRASIL, 2018).

Nesse sentido, é válido reforçar que a administração tributária dos municípios é uma ferramenta importante para a realização das atividades essenciais, conforme baliza a Carta Magna no art. 37, XXII (BRASIL, 1988), uma vez que representa a principal fonte de arrecadação de receitas pelos entes públicos. Assim

sendo, a administração pública moderna deve cada vez mais se preocupar com a arrecadação do ente público para que assim tenha condições de prestar os serviços à população (FUJIWARA; CHROPACZ; OFFMANN, 2020).

Ainda, segundo tais autores, a restrição das atividades comerciais e a necessidade de isolamento social com o intuito de coibir o avanço da pandemia da Covid-19, especialmente no ano de 2020, foram fatores que corroboram com a queda da arrecadação das prefeituras municipais. Por outro lado, havia uma maior demanda da população por serviços públicos para atender questões pertinente à saúde, isto é, as despesas com ações de saúde foram bem mais exigidas (FUJIWARA; CHROPACZ; OFFMANN, 2020).

Por ora, as despesas públicas são entendidas como montante gasto pelo ente federativo para atingir os fins previstos nos programas governamentais. Da mesma forma das receitas, há a classificação das despesas orçamentárias em correntes (grosso modo, destinadas ao custeio da máquina pública) e de capitais (que são os investimentos feitos em bens de capital e para pagamento da dívida pública, por exemplo) (BRASIL, 2018).

Nesse cenário, há uma grande preocupação social sobre como os recursos públicos estão sendo aplicados e se, de alguma forma, estão sendo eficientes e provocando retorno positivo na prestação de serviço à sociedade, como, por exemplo, na oferta dos serviços de saúde.

Assim, diversos autores têm se preocupado em mensurar a eficiência dos gastos públicos na saúde por parte dos entes federativos a fim de fornecer subsídios aos gestores no sentido de melhor orientar suas finanças e, por conseguinte, tomar decisões mais assertivas (ANDRETT et al., 2018; GOMES; BEZERRA FILHO; NASCIMENTO, 2020; SILVA; CROZATTI, 2020; SILVA; MEDEIROS, 2021).

Na próxima seção, far-se-á uma revisão da literatura a respeito de como os entes públicos podem orientar suas finanças para uma melhor eficiência na aplicação dos gastos públicos com saúde, bem como abordará sobre as nuances das Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), conforme objeto desse estudo.

## 2.2 Gastos públicos com saúde e o limite constitucional do ASPS

De fato, a saúde é um dos temas de grande repercussão no setor público, uma vez que é preconizada como um direito universal e dever do Estado, inclusive, com a existência de percentuais mínimos obrigatórios a serem observados pelos entes (BRASIL, 1988). Soma-se a isso, sobretudo, a evidência de carências significativas no serviço público quanto à saúde, pois muitas vezes o recurso não é aplicado com eficácia e com qualidade a fim de gerar retorno à população (GOMES; BEZERRA FILHO; NASCIMENTO, 2020).

Destarte, encontra-se na literatura, uma vasta gama de textos que objetivam trazer resultados sobre a eficiência dos entes públicos com gastos públicos na área da saúde. Vale destacar que são oriundos de diversos locais de pesquisas e com períodos diferenciados. Ainda assim, os resultados são majoritariamente invariáveis sobre a necessidade dos entes públicos serem mais eficientes nas despesas com a saúde do Brasil.

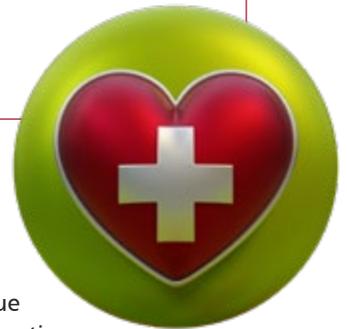
Pesquisas como a dos autores (Souza et al., 2013) apontam que das 22 capitais estudadas a nível Brasil, nos anos de 2008 a 2010, apenas cinco delas foram consideradas eficientes com gastos públicos na assistência hospitalar, a partir do uso da técnica da Análise Envolvória dos Dados (DEA). De igual forma, Andrett et al. (2018) consideram um estudo usando a técnica DEA com todos os 27 estados brasileiros, em um período mais longo desde 2005 a 2014. Os principais resultados evidenciam que a eficiência relativa da maioria das unidades federativas não é satisfatória.

Ainda rente a este raciocínio posto, mas, desta vez apontando a nível municipal, os autores (SILVA; CROZZATI, 2020) estudam a eficiência técnica de 645 municípios de São Paulo sobre os gastos com a saúde, mediante a DEA. Desse estudo extraem-se observações importantes: apenas pouco mais de 15% dos municípios estudados apresentaram eficiência padrão igual a 1 e que não há relação entre tamanho da população e eficiência dos gastos na saúde, uma vez que municípios maiores podem apresentar pouca eficiência na aplicação dos recursos, ainda que recebam grandes volumes de recursos.

Ademais, nos trabalhos com municípios potiguares, os autores Queiroz et al. (2013) e Silva e Medeiros (2021) encontram resultados não muito similares. Aqueles encontraram nas suas análises feitas com 119 municípios que nem um terço dessa amostra foi considerada eficiente na gestão dos recursos da saúde em 2009 e ainda que não se pode estabelecer relação da melhor forma de gerir os recursos com volume aplicado, isto é, nem sempre maior gasto com saúde, significa maior retorno/eficiência. Em contraponto, o subsídio dos repasses federais voltados à Atenção Primária à Saúde (APS), no Município



“De fato, a saúde é um dos temas de grande repercussão no setor público, uma vez que é preconizada como um direito universal e dever do Estado, inclusive, com a existência de percentuais mínimos obrigatórios a serem observados pelos entes (BRASIL, 1988).”



de Canguaretama (RN), bem como a gestão eficaz, eficiente e que prioriza os investimentos na saúde do município são ferramentas importantes nesse fenômeno estudado (SILVA; MEDEIROS, 2021).

Em síntese, mediante as ideias supracitadas, é notório enfatizar que a eficiência é a melhor relação entre recursos x produção, nesse contexto, tal município é considerado mais eficiente na gestão dos recursos da saúde quando ele otimiza ao máximo a utilização deles e, em concomitância, consegue gerar maior retorno, maior produtividade dos serviços à população. Por isso, conforme visto na literatura, não se pode estabelecer relação entre os gastos aplicados com a saúde e o tamanho da população, muito embora quanto maior um determinado município espera-se que ele detenha maior aporte de recursos.

Ademais, voltando-se à legislação que disciplina sobre os valores mínimos aplicados na saúde dos entes públicos, a própria Carta Magna e a lei complementar n.º 141 conferem respaldo legal. A princípio, cumpre salientar quatro informações importantes para o entendimento sobre os gastos mínimos com saúde, segundo a LC 141/2012: quais são as despesas que se enquadram como Ações e Serviços Públicos de

Saúde (ASPS); o que não se configura como tais despesas; qual a base de cálculo utilizada para se calcular o valor devido e o percentual mínimo a ser observado pelos municípios para atender aos dispositivos legais.

Segundo o art. 3º da referida lei, as despesas destinadas a promoção das ações e serviços públicos de saúde (ASPS) são exemplificadas a seguir: (a) desembolsos para trabalhos envolvendo a vigilância em saúde, como capacitação de profissionais da vigilância; (b) políticas de atenção integral e universal, como a reabilitação física; (c) ações vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS): capacitação dos profissionais, aquisição de insumos, subsídios ao desenvolvimento científico e tecnológico das instituições, e investimentos na rede física; (d) saneamento básico de pequenas comunidades, como aldeias indígenas e comunidades quilombolas; e, por fim, (e) ações de manejo ambiental para controle de vetores de doenças, desde que articulados nos Planos de Saúde, etc. (BRASIL, 2012).

Por sua vez, a lei estabelece no art. 4º aquelas despesas públicas que não fazem parte das ASPS, mas, sim, de outros programas, como modelo: (a) pagamento de aposentadorias e pensões de servidores

da saúde ou de vencimentos a servidores que desenvolvam atividades alheias à essa área; (b) ações de saneamento básico para as quais já são cobradas taxas e tarifas, como exemplo, tarifa para coleta do lixo urbano; (c) obras de infraestrutura externas aos equipamentos de saúde, como asfalto de ruas; e (d) ações e serviços públicos de saúde custeados com recursos distintos, não podem ser custeados com recursos do ASPS, como Academias de Saúde que não estejam contidas nos Planos de Saúde (BRASIL, 2012).

Postas essas considerações acima sobre o que é ou não é despesa com ASPS, falar-se-á, doravante, sobre qual percentual mínimo deve ser aplicado pelos municípios e como é procedida a base de cálculo. Assim, segundo o art. 7º da LC 141/2012, os municípios deverão aplicar anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% das suas receitas líquidas dos impostos arrecadados e outras transferências legais da União, ou tecnicamente abreviada para RLIT (Receita Líquida de Impostos e Transferências) (BRASIL, 2012; POSSOLLI; VIEIRA, 2020).

Em síntese, essa base de cálculo da RLIT será composta pelos impostos de competências municipais: IPTU, ISS e ITBI, adicionados de repasses proporcionais de outros tributos de competência da União e do estado, como: IRRF, ITR, IPVA, ICMS, IPI e o FPM. Este montante é calculado e disponibilizado bimestralmente nos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) dos municípios no quadro do “Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde”.

Ao finalizar esta seção, urge enfatizar duas reflexões feitas por autores que pesquisaram sobre os gastos da saúde tomando por base os princípios da administração pública (transparência e eficiência). Primeiro, os autores Possolli e Vieira (2020) estudaram sobre os investimentos na ASPS em municípios catarinenses e conseguem ratificar que tais municípios cumprem fielmente a obrigação legal de investir, pelo menos, os 15% da RLIT, no entanto, revela a necessidade de maior transparência dessas informações a fim de garantir democracia participativa. Ademais, enfatizando sobre esse teto mínimo definido em lei, Gomes, Bezerra Filho e Nascimento (2020) chamam a atenção para a real necessidade de se trabalhar esse percentual mínimo, uma vez que isso torna o orçamento enrijecido, a gestão moldada a conseguir aplicar todo aquele percentual e, por fim, o percentual aplicado diz pouco sobre eficiência dos gastos públicos tampouco sobre qualidade dos serviços prestados na saúde.

### 2.3 Estudos anteriores

Algumas pesquisas anteriores buscam evidenciar a gestão dos recursos em prol da aplicação em ações e serviços para a saúde pública. No Quadro 1, a seguir, são

apresentadas uma síntese de referências e os principais resultados encontrados, sobre o tema proposto nesse estudo.

Como pôde se observar, trata-se de uma temática bem relevante para a gestão pública, sobretudo, a partir da modernização da administração pública, a qual deve estar mais preocupada em gerir seus recursos públicos de forma eficiente, eficaz e com qualidade.

### 3. Procedimentos Metodológicos

A pesquisa é classificada como: bibliográfica e documental; descritiva e de abordagem qualitativa. Para tanto, parte-se de um estudo que se propõe a analisar as despesas públicas voltadas a Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) no Município de Caicó (RN) dentre os anos de 2018 a 2020.

Este trabalho é por sua essência uma pesquisa bibliográfica, uma vez que se apoia em outras fontes de estudos para corroborar com os resultados encontrados, além de interessar ao pesquisador uma maior exploração sobre o tema de estudo (GIL, 2010). Por sua vez, também trata-se de um estudo documental, ao passo que se utilizam materiais que não receberam tratamento analítico e não estão atentos ao rigor acadêmico-científico (GIL, 2010), como, por exemplo, a fonte dos dados coletados nesta pesquisa que foi composta majoritariamente pelos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO), dos anos de 2018 a 2020, disponibilizados na página eletrônica do Município de Caicó (RN) e na página da Secretaria do Tesouro Nacional, através do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).

**Quadro 1 - Estudos relacionados à aplicação dos recursos públicos em serviços de saúde**

Autor(es)/Ano	Objetivos	Principais contribuições
FIGUEIREDO et al. (2018)	Analisar os indicadores dos gastos públicos e privado no Brasil e países selecionados com sistemas universais de saúde, no período de 2000 a 2014.	Apesar de não haver relação entre gastos públicos e serviços de saúde com qualidade, percebe-se que o gasto público com saúde no Brasil é aquém do que se espera para ter, efetivamente, um sistema universal, gratuito e integral. Tais desafios podem ser superados caso haja maior interesse e atuação do Estado.
DUARTE (2020)	Ressaltar a importância de levar em conta um leque maior de informações dos perfis municipais, quando da análise dos percentuais de recursos aplicados na saúde dos municípios mineiros	A legislação deve ser apenas um parâmetro para análise da eficácia dos gastos com saúde, mas não o único.
FUJIWARA; CHROPACZ; OFFMANN, (2020)	Apresentar uma visão panorâmica dos efeitos da pandemia de COVID-19 na arrecadação tributária e a disponibilização dos serviços públicos nos Municípios.	A queda da arrecadação das prefeituras municipais em face à Covid-19 se confronta com maior necessidade de ações de saúde para combate a pandemia.
FALCÃO (2020)	Analisar a evolução dos gastos na Atenção Primária em saúde dos municípios pernambucanos entre 2008 e 2018.	Os gastos com saúde são crescentes nos municípios pernambucanos, enquanto que os recursos são limitados, assim urge novas estratégias, como políticas para saúde primária.
ALMEIDA; GONÇALVES; NUNES (2021)	Analisar se os municípios brasileiros que destinam maiores recursos orçamentários em saúde também apresentam melhores indicadores de qualidade do gasto público em atenção primária.	A combinação entre melhor alocação dos recursos públicos e ações de saúde primária é relevante para o atingimento de melhores indicadores de qualidade do gasto público.

Fonte: dados da pesquisa (2021).

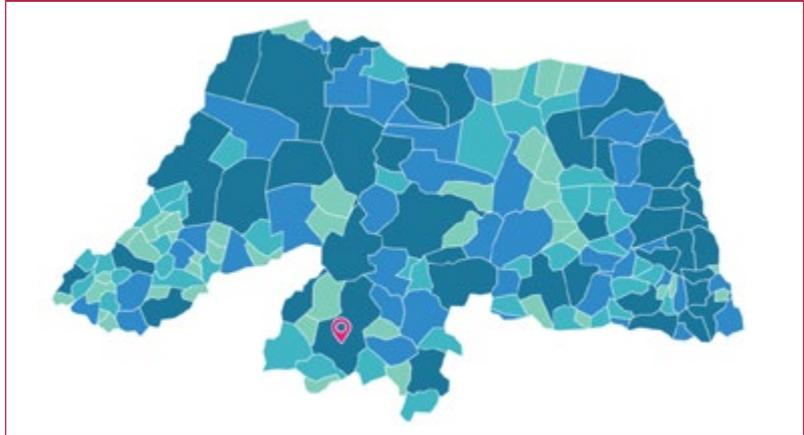
Além disso, com o intuito de atender ao objetivo geral e caracterizar o fenômeno estudado nesta pesquisa, foi desenvolvida uma pesquisa classificada como descritiva (GIL, 2010). Nesse sentido, num primeiro momento, há a apresentação e os registros dos dados coletados nos Relatórios de Execução Orçamentária e, a partir daí, procede-se com a análise dos montantes de gastos públicos com as ASPS no Município de Caicó.

A pesquisa pode ser classificada quanto à abordagem como qualitativa e/ou quantitativa, a depender se o objetivo do estudo é apenas interpretar/compreender o fenômeno ou se é necessário mensurar os fatos por meio da estatística (PROETTI, 2018). Logo, a pesquisa trata-se de uma abordagem qualitativa, tendo em vista a mensuração e descrição dos dados coletados no portal do município e na página do Tesouro Nacional, em específico, na seção dos RREO, a respeito dos gastos com a saúde do município a fim de atender à problemática da pesquisa, sem, contudo, utilizar-se de outras técnicas estatísticas para analisá-los.

### 3.1 Do objeto de estudo, a coleta e análise dos dados

O município do presente estudo (Caicó) está localizado no interior riograndense (Figura 1), além disso possui um elo forte com municípios de toda região do Seridó potiguar e de alguns municípios do Estado da Paraíba, sendo um raio de influência de mais de 11 municípios (QUEIROZ, 2018). Ele possui, segundo as estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma população estimada em 2020 de 68.343 habitantes e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de 0,710.

Figura 1 - Mapa do Rio Grande do Norte com destaque para Município de Caicó



Fonte: IBGE (2021).

Este município estudado apresenta a seguinte configuração, cujas informações serão importantes para a análise dos resultados na seção seguinte:

- População estimada nos últimos anos: 67.554 habitantes (2018); 67.952 habitantes (2019) e 68.343 habitantes (2020). Fonte: IBGE - Estimativas da População (2021).
- Colocação do município do estado do RN com referência ao ranking da população: 7º colocado. Fonte: IBGE - @Cidades (2021).
- Quantidade de estabelecimentos de saúde distribuído entre as zonas, em dezembro de 2020: 3 postos de saúde na Zona Rural; 10 Unidades Básicas de Saúde na Zona Urbana; 10 Unidades de Saúde da Família na urbe e 3 destas na Zona Rural; 1 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e 1 unidade móvel de nível pré-hospitalar (SAMU) - na cidade; e, por fim, três unidades hospitalares na cidade. Fonte: CNES (2020).

Tais informações anteriores representam a organização de Caicó (RN) no que diz respeito aos equipamentos que ofertam serviços de saúde pública no município. Os hospitais atendem à população local e demais municípios da região, e as demais unidades dispersas pelo município apresentam uma fonte de conexão entre o paciente e a rede de saúde básica ofertada pela Secretaria de Saúde do município. Ainda assim, os resultados do modelo de Indicadores de Vulnerabilidade de Infraestrutura Urbana (IVIU) criado em uma tese doutoral, pontuam que o Município de Caicó apresenta carências significativas na prestação de serviços urbanos, sobretudo, na variável saúde (QUEIROZ, 2018).



A respeito dos dados coletados, eles se referem a três anos: 2018, 2019 e 2020, e foram obtidos no mês de julho de 2021 por meio das publicações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) disponibilizadas no portal do Município de Caicó (RN), na guia da LRF, bem como, na página do Siconfi-Finbra viabilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional. A intenção de pesquisar sobre tais anos pauta-se, a priori, no interesse do pesquisador em investigar como tem sido gerido o dinheiro público na conjuntura da saúde de Caicó (RN), em especial, frente à grave crise sanitária da pandemia de Covid-19 por que passa todo o mundo.

Ao finalizar coleta e análise de dados, serão elaboradas tabelas e figuras em planilhas do Excel para que se tenha melhor percepção dos resultados encontrados nesta pesquisa. Nesse sentido, as tabelas cumprem a função de relacionar a quantidade de recursos disponíveis (receitas) x recursos aplicados (despesas) no Município de Caicó (RN), no que tange à ASPS, mediante os 18 bimestres estudados dentre os três anos, enquanto que as figuras ilustram o comparativo dos percentuais de aplicação do município em ASPS, bem como a receita realizada *per capita* para uma melhor análise geral do tema nos anos.

#### 4. Apresentação dos Resultados e Discussão

Mediante os dados coletados nos Relatórios de Execução Orçamentária do município, nos seis bimestre de cada ano, é possível identificar quanto foi a Receita líquida de Impostos e Transferências, bem como qual foi o percentual aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde. A Tabela 1, como segue, informa esses valores.

A metodologia de cálculo adotada na Tabela 1 revela que: o município potiguar, em 2018, apresentou a Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), oscilando de 13 milhões até 68,65 milhões de reais no último bimestre, e, em média, foram aplicados 30,34%

das Receitas no valor gasto em saúde com ASPS pelo município. Contudo, para a amostra da aplicação em ASPS no ano de 2018, identifica-se uma anomalia nos dados, uma vez que o valor do 1º bimestre (24,28) revela um *outlier* em relação aos demais bimestres, logo, ao desconsiderá-lo da base de dados, a nova média mais prudente e coerente ao ano de 2018 em ASPS é de 31,55%. Ainda assim, vale ressaltar que essa análise para identificação dos *outliers* estendeu-se para todos os períodos com base no método do boxplot (FREITAS, 2019, p. 34), sendo que apenas houve anomalia no 1º bimestre de 2018.

Já em 2019, a receita líquida realizada variou de 14 milhões até 71,92 milhões de reais, represen-

Tabela 1 - Realização da Receita Líquida arrecadada em Caicó (RN) por ano

Município Caicó (RN)	2018		2019		2020	
	Rec. Líq. de Impostos e Transferências (R\$)	Aplicado ASPS (%)	Rec. Líq. de Impostos e Transferências (R\$)	Aplicado ASPS (%)	Rec. Líq. de Impostos e Transferências (R\$)	Aplicado ASPS (%)
1ºBIM	13.065.389,00	24,28	14.086.903,10	22,60	15.400.398,39	37,62
2ºBIM	23.695.970,82	30,30	25.890.444,16	26,62	26.193.526,40	55,94
3ºBIM	35.363.704,48	31,10	38.691.399,45	27,41	36.552.494,81	65,47
4ºBIM	46.795.399,28	31,02	49.772.106,47	28,79	47.294.908,78	71,95
5ºBIM	56.116.535,74	32,12	60.010.159,05	30,06	57.780.139,34	30,16
6ºBIM	68.653.709,51	33,21	71.922.731,67	32,84	71.266.669,23	33,68
MÉDIA	40.615.118,14	30,3383	43.395.623,98	28,05	42.414.689,49	49,14

Fonte: elaboração própria com base nos RREO (2021).

“Mediante os dados coletados nos Relatórios de Execução Orçamentária do município, nos seis bimestre de cada ano, é possível identificar quanto foi a Receita líquida de Impostos e Transferências, bem como qual foi o percentual aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde.”

tando um aumento de arrecadação em face do ano anterior. No entanto, o percentual aplicado em ASPS decresceu para 28,05% neste ano. A média de arrecadação desse período foi de 43,39 milhões de reais, sendo que o último bimestre apresentou uma receita líquida superior a 70 milhões e o percentual aplicado em ASPS foi no montante de 32,84%.

Por sua vez, no ano de 2020, a receita líquida de impostos e transferência esteve no intervalo de 15 milhões até atingir uma arrecadação expressiva de 71,27 milhões no último bimestre. Nesse período, também se observa o maior percentual de gastos com ASPS no município de acordo com os anos estudados, conforme mostram os números da última coluna, como, por exemplo, no quarto bimestre o percentual de ASPS totalizou 71,95%, enquanto que a média no ano de 2020 foi de 49,14%.

Assim, inicialmente, já se consegue visualizar que o município estudado respeitou, nesse intervalo de tempo, o mínimo constitucional de 15% de aplicação dos recursos em ASPS, conforme preconiza a Lei Complementar n.º 121 (BRASIL, 2012). Também é válido destacar que esses percentuais mínimos sendo respeitados pelos entes municipais cumprem também os requisitos estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF/2000), no seu art. 25, no sentido de viabilizar a realização de transferências voluntárias por parte de outros entes para a entidade municipal.

Em sequência, a Figura 2 evidenciará o montante das RLIT média *per capita* de Caicó (RN) nos anos de 2018 a 2020. Para tanto, utilizam-se dos valores médios expostos sobre RLIT na tabela supracitada e realiza a divisão pela população estimada nos últimos anos, segundo o IBGE: 67.554 hab. (2018); 67.952 hab. (2019) e 68.343 hab. (2020).

Essa Figura 2 demonstra algumas nuances específicas sobre o fenômeno estudado, pois, além de mensurar quanto o município dispõe de Receita Líquida para ser gasto com ASPS por pessoa, esses números revelam que, muito embora, a população tenha aumentado com o tempo, as receitas arrecadadas pelo município por meio de impostos e transferências legais (RLIT) por pessoa sofreram um leve decréscimo no último ano, quando comparado a 2019. Vale salientar ainda que esses números representam apenas uma média do valor gasto *per capita* para fins de análise geral, entretanto, essa realidade é instável ao longo dos bimestres e podem caracterizar o contexto econômico por que o município passa, como, por exemplo, são no-



tórios os efeitos da pandemia da Covid-19, mediante a restrição do comércio, na arrecadação tributária dos entes públicos (FUJIWARA; CHROPACZ; OFFMANN, 2020).

Em adição, também optou-se neste estudo pela elaboração de um gráfico que fizesse uma comparação entre os percentuais médios aplicados no ASPS com o percentual mínimo constitucional para assim dar maior robustez na análise proposta. Assim, a Figura 3, como segue, expõe esse comparativo.

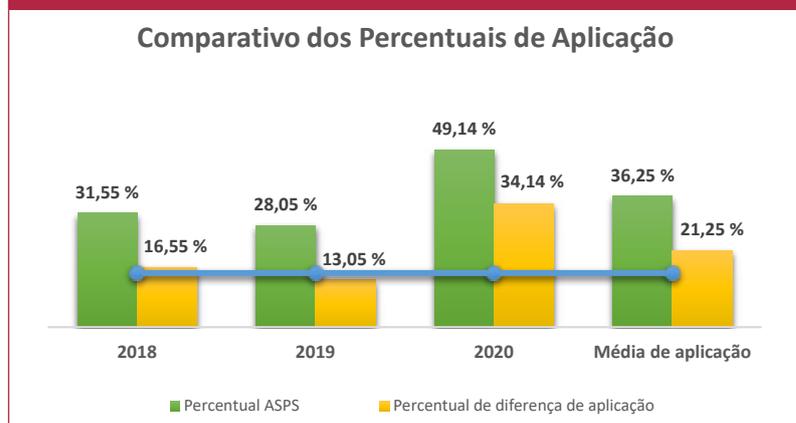
Assim, a Figura 3 demonstra o percentual médio de aplicação em ASPS pelo Município de Caicó (RN) ao longo dos três anos, bem como a diferença de aplicação, isto é, em quantos por centos o município excedeu o teto mínimo previsto na legislação (15%).

Figura 2 - Receita arrecadada líquida média per capita



Fonte: elaboração própria (2021).

Figura 3 - Comparativo médio dos percentuais de aplicação do recurso em ASPS



Fonte: elaboração própria com base nos RREO (2021).

A média calculada sinaliza que Caicó conseguiu aplicar de toda receita líquida arrecadada mais de 1/3 dos recursos em despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), o que representa uma diferença de 21,25% em relação ao limite legal.

De certa forma, esses resultados vão de encontro aos estudos de Andrett et al. (2018) e Almeida, Gonçalves e Nunes (2021), os quais apontam sobre a importância de não apenas aumentar o valor gasto com saúde para ser eficiente, mas, sim, de evoluir nos indicadores e nas políticas planejadas para melhor cobertura de atendimento. Isso significa que no Município de Caicó pode estar a ocorrer a evolução dos gastos com a saúde sem, contudo, haver políticas de gestão dos recursos.

Cumprir salientar alguns apontamentos evidentes com base na análise das figuras antepostas, sobretudo, nos dois últimos anos de estudo: 2019 e 2020. Por ora, o ano de 2019 foi o período em que o município conseguiu maior arrecadação de receita líquida e, em contraponto, teve o menor investimento em ASPS mediante os anos estudados. Já em momento a posteriori, 2020, o município apenas conseguiu manter a proporcionalidade de arrecadação das receitas líquidas nos dois primeiros bimestres, mas, por outro lado, deteve o pe-

ríodo com maior dispêndio aplicado em ASPS, o que reflete diretamente a conjuntura da crise sanitária da Covid-19 no setor público.

Outrossim, é válido fazer uma reflexão desses dados do Município de Caicó (RN), quando comparados a outros resultados encontrados por outros autores em pesquisas anteriores. A título de exemplo, os autores Possolli e Vieira (2020) encontraram limitações no que tange à transparência da gestão desses recursos da ASPS em determinados municípios catarinenses. Trazendo ao cenário local, é importante que o gestor tenha a preocupação de não expor apenas resultados patrimoniais em demonstrativos, mas também de desenvolver projetos que tornem a contabilidade pública mais fácil e objetiva, como, por exemplo, divulgação de relatórios mais analíticos envolvendo como foram arrecadados tais receitas correntes; quais foram os gastos aplicados pelo ASPS e o porquê da variação; as condições econômicas e sociais dos habitantes, etc., segundo cita Possolli e Vieira (2020).

A respeito dos percentuais aplicados nas ações e nos serviços públicos de saúde de Caicó, percebem-se resultados bem significativos de gastos, o que corresponde a mais de um terço de toda

receita arrecadada em média. Isso posto, pode haver a necessidade de revisar sobre esse volume de recursos aplicados, uma vez que esses índices podem estar a comprometer os recursos financeiros para outras áreas e, sobretudo, porque não se pode estabelecer estrita relação entre desembolsos feitos e eficiência/retorno do serviço público, conforme cita Queiroz et al. (2013); Figueiredo et al. (2018); Gomes, Bezerra Filho e Nascimento (2020) e Silva e Crozatti (2020).

Por fim, o enrijecimento do orçamento, no que tange à destinação mínima de 15% das receitas líquidas para Ações e Serviços Públicos de Saúde e, em especial, quando este valor é significativo, como foi no caso de Caicó (RN), que atingiu a marca de 71% em 2020, deixa a seguinte reflexão: os gestores estão mais preocupados em atingir o percentual mínimo ou de proporcionar serviços de saúde pública de melhor qualidade para a população? A saúde pública do Brasil é de fato eficiente? (GOMES; BEZERRA FILHO; NASCIMENTO, 2020).

## 5. Considerações Finais

O objetivo do artigo foi ter análises pontuais sobre a relação receitas líquidas e gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde no Município de Caicó (RN) nos anos de 2018, 2019 e 2020. Considera-se, portanto, que o objetivo foi atendido, ao passo que foram coletados os valores referentes às ASPS nos Relatórios de Execução Orçamentária, que propiciaram a criação de tabelas e gráficos, além disso houve aprofundamento teórico sobre como o assunto é percebido por outros pesquisadores e, por conseguinte, enfatiza-se a importân-



“A respeito dos resultados encontrados, o Município de Caicó foi autossuficiente nos desembolsos orientados aos projetos da saúde durante todos os anos de estudo, aplicando, em média, 36,25% das suas receitas líquidas destinadas a tal fim.”



cia de políticas planejadas para melhor gerir os recursos da saúde e proporcionar melhor satisfação dos serviços prestados.

Nesse contexto, a saúde pública brasileira reverbera como um tema de grande importância para a sociedade, inclusive, sendo um pilar defendido pelo Estado por meio das expressões legais da Carta Magna. Ainda assim também é um tema assistido pela Lei Complementar n.º 141/2012, a qual estipula valores mínimos a serem observados pelos entes no que tange à aplicação dos recursos nas ações e serviços de saúde. Contudo, percebe-se que ainda é um setor bastante carente na sociedade atual, ainda mais se concatenar, entre outras causas, a propagação do vírus da Covid-19 e a gestão ineficiente dos recursos.

A respeito dos resultados encontrados, o Município de Caicó foi autossuficiente nos desembolsos orientados aos projetos da saúde durante todos os anos de estudo, aplicando, em média, 36,25% das suas receitas líquidas destinadas a tal fim. Embora, as receitas líquidas tenham sofrido leve decréscimo em razão do tempo e, em contrapartida, as despesas empenhadas

com ASPS, aumentado; a cidade estudada foi relativamente estável nas suas arrecadações, bem como nas aplicações de 2018 a 2020; e, o mais importante, ela atende aos preceitos estipulados na LC 141 sobre a aplicação mínima de 15%.

Ademais, foi discutido sobre esse percentual aplicado apenas com despesas de saúde, uma vez que isto significa o comprometimento financeiro de mais de um terço das receitas decorrentes de impostos e transferências de outros entes, o que pode restringir o avanço noutras áreas sociais. Não apenas comprometimento financeiro significativo e números divulgados, porém, principalmente, a necessidade de tornar essas informações transparentes para permitir o controle social e, em especial, investigar se há realmente eficiência com os gastos aplicados na saúde, de modo a gerar maior retorno à sociedade em forma de serviços prestados com qualidade.

Adicionalmente, é notório observar que a principal limitação desta pesquisa prende-se à amostra considerada no período de 2018 a 2020, considerando 18 bimestres ao todo. Como a pesquisa toma por base a consulta em duas fontes de dados para fins de maior precisão dos dados analisa-

dos, que sejam: os relatórios viabilizados pela página eletrônica do executivo municipal e pelo Siconfi, assim atesta-se que aquela plataforma não disponibiliza os relatórios dos anos anteriores ao período de 2018, enquanto que apenas a página do Tesouro Nacional publica tais relatórios a partir de 2015. Por tal razão, houve preferência pelos dados fornecidos entre os anos de 2018 a 2020 por ambas as páginas, além da escolha por tal período ser feita de forma intencional a fim de verificar como ficou a organização dos recursos públicos com saúde no Município de Caicó (RN) mediante a pandemia do novo coronavírus, possibilitando uma visão comparativa.

Ao finalizar este artigo, não se declara por esgotado o leque de possibilidades para ampliação de novas pesquisas científicas sobre tal área. Espera-se, por exemplo, que tal pesquisa possa ser aplicada em outros municípios com estrutura semelhante a do Município de Caicó (RN), a fim de permitir uma análise comparativa ou, até mesmo, implementar o uso da técnica DEA para investigar a eficiência relativa dos gastos com saúde na região do Seridó potiguar.

## Referências

ALMEIDA, Jáder Cabral de; GONÇALVES, Rodrigo de Souza; NUNES, André. Qualidade do gasto e destinação orçamentária saúde: uma análise na atenção primária em municípios brasileiros. *Revista Gestão & Saúde*, v. 12, n.01, 2021 .

ANDRETT, M. et al. Eficiência dos gastos públicos em saúde no Brasil: estudo sobre o desempenho de estados brasileiros. *Revista de Gestão em Sistemas de Saúde*, v. 7, n. 2, p. 114-128, 2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília:Planalto, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 20 jun. 2021 .

BRASIL. *Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm). Acesso em: 20 jun. 2021 .

BRASIL. *Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012*. Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp141.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp141.htm). Acesso em: 20 jun. 2021 .

BRASIL. *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*. Partes Geral, I, II, III, IV e V. 8a. Edição. Brasília: STN, 2018. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2019/26>. Acesso em: 20 de jul. 2021 .

BRASIL. Ministério da Saúde. *Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde*. Tabelas geradas a partir dos dados CNES de dezembro de 2020. Disponível em: <http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/extracao.jsp>. Acesso em: 20 de jul. 2021 .

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - *SICONFI*. Disponível em: [https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao\\_list.jsf](https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf). Acesso em 01 out. 2021

DUARTE, Luiza Amâncio Ferreira. Análise da eficácia dos gastos com saúde nos municípios de Minas Gerais e dos Pareceres do TCEMG. 130 f. *Dissertação* (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2020.

FALCÃO, Márcio Leonardo de Santana Marinho. Análise dos gastos públicos em saúde e da cobertura da atenção primária dos municípios pernambucanos: tendência 2008 a 2018. 2020. *Dissertação* (Mestrado em Gestão e Economia da Saúde) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

FIGUEIREDO, Juliana Oliveira et al. Gastos público e privado com saúde no Brasil e países selecionados. *Saúde em Debate*, v. 42, p. 37-47, 2018.

FREITAS, Igor Wescley Silva de. Um estudo comparativo de técnicas de detecção de outliers no contexto de classificação de dados. 97 fl. *Dissertação* (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Semi-árido, Programa de Pós-graduação em Ciência da Computação, 2019.

FUJIWARA, Ricardo Shigueru; CHROPACZ, Franciely; OFFMANN, Denis. Administração Tributária Municipal e a Covid-19: Um estudo do impacto nas receitas tributárias e nos serviços públicos. *Boletim de conjuntura* (BOCA), v. 3, n. 8, p. 86-100, 2020.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, J. R.; BEZERRA FILHO, J. E.; NASCIMENTO, J. C. H. B. Finanças Públicas: um estudo sobre a rigidez orçamentária das despesas públicas nos estados do Brasil. *Revista Brasileira de Contabilidade*, [S.l.], n. 243, p. 76-91, jul. 2020. ISSN 2526-8414. Disponível em: <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/1868>. Acesso em: 28 jun. 2021. Doi: <https://doi.org/10.17648/rbc.v0i243.1868>.

IBGE. *Estimativas da População*. Tabela 6579 - População residente estimada. SIDRA, 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579#notas-tabela>. Acesso em: 20 jul. 2021 .

IBGE. *Panorama Cidades*, IBGE. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/caico/panorama>. Acesso em 05 de jul. 2021

ONU. Organização das Nações Unidas. *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. 2016. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_amigo\\_pessoa\\_idosa/Agenda2030.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_amigo_pessoa_idosa/Agenda2030.pdf) Acesso em 17 jun. 2021

POSSOLLI, J. L.; VIEIRA, R. S. A transparência das informações sobre os investimentos nas ações e serviços públicos de saúde em uma região do Estado de Santa Catarina. *Holos*, v. 36, n. 5, 2020.

PROETTI, S. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: Um estudo comparativo e objetivo. *Revista Lumen*, v. 2, n. 4, 2018. DOI: 10.32459/revistalumen.v2i4.60.

QUEIROZ, L. M. N. Expansão urbana e vulnerabilidades cidadina: carto (grafias) socioeconômicas e de infraestrutura urbana. 2018. 110f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Centro de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

QUEIROZ, M. F. M et al. Eficiência no gasto público com saúde: Uma análise nos municípios do Rio Grande do Norte. *Rev. Econ. NE*, Fortaleza, v. 44, n. 3, p. 761-776, jul-set. 2013.

SILVA, J. R.; MEDEIROS, J. P. Eficiência do gasto público voltado à atenção primária à saúde em um município brasileiro. *Revista Interdisciplinar*, v. 14, n. 1, 2021.

SILVA, S. P.; CROZATTI, J. Eficiência dos gastos públicos com atenção básica à saúde: uma análise do desempenho dos municípios de São Paulo no ano de 2018. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*. 2020.

SOUZA, F. J. V. et al. Eficiência dos gastos públicos em assistência hospitalar: Um estudo nas capitais brasileiras no período de 2008 a 2010. *HOLOS*, [S.l.], v. 1, p. 203-216, mar. 2013. ISSN 1807-1600. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1061/651>. Acesso em: 16 jun. 2021. doi:<https://doi.org/10.15628/holos.2013.1061>.





Artigo Convidado

# Expertise do Conselho de Administração, rentabilidade e valor de mercado de empresas transnacionais

A expertise é a capacidade adquirida por meio de prática ou estudo individual. Ela é conquistada na área pessoal e profissional e composta de um conjunto de conhecimentos técnico-científicos, de habilidades e do acúmulo de conhecimentos ao longo de uma trajetória de vida escolar e de trabalho. Este estudo avalia a influência da expertise representada pela formação acadêmica e experiência profissional dos membros do Conselho de Administração na rentabilidade e no valor de mercado em empresas brasileiras transnacionais. A população foi composta das empresas brasileiras não financeiras com registro ativo e com ações negociadas na [B]3 no período de 2014 a 2018. Os dados financeiros foram coletados do banco de dados da Refinitiv Eikon®, e os currículos resumidos dos membros do Conselho de Administração nos Formulários de Referência das empresas. Os resultados confirmam que há relação significativa e positiva entre a experiência profissional dos membros do Conselho de Administração e o valor de mercado nas empresas brasileiras transnacionais e que o nível de formação e experiência se reflete no desempenho das organizações. Os resultados são consistentes de que experiência profissional tende a refletir no valor de mercado das organizações.

## Ivonaldo Brandani Gusmão

Doutor em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Contabilidade de Custos. Graduado em Ciências Contábeis. Contador, professor e pesquisador na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro).

## Romualdo Douglas Colauto

Pós-Doutor pela Universidade de São Paulo FEA/USP. Doutor e Mestre em Engenharia de Produção na Área de Gestão de Negócios pela UFSC. Especialista em Consultoria Empresarial. Graduado em Ciências Contábeis e em Letras. Líder do Laboratório de Educação e Pesquisa Contábil (LEPEC-UFPR). Pesquisador do Laboratório de Contabilidade Financeira (Lacfin-UFPR). Professor Titular do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

## 1. Introdução

Desde que as empresas se tornaram complexas, dinâmicas e globalmente competitivas, o conhecimento e as habilidades necessárias para entender e administrar os negócios direcionaram a necessidade de uma maior diversidade de *expertise* dos gestores. A *expertise* é um ingrediente vital da habilidade humana e essencial para estabelecer níveis de competência nas diversas áreas de especialização com o objetivo de desempenhar uma atividade ou de obter um domínio específico de conhecimento. A *expertise* é entendida como um bem conquistado na área pessoal e profissional, constituído por um conjunto de conhecimentos técnico-científicos, habilidades, acúmulo de conhecimentos e experiências adquiridas ao longo de uma trajetória de vida escolar e de trabalho. Este estudo analisa a *expertise*, representada pela formação acadêmica e experiência profissional, cujos membros do Conselho de Administração (CA) acumulam durante suas carreiras e que, posteriormente, as utilizam para antecipar decisões que tenham potencial para influenciar o desempenho financeiro das empresas.

As empresas se caracterizam como “uma coalizão de grupos e interesses, com cada um tentando obter algo da coletividade, interagindo com os outros e cada um com suas próprias preferências e objetivos”. Assim, as estratégias entre os *players* “mediam as relações organizacionais mais do que as forças de mercado” (PFEFFER; SALANCIK, 2003, p. 36). Dessa forma, esses *players* exploram os desequilíbrios de forças que resultam das interdependências organizacionais de recursos no ambiente externo, conduzindo as empresas a adotarem estratégias que melhorem seu desempenho

econômico-financeiro, utilizando a *expertise* dos membros do conselho como um recurso externo para auxiliar a tomada de decisão nas empresas.

Entre os temas que examinam a responsabilidade e as atividades dos conselhos, as características de formação acadêmica e a experiência profissional que os membros do Conselho de Administração (CA) acumulam ao longo de sua trajetória podem ser discutidas sob a lente da Teoria da Dependência de Recursos (TDR). A utilização da formação acadêmica e experiência profissional como *proxies* para a *expertise* permitem analisar se as características profissionais dos membros dos conselhos, divulgadas anualmente pelas empresas comportam elementos valorativos com potencial para afetar a rentabilidade e o valor de mercado de empresas que operam em mercado internacional.

De acordo com a TDR (PFEFFER; SALANCIK, 1978), a experiência profissional dos diretores e dos conselheiros serve como canal por meio do qual a organização reduz as interdependências ambientais, sendo que as características e a composição do Conselho de Administração podem conduzir as empresas a um melhor desempenho e lucratividade (WALLS; HOFFMAN, 2013). Embora a Teoria da Agência (JENSEN; MECKLING, 1976) seja a teoria predominantemente usada na pesquisa sobre conselhos de administração, a Teoria da Dependência de Recursos (TDR) parece ser mais bem-sucedida para ajudar a compreender o papel dos conselhos de administração. Como cada membro do Conselho de Administração traz diferentes elos e recursos para o conselho, a TDR prevê que a composição diferenciada e refinada no Conselho de Administração e a maturidade, liderança e julgamento analítico, que são esperados dos membros do Conse-

lho de Administração podem ser um gatilho preditor de recursos ambientais. Nesse contexto, os argumentos acima correspondem à discussão de que as características dos membros do Conselho de Administração, representados por meio de sua experiência profissional e formação acadêmica, podem influenciar decisões que potencializam o desempenho das empresas. Além disso, a diversidade de conhecimentos e as experiências podem orientar decisões da empresa na busca de agregação de valor para os acionistas. A lógica é que a experiência profissional e a formação acadêmica permitem que aos membros dos conselhos repliquem práticas de gestão bem-sucedidas nos mercados nacionais e interna-



“Por meio da formação acadêmica e da experiência profissional, os membros do Conselho de Administração desenvolveriam não só uma melhor compreensão dos ambientes de negócios, mas o relacionamento dessas estratégias com o setor da empresa, provendo habilidades que aumentam a capacidade de estimar riscos e melhorar retornos financeiros.”

cionais. Por meio da formação acadêmica e da experiência profissional, os membros do Conselho de Administração desenvolveriam não só uma melhor compreensão dos ambientes de negócios, mas o relacionamento dessas estratégias com o setor da empresa, provendo habilidades que aumentam a capacidade de estimar riscos e melhorar retornos financeiros, o que refletiria no desempenho e valor de mercado das empresas.

Portanto, este estudo examina se os membros do Conselho de Administração com experiência profissional e formação especializada atuam como facilitadores capazes de extrair e transferir conhecimento para a empresa, ajudando-a a adotar práticas que influenciam seu desempenho e o valor de mercado em empresas transnacionais. Nesse sentido, pretende-se responder ao seguinte problema de pesquisa: **Qual a influência da formação acadêmica e experiência profissional dos membros do Conselho de Administração na rentabilidade e valor de mercado em empresas brasileiras transnacionais e nacionais sob a lente teórica da Teoria da Dependência de Recursos?**

## 2. Revisão da Literatura

*Expertise* é a habilidade ou conhecimento especializado em um campo particular. Para Ericsson e Staszewski (1989), *expertise* é a capacidade adquirida por meio de prática ou estudo individual, para desempenhar bem uma tarefa e domínio específico. Praticar pode ser insuficiente para produzir altos níveis de desempenho em uma habilidade, e a repetição não leva necessariamente a um melhor desempenho, mas a prática sustentada no conhecimento é essencial a fim de estabelecer um alto nível de competência em todas as áreas de *expertise*.

Neste estudo, a *expertise* é empregada como sinônimo de formação acadêmica e experiência profissional, portanto, consideram as experiências observáveis nas características dos membros do Conselho de Administração. As características do Conselho de Administração baseiam-se na noção de que experiências observáveis são *proxies* válidas para a orientação cognitiva, valores, base de conhecimento, influenciam as decisões dos gestores e estão intimamente relacionados às características e *expertises* dos membros do Conselho de Administração (HAMBRICK; MASON, 1984).

A premissa de que os gestores são confrontados com muito mais informações do que podem lidar sugere que as decisões recaem sobre as pessoas com mais experiências profissionais e formação acadêmica, pois, quanto mais complexa for a decisão, mais aplicável será a *expertise*. A Lei n.º 6.404/1976 alterada pela Lei n.º 11.638/2007, e a Lei n.º 10.303/2001 não especificam a necessidade de formação, experiência ou especializações requeridas ao conselheiro para exercer suas funções no Conselho de Administração. O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2015) também não qualifica a necessidade de formação específica ou experiência para exercer a função de conselheiro, mas evidencia que os membros devem possuir diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero. Assim, as características observáveis do Conselho de Administração podem ser usadas como *proxies* para as dimensões complexas de suas personalidades.

De acordo com Hambrick e Mason (1984), quanto mais complexa forem as decisões, mais importantes serão as características pessoais relacionadas à experiência e ao conhecimento dos gestores. Nielsen e

Nielsen (2013) expõem que as diferentes características dos conselhos obtidas na carreira afetam às decisões e comprometem diretamente na escolha estratégica e no desempenho organizacional, e que o nível de formação educacional dos diretores se reflete nas características e no desempenho das organizações; afirmam que as experiências anteriores possuem potencial para identificar oportunidades de investimentos no ambiente nacional e no internacional.

A internacionalização das atividades das empresas é um processo no qual as companhias aumentam gradualmente seu envolvimento no mercado global, implicando a suposição de que a formação acadêmica e conhecimento experiencial dos membros do Conselho de Administração refletiriam no valor de mercado dessas empresas. Para executar atividades transnacionais de forma eficiente, a diretoria e os membros do Conselho de Administração necessitam adquirir novos conhecimentos, incluindo informações sobre mercados e técnicas de operações estrangeiras. Como não é fácil o acesso a esses conhecimentos, as empresas alavancam suas estruturas de governança com o objetivo de alinhar com sua capacidade de lidar efetivamente com tais complexidades. Para Fran, Gui, Li e Zhu (2016), a experiência internacional permite aos membros dos conselhos replicarem práticas de gestão bem-sucedidas, e esses conhecimentos são fatores importantes reconhecidos pelos *stakeholders* quando da análise das empresas. Assim, essa diversidade de formação e experiência ajuda na tomada de decisão, particularmente onde a atividade comercial internacional está envolvida.

A formação acadêmica é reportada como importante atributo do Conselho de Administração. Li, Sun e Ettredge (2010) destacaram que são importantes nos conselheiros o

conhecimento em economia, finanças, contabilidade, mercado nacional e internacional; e que a maior qualificação sobre conhecimentos contábil poderia atrair a atenção de *stakeholders*. Para Li, Wei e Lin (2016), empresas que possuem diretores com qualificação acadêmica e experiência profissional obtidas no exterior atraem mais investidores institucionais e analistas de mercado. Johnson et al. (2013) afirmam que a presença de membros do Conselho de Administração com experiência e formação tende a mitigar a desconfiança dos investidores em decisões com operações no mercado, pois esse acúmulo de conhecimento permite identificar oportunidades e minimizar incertezas. Jermias e Gani (2014) argumentam que conselhos com membros altamente qualificados são melhores em monitorar o gerenciamento das empresas, sugerindo que as empresas incluam professores universitários entre os membros do conselho, uma vez que essa profissão é considerada credível e as empresas os indicariam para o conselho com o intuito de aumentar o valor de mercado. Por meio da formação e da experiência profissional, os diretores desenvolvem não só uma melhor compreensão dos ambientes de negócios, mas o relacionamento dessas estratégias com o setor da empresa e tendem a desenvolver habilidades que aumentam a confiança na capacidade de estimar riscos e retornos (NIELSEN; NIELSEN, 2013).

De acordo com a TDR, os diretores de uma empresa deveriam ajudar a absorver e lidar com as incertezas ambientais. Pfeffer e Salancik (1978) observaram que, quando uma organização nomeia um indivíduo para um conselho, espera-se que esse apoie a organização e preocupe-se com seus problemas e apresente al-

ternativas para ajudar a empresa estrategicamente. Portanto, os membros do Conselho de Administração com experiência profissional e formação especializada atuariam como facilitadores capazes de extrair e transferir conhecimento para a empresa, ajudando-a a adotar práticas que aumentem seu valor de mercado.

### 3. Método

O estudo foi realizado em empresas brasileiras transnacionais de capital aberto listadas na [B]<sup>3</sup> Brasil Bolsa Balcão. Para obter as informações sobre as características de formação acadêmica e experiência profissional dos membros do Conselho de Administração dessas empresas, coletam-se os dados apresentados nos Formulários de Referências (FR), no Item 12.6 que trata da composição e experiência profissional do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, obtidos no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Utilizam-se os dados do FR, por ser um documento eletrônico e obrigatório sua elaboração pelas empresas a partir de 2010, sendo os critérios de divulgação de informações nesse formulário, regulado por meio da Instrução CVM n.º 480/2009. Os dados do valor de mercado foram coletados do banco de dados da Thomson Reuters Eikon® e formarão um construto para o valor de mercado da empresa.

Quanto ao período de análise, utilizaram-se as informações publicadas entre o período de 2014 a 2018. Justifica-se esse período de cinco anos devido ao fato de a Ins-



“A população foi composta de todas as empresas brasileiras não financeiras com registro ativo e listadas na [B]3, perfazendo um total de 280 empresas, na posição de 12 de maio de 2019.”

trução CVM n.º 552/2014 dispor que as informações prestadas pelas empresas no Formulário de Referência (FR), quanto à composição, experiência profissional e formação dos membros do Conselho de Administração, devem representar as principais experiências e formação dos membros do conselho relativos aos últimos cinco anos.

A população foi composta de todas as empresas brasileiras não financeiras com registro ativo e listadas na [B]3, perfazendo um total de 280 empresas, na posição de 12 de maio de 2019. Para a identificação em empresa transnacional, utiliza-se o relatório publicado pelo Ministério da Economia Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) (2019), que apresenta o cadastro de empresas brasileiras exportadoras e importadoras, atualizado até setembro de 2019.

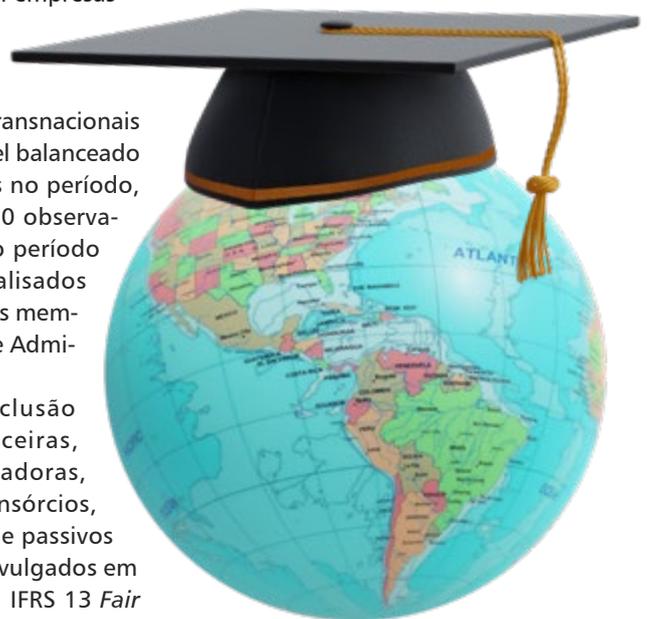
Para a empresa permanecer na amostra, foram estabelecidos os seguintes critérios de filtragem: apresentar atividades de exportação e negócios internacionalizados no período; não apresentar Patrimônio Líquido negativo no período analisado; apresentar os dados contábeis necessários para a determinação das variáveis de pesquisa; possuir cotações nos seus preços de ações no período em estudo; apresentar

Formulário de Referência nos anos de 2014 a 2018 no website da CVM, com as informações curriculares sobre os membros do Conselho de Administração, bem como os dados financeiros necessários para avaliação do valor de mercado.

Foram excluídas as empresas internacionalizadas que declaram no FR que não houve receitas relevantes provenientes do exterior no período. Desse modo, a amostra final foi composta de 159 empresas e culminaram em um painel balanceado, classificadas em 65 empresas transnacionais e 94 empresas nacionais, distribuídas em nove setores econômicos diferentes. As 65 empresas transnacionais constituíram um painel balanceado com 325 observações no período, e as 94 empresas, 470 observações. Considerando o período de estudo foram analisados os 6.307 currículos dos membros dos Conselhos de Administração.

Justifica-se a exclusão das empresas financeiras, como bancos, seguradoras, fundos diversos e consórcios, por possuírem ativos e passivos que necessitam ser divulgados em conformidade com a IFRS 13 *Fair Value Measurement* (IASB, 2011).

Ainda, pelo fato de essas entidades financeiras apresentarem essas particularidades na norma, utilizam indicadores econômico-financeiros específicos na avaliação de seu desempenho e apresentam planos de contas diferentes daquelas empresas que atuam em setores não financeiros, impossibilitando a mensuração e comparação de determinadas variáveis utilizadas neste estudo.



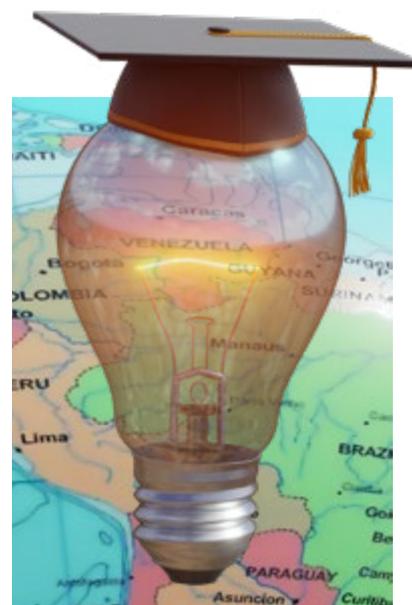
Para mapear a *expertise* dos membros do Conselho de Administração, foram construídos dois índices denominados Formação Acadêmica e Experiência Profissional com as características esperadas dos membros do Conselho de Administração. Para codificação do Índice Formação Acadêmica, foi atribuído um ponto para os itens que o compõe, caso a resposta seja “SIM”, e foi atribuído zero ponto quando for “NÃO”. Em função desses critérios para codificação, as empresas receberão uma pontuação individual absoluta, que pode variar entre 0 e 8 (8 itens vezes a pontuação máxima de um ponto por item). As definições das medidas utilizadas no Índice de Formação Acadêmica são: 1. Formação em Instituição Internacional; 2. Formado em Ciências Contábeis, Administração e Economia; 3. Mais de um curso superior; 4. Especialização; 5. Especialização em negócios; 6. Especialização no exterior; 7. Mestrado; e 8. Doutorado.

Para codificação do Índice Experiência Profissional, utilizou-se critério semelhante. Foi atribuído um ponto para os itens que o compõe, caso a resposta seja “SIM”, e foi atribuído zero ponto quando for “NÃO”. Em função desses critérios para codificação, as empresas receberão uma pontuação individual ab-

soluta que pode variar entre 0 e 12 (12 itens vezes a pontuação máxima de um ponto por item). As definições das medidas utilizadas neste estudo para o Índice de Experiência Profissional são: 1. Experiência em empresas internacionalizadas; 2. Experiência no setor econômico; 3. Experiência como CEO; 4. Experiência como CFO; 5. Experiência em empresas estatais; 6. Eleito pelo controlador; 7. Laços familiares com o CEO da empresa; 8. Acumula cargos e funções na empresa; 9. Experiência no Conselho Fiscal; 10. Experiência no Conselho de Administração em outras empresas; 11. Experiência em empresas com regulamentação específica; e 12. Professor no Ensino Superior.

As variáveis de controle foram empregadas para verificar e isolar possíveis interferências nas análises entre a formação acadêmica e experiência profissional (variáveis independentes) e sua influência sobre a rentabilidade das empresas (variáveis dependentes). Foram utilizadas oito variáveis de controle: o ciclo econômico (Ciclo\_Econ) analisa o efeito do ciclo econômico brasileiro no período de 2014 a 2018; o setor da empresa (Setor\_Econ) representa os diferentes segmentos em que as empresas atuam, empregando-se a classificação disponibiliza-

da pela [B]<sup>3</sup>, que divide as empresas em 10 setores; o Tamanho dos Ativos (Tam\_Empresa) mensura o porte da empresa pelo logaritmo natural (ln) do Ativo Total da empresa; o Endividamento (Endivid) foi empregado para avaliar o desempenho da empresa medido pela razão entre o passivo oneroso de curto e longo prazo pelo patrimônio líquido; os Diretores Independentes (Dir\_Indep) analisa a proporção de conselheiros independentes no Conselho de Administração em relação ao número total de membros do conselho; o Tamanho do Conselho (Tam\_CA)



“As variáveis de controle foram empregadas para verificar e isolar possíveis interferências nas análises entre a formação acadêmica e experiência profissional (variáveis independentes) e sua influência sobre a rentabilidade das empresas (variáveis dependentes).”

avalia o efeito do número de diretores no conselho; a emissão de ADRs (ADR) foi empregada para medir o índice de internacionalização das empresas; a Internacionalização (Inter) foi utilizada como um indicador de propensão à exportação e desempenho de exportação das empresas e medido de acordo com a metodologia Unctad (2017) pela média de três razões: ativos externos divididos pelos ativos totais da empresa; vendas externas divididas pelas vendas totais da empresa; e empregos externos divididos pelos empregos totais gerados pela empresa.

Pesquisas anteriores argumentam que diferentes características de experiência e formação específica obtidas na carreira podem afetar as decisões dos gestores e comprometer o desempenho da empresa (NIELSEN; NIELSEN, 2013). Orens e Reheul (2013) defendem que o nível de formação educacional dos diretores se reflete nas características e desempenho de suas organizações; e a experiência profissional no setor permite que os diretores se familiarizem com o ambiente em que atuam, melhorando o desempenho das empresas (WALLS; HOFFMAN, 2013). A experiência específica dos diretores gera vantagem competitiva no mercado nacional e internacional, sendo um aspecto determinante na internacionalização e desempenho econômico-financeiro da empresa e sugerem que diretores que possuem experiência estão em posição superior para assessorar a administração em relação a decisões estratégicas melhorando o desempenho das empresas. Assim, empresas com diretores com qualificação e experiência tendem a atrair mais investidores e analistas de mercado, melhorando o valor de mercado das empresas (LI; WEI; LIN, 2016; JOHNSON et al., 2013; JERMIAS; GANI, 2014). Assim, estabelecem-se as seguintes hipóteses:

H1: Há uma relação significativa e positiva entre a formação acadêmica dos membros do Conselho de Administração das empresas e a rentabilidade das empresas brasileiras transnacionais.

H2: Há uma relação significativa e positiva entre a experiência profissional dos membros do Conselho de Administração das empresas e a rentabilidade das empresas brasileiras transnacionais.

$$RENTAB_{it} = \beta_{1i} + \beta_2 FORM\_ACAD_{2it} + \beta_3 EXPER\_PROF_{3it} + \beta_4 INTER_{4it} + \beta_5 FORM\_ACAD_{it} * INTER_{it} + \beta_6 EXPER\_PROF_{it} * INTER_{it} + \beta_7 CICLO\_ECON_{7it} + \beta_8 SETOR\_ECON_{8it} + \beta_9 TAM\_EMPRESA_{9it} + \beta_{10} ENDIVID_{10it} + \beta_{11} DIR\_INDEP_{11it} + \beta_{12} TAM\_CA_{12it} + \beta_{13} ADR_{13it} + \nu_t + \epsilon_{it} \quad (1)$$

H3: Há uma relação significativa e positiva entre a formação acadêmica dos membros do Conselho de Administração das empresas e o valor de mercado das empresas brasileiras transnacionais.

H4: Há uma relação significativa e positiva entre a experiência profissional dos membros do Conselho de Administração das empresas e o valor de mercado das empresas brasileiras transnacionais.

$$VALOR\_MERC_{it} = \beta_{1i} + \beta_2 FORM\_ACAD_{2it} + \beta_3 EXPER\_PROF_{3it} + \beta_4 INTER_{4it} + \beta_5 FORM\_ACAD_{it} * INTER_{it} + \beta_6 EXPER\_PROF_{it} * INTER_{it} + \beta_7 CICLO\_ECON_{7it} + \beta_8 SETOR\_ECON_{8it} + \beta_9 TAM\_EMPRESA_{9it} + \beta_{10} ENDIVID_{10it} + \beta_{11} DIR\_INDEP_{11it} + \beta_{12} TAM\_CA_{12it} + \beta_{13} ADR_{13it} + \nu_t + \epsilon_{it} \quad (2)$$





#### 4. Resultados

A composição do Conselho de Administração (CA) deve ser estruturada para permitir um ambiente em que os membros exerçam sua função de auxiliar na tomada de decisão e adicionar valor para a empresa e os *stakeholders*. Em relação à quantidade de membros do CA, a Lei n.º 6.404/1976 (Brasil, 1976) é taxativa, indicando um número mínimo de três componentes e deixando a definição do número máximo a cargo da Assembleia Geral da empresa. O IBGC (2015) indica o número mínimo de 5 e máximo de 11 conselheiros. A OCDE (2015) não faz recomendações sobre o tamanho adequado dos conselhos, sugerindo que a definição sobre o número do CA deve ser estabelecida conforme a complexidade dos negócios da empresa. Na Tabela 1 apresenta-se a composição do CA das empresas analisadas no período.

Verificam-se diferenças no tamanho do CA, sendo que para 2018 a média foi de 7,6 membros para as empresas transnacionais e 7,3 para as nacionais. Embora a média de composição do CA esteja de acordo com disposto na lei e proposto pelos órgãos reguladores, constata-se que essa média é menor quando comparada à média global nas empresas internacionais de 10,7 membros (SPENCER-STUART, 2019), cuja média foi calculado considerando o perfil dos membros do CA das empresas listadas na S&P500. Estudos afirmam que a composição do Conselho de Administração pode conduzir as empresas a um melhor desempenho e lucratividade (WALLS; HOFFMAN, 2013).

A distribuição percentual do número de membros do CA variou em tamanho entre 1 e 26 membros. As empresas entre 1 e 3 membros representam 6,6% das empresas transnacionais e 9,2%

das nacionais; entre 4 e 8 membros, 63,0% das transnacionais e 58,6% das nacionais; entre 9 e 12 membros, 11,9% das transnacionais e 17,5% das nacionais; entre 13 e 26 membros, 18,6% das transnacionais e 14,6% das nacionais. Observa-se que a média das empresas cujos CAs estão de acordo com o definido como ideal pelos órgãos reguladores representam em média 93,4% das empresas transnacionais e 90,8% das empresas nacionais. Para Pfeffer e Salancik (1978), o tamanho e composição do conselho estão relacionados à necessidade da organização interagir com o ambiente externo, de forma a garantir o su-

cesso das operações e obtenção de recursos para o futuro, melhorando a eficiência da utilização desses recursos. Assim, o tamanho e a composição diferenciada e refinada do CA pode ser um gatilho preditor de diferentes *expertises* que auxiliam os membros do CA a tomarem decisão.

Na Tabela 2 apresenta-se a composição dos diretores independentes do CA das empresas analisadas no período.

Tabela 1 - Composição do Conselho de Administração

	2014		2015		2016		2017		2018		
	T	N	T	N	T	N	T	N	T	N	
Número total de membros nos Conselhos de Administração	1.287		1.307		1.296		1.221		1.196		6.307
Número total de membros no conselho	538	749	498	809	494	802	498	723	494	702	6.307
Mínimo no conselho	2	2	2	2	2	1	2	2	2	1	
Máximo no conselho	26	28	26	26	26	26	26	20	26	21	
Tamanho médio do conselho	8,40	8,41	7,78	8,69	7,71	8,20	7,78	7,69	7,60	7,30	

Nota: T - Transnacionais; N - Nacionais.

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 2 - Frequência dos diretores independentes no Conselho de Administração

	2014		2015		2016		2017		2018		Total
	T	N	T	N	T	N	T	N	T	N	
Total de membros nas diretorias e conselhos	2.885		2.914		2.897		2.889		2.831		14.416
	1206	1679	1129	1785	1115	1782	1154	1735	1152	1679	14.416
Membros do Conselho de Administração Analisados	1.287		1.307		1.296		1.221		1.196		6.307
	T	N	T	N	T	N	T	N	T	N	
Número de membros no CA	538	749	498	809	494	802	498	723	494	702	6.307
Média do tamanho do CA	8,40	8,41	7,78	8,69	7,71	8,20	7,78	7,69	7,60	7,30	7,96
Média de Idade do CA	59,2	57,4	59,3	57,5	56,1	55,9	56,1	53,9	55,6	54,2	56,5
Número de Diretores Independentes no CA	121	173	137	220	129	201	154	197	152	194	1.678
Frequência relativa (fr) dos Diretores Independentes no CA	22,4	23,1	27,5	27,1	26,1	25,0	30,9	27,2	30,7	27,6	26,8%
Média de Idade dos Diretores Independentes no CA	59,3	59,4	59,4	59,4	59,6	59,8	58,1	54,7	58,4	58,8	58,7

Nota: T - Empresas Transnacionais; N - Empresas Nacionais. Frequência relativa (fr) do número de diretores independentes integrantes do CA.

Fonte: dados da pesquisa.

“Embora as empresas estejam adicionando diretores mais jovens, há diretores com 60 anos ou mais, correspondendo a 47,5% da classe. A idade média dos diretores independentes com idade entre 25 e 39 anos são de 4,85% para as empresas transnacionais e 6,16% para as nacionais.”

Verifica-se que a idade média dos diretores independentes do CA das empresas brasileiras é de 58,7 anos, sendo menor que à idade média global de 62,7 anos para os diretores independentes das empresas internacionalizadas (SPENCER-STUART, 2019). Salienta-se que a idade média dos diretores das empresas brasileiras diminuiu ao longo do período de 2014 a 2018, indicando que as empresas nomearam no período diretores independentes mais jovens para o CA. Embora as empresas estejam adicionando diretores mais jovens, há diretores com 60 anos ou mais, correspondendo a 47,5% da classe. A idade média dos diretores independentes com idade entre 25 e 39 anos são de 4,85% para as empresas transnacionais e 6,16% para as nacionais; entre 40 e 59 anos são de 48,48% para as empresas transnacionais e 45,49% para as nacionais; entre 60 e 70 anos são de 31,52% para as empresas transnacionais e 28,43% para as nacionais; e de 71 ou mais anos é de 15,15% para as empresas transnacionais e 19,90% para as nacionais.

Na Tabela 3, apresenta-se a frequência relativa dos itens que compõem a formação acadêmica dos membros do Conselho de Administração (CA) das empresas transnacionais e nacionais analisadas. Os itens

que compõem o perfil de formação acadêmica, apresentado pelos membros do CA, indicam atualização dos currículos, seja por meio de outra formação em curso superior ou por cursos especialização, mestrado e doutorado, evidenciado pelo crescimento percentual desses itens no período analisado.

Observa-se que os cursos na área de Contabilidade, Gestão e Finanças foram os que apresentaram os maiores crescimentos, demonstrando que a procura por cursos na área financeira continua sendo uma prioridade para os membros dos conselhos. Destacam-se as variações na Especialização e MBA com crescimento de

25,16% para membros do Conselho que atuam em empresas transnacionais e 24,02% em empresas nacionais; Especialização na área de Negócios que inclui cursos Contabilidade, Gestão e Finanças com crescimento de 16,95% para empresas transnacionais e 20,51% para as nacionais. Em relação às outras habilidades, foram valorizadas pelos membros do CA, destacando-se: possuir mais de uma formação em curso superior com crescimento de 5,13% para as transnacionais e 3,10% para as nacionais e possuir especialização realizada no exterior com crescimento de 8,32% para as transnacionais e 9,26% para as nacionais.

Tabela 3 - Frequência dos itens de formação acadêmica do Conselho de Administração

Descrição	Número de Membros no Conselho de Administração									
	2014		2015		2016		2017		2018	
	T	N	T	N	T	N	T	N	T	N
Número de membros no CA	538	749	498	809	494	802	498	723	494	702
Formação em Instituição Internacional	1,86	4,14	2,01	6,06	2,02	5,74	2,81	8,02	1,82	7,55
Mais de um curso superior	5,95	4,14	5,62	5,56	5,87	5,36	5,82	4,70	4,86	4,27
Especialização	26,77	25,63	36,75	27,69	36,23	27,43	43,98	35,55	42,91	41,17
Mestrado	5,39	6,81	6,02	6,80	5,87	6,61	7,03	9,68	6,28	9,54
Doutorado	2,97	2,54	3,61	2,60	3,64	2,62	4,02	3,04	3,24	3,99
Especialização no Exterior	9,48	10,81	10,44	11,74	10,12	11,47	13,05	17,01	10,93	16,81
Especialização em Negócios	18,22	21,76	23,09	21,63	22,47	21,32	24,30	25,45	22,87	27,21
Mais de um curso de especialização	10,78	8,14	17,07	10,38	17,61	10,47	24,70	18,67	26,52	20,66

Nota: T - Empresas Transnacionais; N - Empresas Nacionais. A frequência relativa (fr) é calculado pela quantidade de itens de formação acadêmica informado pelos membros do CA dividido pelo número de membros no CA.

A qualificação apresentou crescimentos em curso de mestrado de 4,22% para conselheiros que atuam em empresas transnacionais e 5,40% em empresas nacionais; crescimento da formação em doutorado de 1,88% para quem atua em empresas transnacionais e 0,96% em empresas nacionais. Os resultados são consistentes com estudos que argumentam que o nível de formação educacional dos conselhos se reflete no desempenho de suas organizações (ORENS; REHEUL, 2013; NIELSEN; NIELSEN, 2013) e a presença de membros do Conselho de Administração com formação acadêmica tenderia a mitigar a desconfiança dos investidores em decisões com operações e mercados (LI; SUN; ETTREDGE, 2010; JOHNSON et al., 2013), atraindo mais investidores institucionais e analistas de mercado, pois esses profissionais consideram esses tributos como relevantes (LI; WEI; LIN, 2016).

Na Tabela 4 apresenta-se frequência relativa dos itens que compõem o perfil de experiência profissional dos membros do Conselho de Administração das empresas transnacionais e nacionais.

Os itens que compõem o perfil de experiência profissional dos membros do CA indicam a atualização dos currículos no período analisado, destacando-se: ter experiência em empresas do mesmo setor econômico, ser eleito pelo controlador, participar do conselho de administração em outras empresas e ter experiência em empresa de setor econômico com regulamentação específica. Outras habilidades corporativas evidenciadas nos currículos foram: experiência em empresas internacionalizadas, conexão política federal e estadual; experiência em cargos ou funções nomeadas em empresa estatal. Apesar de o talento financeiro ser uma prioridade para a com-

Descrição	Número de Membros no Conselho de Administração									
	2014		2015		2016		2017		2018	
	T	N	T	N	T	N	T	N	T	N
Quantidade de membros no CA	538	749	498	809	494	802	498	723	494	702
Experiência em empresas internacionalizadas	10,97	13,48	11,65	12,61	12,55	12,97	12,65	15,91	12,55	18,52
Experiência no setor econômico	92,57	91,99	89,76	89,62	89,68	88,15	87,35	82,99	93,52	93,45
Experiência como CEO	17,29	17,76	16,27	18,42	16,60	18,45	15,26	19,36	14,78	20,23
Experiência como CFO	5,39	7,48	7,43	11,12	7,49	10,35	7,03	11,89	7,69	10,97
Conexão Política (Federal)	11,52	10,68	13,65	12,98	13,56	12,84	14,66	13,97	16,80	16,52
Conexão Política (Estadual)	2,97	6,68	4,82	6,06	4,86	6,61	4,62	6,36	4,25	6,70
Experiência em empresas estatais	23,98	27,90	29,32	30,78	29,35	29,55	34,14	31,67	36,44	36,61
Eleito pelo controlador	65,99	72,76	68,47	69,84	64,17	63,84	60,64	60,86	65,79	71,37
Laços familiares com o CEO da empresa	12,45	6,01	11,45	6,06	10,73	6,23	9,24	6,22	8,70	6,55
Acumula cargo e funções	36,99	36,85	44,18	35,72	44,74	38,28	36,35	24,07	39,07	24,22
Experiência no conselho fiscal em outras empresas	12,27	14,29	13,86	13,23	13,97	12,97	13,25	17,57	10,53	17,52
Participa do conselho de administração em outras empresas	71,75	61,01	68,47	63,66	68,42	60,47	73,29	66,39	76,72	73,93
Experiência em empresa com regulamentação específica	38,85	42,06	49,80	51,79	50,00	50,37	61,85	67,36	65,99	74,07
Professor de ensino superior	1,67	2,14	2,01	1,85	2,02	1,87	2,41	2,63	2,43	3,13
Alteração de formação no período provocado pela troca de membro do CA	48,88	56,48	31,93	43,76	30,97	43,14	9,04	16,32	5,06	8,55

Nota: T – Empresas Transnacionais; N – Empresas Nacionais. A frequência relativa (fr) calculado pela quantidade de itens de formação acadêmica informado pelos membros do CA dividido pelo número de membros no CA.

Fonte: dados da pesquisa.

posição do CA, verifica-se que os membros do CA experientes e que atuaram como CEO e CFO apresentaram perfis diferentes. A experiência anterior como CEO representa em média 14,78% para as empresas transnacionais e 20,23% para as empresas nacionais. A experiência anterior com CFO representa em média 7,69% para as empresas transnacionais e 10,97% para as empresas nacionais. Ainda que a experiência não seja um requisito obrigatório para ocupar cargos no CA, examinando-se os perfis de experiência profissional, observa-se que os membros do CA são representados por conselheiros com experiência funcional e atua-

ção no setor econômico da empresa. Os resultados verificados estão de acordo com a TDR (PFEFFER; SALANCIK, 1978) e com estudos anteriores que argumentam que a experiência profissional dos conselheiros serve como canal para que a empresa reduza as interdependências ambientais para se adaptar ao ambiente externo. Essas experiências são relacionadas à competitividade de mercado nacional e internacional. Experiências em setores específicos de atuação da empresa e experiências profissionais são consideradas importantes para participar do CA (NIELSEN; NIELSEN, 2013; JOHNSON et al., 2013; LI; WEI; LIN, 2016).

Na Tabela 5, apresenta-se o resumo dos resultados dos testes das hipóteses, demonstrando a relação e os coeficientes significativos das variáveis Rentabilidade e Valor de Mercado (dependentes) e Formação Acadêmica e Experiência Profissional (independentes).

Para as empresas transnacionais, verificou-se que a relação entre variável RENTAB e FORM\_ACAD foi negativa e não significativa nos modelos 1, 2 e 3, assim, rejeita-se H1 que pressupõe que há relação significativa e positiva entre a formação acadêmica dos membros do Conselho de Administração das empresas e a rentabilidade das empresas brasileiras transnacionais. Os resultados dos testes da H1 contrariam a relação esperada e não são consistentes com estudos que argumentam que o nível de formação educacional dos conselhos se refletiria nas características e desempenho de suas organizações, e ainda, que esse desempenho estaria atrelado à atuação e *expertise* do Conselho de Administração e a presença de conselheiros com *expertise* diferenciada poderia melhorar o desempenho e o valor das empresas.

Na variável RENTAB e EXPER\_PROF, observou-se uma relação significativa nos modelos 1 e 2. Assim, não se rejeita H2 de que existe relação significativa e positiva entre a experiência profissional dos membros do Conselho de Administração das empresas e a rentabilidade das empresas brasileiras transnacionais. Os resultados dos testes da H2 confirmam os estudos, afirmando que as experiências anteriores dos membros do Conselho de Administração aumentariam a eficiência e a sobrevivência da empresa e que a experiência permitiria aos membros dos conselhos replicarem práticas de gestão bem-sucedidas nos mercados nacionais e internacionais e,

**Tabela 5 - Resumo dos testes de hipóteses**

		Dados em Painel		Hipóteses			
				H1	H2	H3	H4
				Variáveis Independentes			
Variável Dependente			Formação Acadêmica	Experiência Profissional	Formação Acadêmica	Experiência Profissional	
Empresas Transnacionais	Rentabilidade	Modelo 1	Relação <i>p</i> -valor	(-) (0,1698)	(+) (0,0847)*	-	-
		Modelo 2	Relação <i>p</i> -valor	(-) (0,4278)	(+) (0,6146)	-	-
		Modelo 3	Relação <i>p</i> -valor	(-) (0,3170)	(+) (0,0503)*	-	-
		Resultado		Rejeitar	Não Rejeitar	-	-
	Valor de Mercado	Modelo 1	Relação <i>p</i> -valor	-	-	(+) (0,6233)	(+) (0,0078)***
		Modelo 2	Relação <i>p</i> -valor	-	-	(+) (0,9716)	(+) (0,03046)*
		Modelo 3	Relação <i>p</i> -valor	-	-	(+) (0,8645)	(+) (0,04908)*
		Resultado				Rejeitar	Não Rejeitar
Empresas Nacionais	Rentabilidade	Modelo 1	Relação <i>p</i> -valor	(-) (0,3826)	(+) (0,4001)	-	-
		Modelo 2	Relação <i>p</i> -valor	(-) (0,3826)	(+) (0,4001)	-	-
		Modelo 3	Relação <i>p</i> -valor	(+) (0,5643)	(+) (0,8409)	-	-
		Resultado		Rejeitar	Rejeitar		
	Valor de Mercado	Modelo 1	Relação <i>p</i> -valor	-	-	(+) (0,0101)**	(+) (0,0291)*
		Modelo 2	Relação <i>p</i> -valor	-	-	(+) (0,0101)**	(+) (0,0291)*
		Modelo 3	Relação <i>p</i> -valor	-	-	(+) (0,0419)**	(+) (0,0485)*
		Resultado				Não Rejeitar	Não Rejeitar

Nota: \*, \*\* e \*\*\*, significativo ao nível de 10%, 5% e 1%, respectivamente.  
Fonte: dados da pesquisa.

ainda, esses conhecimentos seriam fatores importantes e reconhecidos pelos *stakeholders* quando da análise das empresas. Nas empresas nacionais, a relação entre RENTAB e FORM\_ACAD e entre RENTAB e EXPER\_PROF foram não significativas. Assim, rejeitou-se H1 e H2 para essas empresas.



Para as empresas transnacionais, a relação entre VALOR\_MERC e FORM\_ACAD foi positiva e não significativa nos modelos 1, 2 e 3. Assim, rejeita-se a H3 de que existe relação positiva e significativa entre a variável FORM\_ACAD dos membros do Conselho de Administração das empresas e o VALOR\_MERC das empresas brasileiras transnacionais. Os resultados dos testes da H3 são consistentes e apresentam relação positiva, no entanto, não há significativa entre a variável VALOR\_MERC e FORM\_ACAD. A variável VALOR\_MERC e EXPER\_PROF apresenta uma relação positiva e significativa nos modelos 1, 2 e 3. Assim, não se rejeita H4, pois há relação significativa e positiva entre a experiência profissional dos membros do Conselho de Administração das empresas e o valor de mercado das empresas brasileiras transnacionais. Os resultados dos testes da H4 são consistentes com estudos que afirmam que a experiência tende a refletir no valor das organizações e que um maior conhecimento e experiência dos gestores pode atrair a atenção de *stakeholders*, pois a presença de membros do conselho com experiência tende a mitigar a desconfiança dos investidores e refletir no valor de mercado da empresa.

Nas empresas nacionais, a relação entre VALOR\_MERC e FORM\_ACAD e entre VALOR\_MERC e EXPER\_PROF foram positivas e significativas. Assim, não se rejeita H3 e H4 para essas empresas. Os resultados mostram que há relação positiva e significativa entre a formação acadêmica e a experiência profissional dos membros do Conselho de Administração das empresas e o valor de mercado das empresas nacionais, confirmando que a presença de membros do Conselho de Administração com formação acadêmica. Este aspecto tenderia a mitigar a desconfiança dos investidores em decisões com operações e merca-

dos; e ainda, e esse acúmulo de conhecimento permitiria identificar oportunidades e minimizar incertezas ambientais, e ainda, empresas com conselho de administração com qualificação acadêmica atraíram mais investidores institucionais e analistas de mercado, pois esses profissionais consideram esses tributos como relevantes.

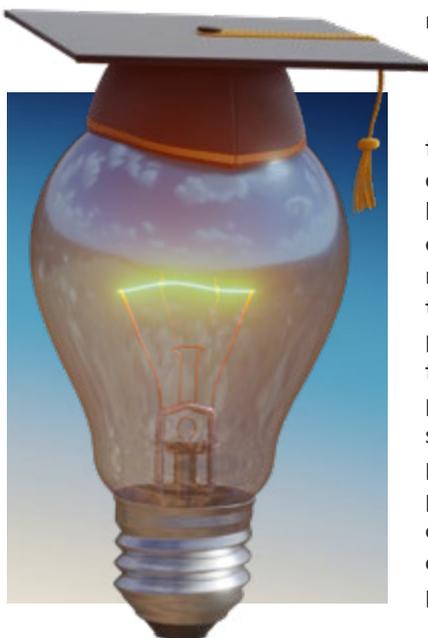
Dessa forma, os resultados permitem afirmar que a Teoria da Dependência de Recursos (TDR) se alinha às experiências dos conselhos desenvolvidas nos mercados, ao propor que os conselhos forneçam acesso a recursos na forma de *expertise*, que não estão disponíveis de outra maneira (PFEFFER; SALANCIK, 1978). A TDR vê os membros dos conselhos como ativos da empresa, contribuindo para a criação sustentada de valor de mercado. Assim, a tarefa de recomendação ou fornecimento de *expertise* profissional dos conselhos permitiria o aconselhamento sobre iniciativas estratégicas de atividades domésticas e no exterior e o acompanhamento dessas escolhas pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração é ainda utilizado

na TDR como um importante órgão para tratar dos problemas de incertezas da organização. Deste modo, os membros do Conselho de Administração fariam mais do que reduzir incertezas, pois trariam para as empresas informações, habilidades, acessos a recursos-chave e legitimidade, que auxiliam na tomada de decisão.

## 5. Conclusões

O Conselho de Administração está no centro da governança corporativa e, como órgão que participa do processo de tomada de decisão, definindo as estratégias da empresa, é responsável por designar os responsáveis que supervisionarão e controlarão o desempenho gerencial da empresa. Os escândalos corporativos e a crise financeira brasileira chamaram a atenção para os conselhos de administração, pois os membros do conselho das empresas foram questionados porque não viram nem agiram de modo a evitar os problemas que ocasionaram prejuízos para os acionistas e demais interessados, o que tornou mais forte a percepção entre investidores de exigência de melhorias nos conselhos de administração.

Adotando a perspectiva da teoria da Dependência de Recursos, o estudo avaliou a influência da formação acadêmica e experiência profissional dos membros do Conselho de Administração na rentabilidade e valor de mercado em empresas brasileiras transnacionais. Analisaram-se empiricamente as características da formação acadêmica e experiência profissional dos membros do Conselho de Administração das empresas listadas na [B]<sup>3</sup>, separadas para análise em empresas transnacionais e nacionais, examinando o efeito da *expertise* sobre o desempenho dessas empresas.



“Os resultados são consistentes de que a experiência anterior dos membros do Conselho de Administração permitiria aos membros dos conselhos replicarem práticas de gestão bem-sucedidas nos mercados nacionais e internacionais, e esses conhecimentos seriam fatores importantes e refletem na rentabilidade das empresas transnacionais.”

A primeira hipótese testada foi que haveria relação significativa e positiva entre a formação acadêmica dos membros do Conselho de Administração das empresas e a rentabilidade das empresas brasileiras transnacionais. Rejeitou-se essa hipótese para as empresas transnacionais e nacionais, pois, mesmo apresentando relação positiva, não há significância estatística entre a variável rentabilidade e a formação acadêmica, contrariando a relação esperada. Esse resultado não é consistente com estudos que argumentam que o nível de formação educacional dos conselhos se refletiria nas características e desempenho de suas organizações.

A segunda hipótese testada foi que haveria relação significativa e positiva entre a experiência profissional dos membros do Conselho de Administração das empresas e a rentabilidade das empresas brasileiras transnacionais. Não se rejeitou essa hipótese para as empresas transnacionais, confirmando a relação positiva esperada



da e significativa entre a variável rentabilidade e a experiência profissional. Os resultados são consistentes de que a experiência anterior dos membros do Conselho de Administração permitiria aos membros dos conselhos replicarem práticas de gestão bem-sucedidas nos mercados nacionais e internacionais, e esses conhecimentos seriam fatores importantes e refletem na rentabilidade das empresas transnacionais. Ao se analisarem os resultados das empresas nacionais, verificou-se uma relação positiva e não significativa, assim, rejeita-se essa hipótese para as nacionais.

A terceira hipótese testada foi que haveria relação significativa e positiva entre a formação acadêmica dos membros do Conselho de Administração das empresas e o valor de mercado das empresas brasileiras transnacionais. Rejeitou-se essa hipótese para as empresas transnacionais, pois, mesmo confirmando a relação positiva, não há significância estatística entre a variável va-

lor de mercado e a formação acadêmica. Examinado os resultados das empresas nacionais, verificou-se uma relação positiva e estatisticamente significativa evidenciando-se a relação entre a formação acadêmica dos membros do Conselho de Administração das empresas e o valor de mercado das empresas nacionais, confirmando que a presença de membros com formação acadêmica tenderia a mitigar a desconfiança dos investidores em decisões com operações e mercados e refletindo no valor de mercado dessas empresas.

A quarta hipótese testada foi que haveria relação significativa e positiva entre a experiência profissional dos membros do Conselho de Administração das empresas e o valor de mercado das empresas brasileiras transnacionais. Não se rejeitou essa hipótese para as empresas transnacionais e nacionais confirmando a relação positiva e significativa entre a variável valor de mercado e a experiência profissional. Os resultados dos testes são consistentes de que experiência profissional do Conselho de Administração tende a refletir no valor das organizações, e um maior conhecimento e experiência dos gestores pode atrair a atenção de *stakeholders*.

Com base nos resultados de não rejeitar a hipótese de que haveria relação significativa e positiva entre a experiência profissional dos membros do Conselho de Administração das empresas e o valor de mercado das empresas brasileiras transnacionais, confirma-se a hipótese de que a experiência profissional dos membros do Conselho de Administração tende a influenciar a rentabilidade e o valor de mercado das empresas brasileiras transnacionais. Apesar da relação positiva entre a formação acadêmica e a rentabilidade e valor de mercado nas empresas transnacionais, a falta de significância estatística nos resultados não permitem confirmar essa hipó-

tese na tese. Os resultados obtidos nas empresas nacionais confirmam essa relação.

Verificou-se, ainda, que o perfil de formação acadêmica dos membros que compõe o CA, alterou-se no período analisado, destacando-se que houve um crescimento percentual na especialização em Contabilidade, Gestão e Finanças do conselho. Outras habilidades de formação foram valorizadas pelos membros do CA como a procura por mais uma formação em curso superior e cursos de mestrado e doutorado. Observa-se que a formação na área financeira são os cursos que apresentaram o maior crescimento, evidenciando que essa

área continua sendo uma prioridade para os membros do CA. Os resultados descritivos desse estudo confirmam que o currículo dos membros do Conselho de Administração apresentou mudanças contínuas no período analisado.

Esses resultados fornecem uma imagem mais completa sobre a função de provisão de recursos externos representado pela *expertise* dos membros do Conselho de Administração no contexto das empresas brasileiras, sinalizando que a *expertise* é relacionada positivamente com o desempenho e valor de mercado das empresas, e destaca a amplitude e a relevância das discussões dessa temática no contexto brasileiro.

## Referências

BRASIL. Ministério do Planalto. Casa Civil. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Publicado no *Diário Oficial da União* em 17/12/1976. Recuperado em 14 janeiro, 2022, de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm).

BRASIL. Ministério do Planalto. Casa Civil. Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001. Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Publicado no *Diário Oficial da União* em 01/11/2011. Recuperado em 18 janeiro, 2022, de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10303.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10303.htm#art2).

BRASIL. Ministério do Planalto. Casa Civil. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Publicado no *Diário Oficial da União* em 28/12/2007. Recuperado em 21 janeiro, 2022, de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm).

DALTON, D. R.; HITT, M. A.; CERTO, S. T.; DALTON, C. M. Agency theory and its mitigation. In: A. Brief, & J. Walsh (Eds.). *Academy of Management Annals*, v. 1, p. 1-64, 2007.

ERICSSON, K. A.; STASZEWSKI, J. J. Skilled memory and *expertise*: Mechanisms of exceptional performance. In: D. Klahr & K. Kotovsky (Eds.), *Complex information processing: The impact of Herbert A. Simon* (p. 235-267). 21st Carnegie-Mellon Symposium on Cognition. Hillsdale, NJ, US: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1989.

FRAN, D.; GUI, L.; LI, Y.; ZHU, C. J. Localized learning by emerging multinational enterprises in developed host countries: A fuzzy-set analysis of Chinese foreign direct investment in Australia. *International Business Review*, v. 25, n. 1, p. 187-203, 2016. HAMBRICK, D. C.; MASON, P. A. Upper echelons: The organization as a reflection of its top managers. *Academy of Management Review*, v. 9, n. 2, p. 193-206, 1984.

IBGC - INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. 5. ed. São Paulo, IBGC, 2015.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. *Journal of Financial Economics*, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

---

JERMIAS, J.; GANI, L. The impact of board capital and board characteristics on firm performance, *The British Accounting Review*, v. 46, n. 1, p. 135-153, 2014.

---

JOHNSON, S. G.; SCHNATTERLY, K.; HILL, A. D. Board composition beyond independence: social capital, human capital and demographics. *Journal of Management*, v. 39, n. 1, p. 232-262, 2013.

---

LI, J.; WEI, M.; LIN, B. Does top executives US experience matter? Evidence from US-listed Chinese firms. *Journal of Accounting Research*, v. 9, n. 4, p. 267-282, 2016.

---

LI, C.; SUN, L.; ETTREDGE, M. Financial executive qualifications, financial executive turnover, and adverse SOX opinions. *Journal of Accounting and Economics*, v. 50, p. 93-110, 2010.

---

NIELSEN, B. B.; NIELSEN, S. Top management team nationality diversity and firm performance: A multilevel study. *Strategic Management Journal*, v. 34, p. 373-382, 2013.

---

ORENS, R.; REHEUL, A. M. Do CEO demographics explain cash holdings in SMEs?, *European Management Journal*, v. 31, n. 6, p. 549-63, 2013.

---

PFEFFER, J.; SALANCIK, G. R. The external control of organizations: A resource dependence perspective. New York: Harper & Row, 1978.

---

PFEFFER, J.; SALANCIK, G. R. The External Control of Organizations. Stanford Business Books, Stanford University Press, 2003.

---

SPENCER-STUART. 2019 U.S. Spencer Stuart Board Index: U.S. boardrooms are reshaping themselves with fresh skills, qualifications and perspectives. *Spencer Stuart Board Index*. Recuperado em 21 janeiro, 2022, de: <https://www.spencerstuart.com/research-and-insight/us-board-index>.

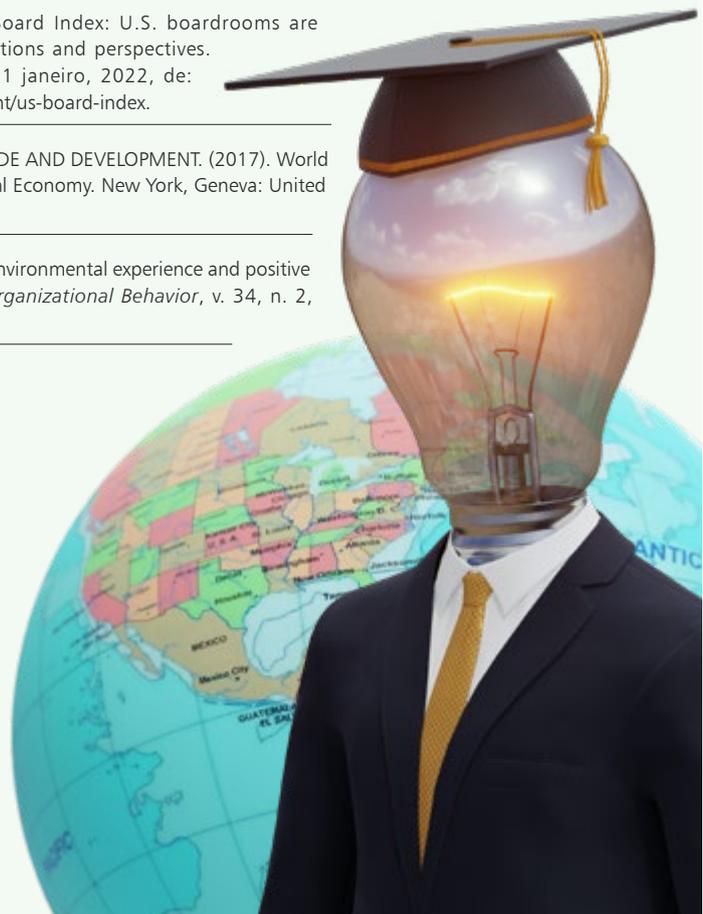
---

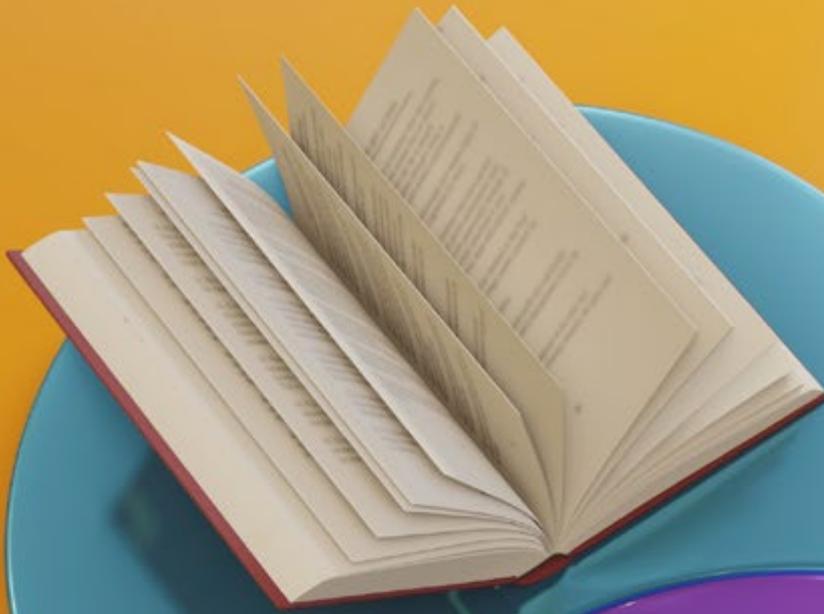
UNCTAD - UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. (2017). World Investment Report 2017. Investment and the Digital Economy. New York, Geneva: United Nations.

---

WALLS, J. L.; HOFFMAN, A. J. Exceptional boards: environmental experience and positive deviance from institutional norms. *Journal of Organizational Behavior*, v. 34, n. 2, p. 253-271, 2013.

---





# Finanças pessoais e atuação dos alunos na prática diária: um estudo no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba – Campus/IV

O artigo tem o objetivo de apresentar a atuação das práticas dos alunos do curso de Ciências Contábeis da UFPB/Campus IV nas finanças pessoais, observando seus conhecimentos e suas atitudes nas finanças como universitário. Foram aplicados questionários com 20 perguntas, sendo seis questões sobre o perfil dos alunos e 14 questões acerca da situação econômica deles, inseridos de maneira aleatória entre os estudantes de todos os períodos do curso de Ciências Contábeis por meio do Google Forms. Para o processo de tabulação dos dados, foi utilizado o mesmo programa com os relatórios e planilha do Excel gerados pelo recurso, que faz uso da estatística descritiva, com valores absolutos e relativos. O estudo concluiu que 59,6% dos estudantes fazem parte do 8º, 9º e 10º períodos do referido curso, o que significa que já cursaram várias disciplinas contendo assuntos sobre finanças, mas, com base na amostra, 89% deles planejam suas finanças, a maioria registrando em caderno e em planilha Excel, embora 40% dos alunos consideram-se com conhecimentos satisfatórios em finanças pessoais e 40% com conhecimentos regulares.

**Juliane Eustáquio Rosendo**

Microempresária, bacharela no curso de Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

**Ana Cândida Ferreira Vieira**

Mestre em Economia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professora Adjunta da Universidade Federal da Paraíba – UFPB/Campus IV.

## 1. Introdução

As finanças pessoais têm relevância na vida do cidadão e referem-se na maneira de cuidar do dinheiro, a forma como conduz os custos, recursos e até a riqueza adquirida em forma de patrimônio. Malassise, Kfourri e Sampaio (2018) reforçam quando dizem que é o modo como as pessoas se comportam no trato com o dinheiro, envolvendo o jeito como gerencia os ganhos e os gastos. A razão para a necessidade do conhecimento em finanças pessoais com a educação financeira, de acordo com Brito et al. (2012), é que a educação financeira está relacionada intimamente com o bem-estar das pessoas. Dá-se isso pelo fato de auxiliar nas decisões no âmbito financeiro e econômico, o que ocasiona uma melhoria de vida dos cidadãos. Segundo Silva et al. (2020), as decisões financeiras mal planejadas devido à falta de educação financeira possibilitam riscos quando ultrapassam o limite orçamentário, provocando o endividamento e a perda do bem-estar na sociedade.

Embora haja alternativas no mercado e as vantagens no uso de créditos para o tomador do crediário, o uso deve ser bem organizado para não acumular e proporcionar vantagens, como antecipar o consumo, atender às emergências e

aproveitar oportunidades. As desvantagens são os custos da antecipação do consumo com o uso do crédito que implica pagamento de juros, risco de endividamento excessivo e limite de consumo futuro (BCB, 2013).

Com as facilidades encontradas no mercado para se tomar um crédito, é preciso ter uma preocupação quanto a sua real necessidade e não apenas pensar nas vantagens que essa atitude traz, pois uma atitude equivocada ou precipitada pode acarretar o aumento das dívidas e isso pode ser possível por conta das desvantagens que esse crédito acarreta.

Dessen (2015) afirma que o controle das despesas exige sacrifícios e que, em alguns momentos, torna-se enfadonho. No entanto, é necessário devido às restrições do próprio orçamento. Diante disso, faz-se necessária a importância de controlar as finanças pessoais. Guindani, Martins e Cruz (2008) dizem que equilibrar a renda e o consumo são essenciais, pois assim possibilitam a poupança. Ou seja, tendo atitudes de equilibrar os recursos financeiros podem resultar em economias e, portanto, serem utilizadas para uma emergência ou para saciar algumas vontades e desejos.

Sendo assim, em relação a renda da população brasileira, a Confederação de Bens, Serviços e Turismo (CNC), no segundo semestre de 2020, apontou que o cartão de crédito é o principal tipo de dívida das famílias, com 81,8%; em seguida, vêm carnês de lojas (17,5%), financiamento de carro (11,9%), crédito pessoal (10%) e financiamento de casa (9,1%).

Em 2021, conforme a CNC (2021), o percentual de família com endividamento ficou em 72,9%, com 50% da renda comprometida com dívidas; a concessão

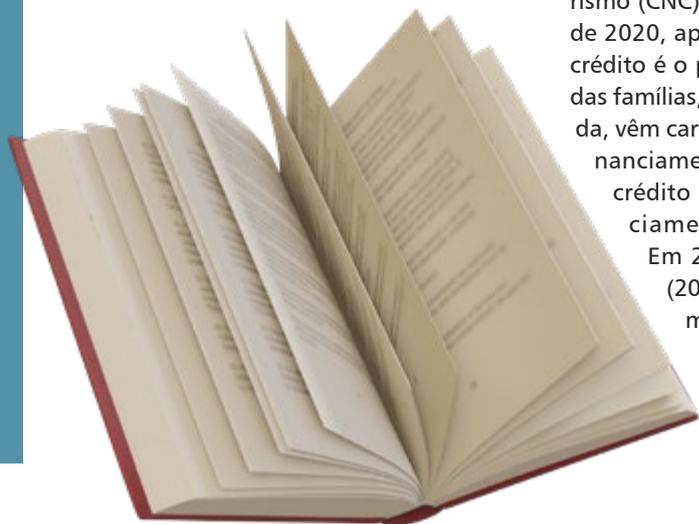
média de crédito aos consumidores atingiu 19,2%, um novo recorde no Brasil desde o início de 2013.

Por essa razão, **há necessidade de um planejamento financeiro pessoal**, para que possa possibilitar o direcionamento no controle das finanças da melhor forma, contribuindo para que as dívidas sejam sanadas e, se possível, resultando em reservas, proporcionando, desse modo, a realização de metas alcançadas pela própria pessoa.

Logo, o planejamento financeiro nesse contexto exige a racionalidade de cada um para administrar a renda, em meio aos custos, investimentos, patrimônio e dívidas, com o propósito de realizar planos e objetivos traçados (DA SILVA, 2017). Conforme Santos (2014), o ideal é se gastar menos do que se ganha, resultando na sobra de dinheiro. Obtém-se, dessa forma, uma reserva financeira que ajudará nos gastos para as realizações dos sonhos e desejos dos quais almejam alcançar/adquirir, ressaltando que, quando não é possível, faz-se necessário gastar no limite do que se ganha, para não se comprometer com dívidas.

Partindo dessa premissa gerada pelo comportamento do indivíduo em meio à falta de controle e até do não conhecimento em finanças pessoais que influenciam dívidas por um consumo exagerado, com ausência de um planejamento prévio financeiro, é que surgiu a seguinte indagação: **Como os alunos do curso de Ciências Contábeis da UFPB/Campus IV atuam na prática das suas finanças pessoais?**

Para responder a essa pergunta, o artigo tem como objetivo geral apresentar a atuação das práticas dos alunos do curso de Ciências Contábeis da UFPB/Campus IV nas finanças pessoais, observando seus conhecimentos e suas atitudes nas finanças como universitário, no ano de 2020.



“Ao longo dos anos, a educação financeira vem ganhando necessidade de estudo e prática no dia a dia, além de notoriedade vinda de vários livros e artigos científicos que estão sendo produzidos em torno dessa temática.”



Por conseguinte, a escolha da temática justifica-se por Kyosaki e Lechter (2000) quando diz que as escolas se concentram nas decisões realizadas pelas habilidades acadêmicas e profissionais, mas, não, nas habilidades financeiras – é o caso de justificar o motivo de médicos, gerentes de bancos e contadores inteligentes que se destacaram com notas altas quando estudantes e no decorrer da vida constatararam problemas financeiros durante toda a sua vida. Dessa maneira, com base em outras pesquisas, é constatado que há necessidade de se ter uma base referente a esse assunto, motivo pelo qual houve o despertar pela temática.

Além disso, a escolha da temática teve a intenção de ter conhecimento da maneira como os alunos do curso de Ciências Contábeis, do Campus IV/UFPB, atuam frente as suas finanças pessoais, ou seja, na forma como eles se comportam a respeito dos conhecimentos adquiridos na universidade e assim saber o quão foi ou é importante para a construção desses jovens, no âmbito pessoal e profissional.

Por ser uma temática explorada em sua maioria no comportamento do jovem universitário estudante, fez-se necessária a abordagem desse conteúdo aliado direta-

te aos alunos do curso de Ciências Contábeis da UFPB/Campus IV.

## 2. Fundamentação Teórica

### 2.1 Educação Financeira

O modo de administrar as finanças pessoais diz muito sobre quem somos e como somos. O resultado disso repercute na nossa saúde, principalmente na saúde emocional e financeira, porque quando se está endividado, muitas pessoas se desesperam e assim adoecem. Então, devido a esses e outros incidentes, percebem-se essas situações, indicando o necessário conhecimento na educação financeira.

Ao longo dos anos, a educação financeira vem ganhando necessidade de estudo e prática no dia a dia, além de notoriedade vinda de vários livros e artigos científicos que estão sendo produzidos em torno dessa temática. De acordo com Santos (2018), pode ser devido ao declínio financeiro e ao consumo exagerado.

No entanto, poucos sabem o significado da educação financeira. Para Pereira (2003), a educação financeira é o modo de desenvolver a capacidade do ser humano de tomar decisões, conquistar independência financeira e viver bem

em todos os sentidos, tornando-se importante a prática desse conhecimento para todos os indivíduos, por influenciar diretamente na nossa forma de viver a vida.

Conforme Savoia, Saito e Santana (2007), quando ocorre o aprimoramento dessas capacidades, as pessoas tornam-se mais ativas na área das finanças, integrando-se mais na sociedade, ou seja, se tornam mais conhecedoras das suas finanças, sabendo a melhor maneira de tomar suas decisões e fazendo com que o seu dinheiro renda e se tornem mais incorporados à sociedade.

Outros autores também estão de acordo com essa definição de educação financeira, como Lizote et al. (2016), que concordam quando dizem que auxilia na tomada de decisões de forma segura e confiável, aperfeiçoando a gestão de suas finanças e não deixando de refletir sobre o futuro e de como lidar com as provisões futuras. Assim sendo, todos os autores supracitados compactuam da mesma ideia relacionada à educação financeira, do modo como ela contribui para o crescimento de todos os seres humanos. Logo, a falta do entendimento sobre esse tema pode causar impactos nas nossas vidas.

Conforme Savoia, Saito e Santana (2007), impactam as decisões

financeiras do dia a dia dos indivíduos e das famílias, tendo resultados indesejados, os quais podem ser atribuídos às dívidas excessivas, resultando em um abalo psicológico. Sendo assim, conforme toda a importância do tema, Campos (2015) acrescenta que vários países buscaram pesquisar ainda mais sobre essa temática para orientar a população na ausência da educação financeira. Dessa forma, busca adicionar mais benefícios referentes ao assunto e continuar contribuindo para uma população mais saudável.

Consequentemente, observa-se a importância da educação financeira e como ela foi e é imprescindível. A citar Campos (2015), os períodos de crise financeira mais intensas e os efeitos provocados na vida do cidadão devido a intensas recessões econômicas com redução da produção industrial provocam aumento do desemprego e restrições do crédito, com juros altos, dificultando a extensão da capacidade produtiva na economia.

Porém, ainda hoje existem pessoas que não se importam nem se interessam sobre esse assunto de finanças pessoais, mas percebem que repercute nas finanças de casa e da família. Nesse contexto, França (2011) afirma que os jovens não têm costume de economizar, fato que repercute nas próprias finanças e nos hábitos do consumismo ao

longo do tempo; isso proporciona problemas no futuro das finanças e intensifique a cultura do consumismo em até alguns membros da família.

Desse modo, deve-se tomar muito cuidado com o consumo desenfreado, até porque segundo Brito et al. (2012), é muito difundido, por meio da mídia e do marketing, o incentivo à sociedade consumista, fazendo com que comprem de forma imediatista, apenas observando se encaixa no orçamento e esquecendo de se atentar aos juros embutidos; por isso, muitas vezes paga-se pelo dobro do produto ou do serviço. Muitos são os que se deixam influenciar por aquilo que é propagado, de modo que poucos procuram saber o que está por trás.

Contudo, não são apenas as mídias e o *marketing* das empresas que incentivam o consumismo. De acordo com Brito et al. (2012), o governo também ajuda a desencadear esse desejo de consumo, por meio da facilitação ao crédito; como exemplo têm-se investimento, empréstimos, seguros, consórcios, etc. Em vista disso, é preciso ter cautela antes de utilizar um desses serviços, observando primeiramente a sua real necessidade, pois uma atitude equivocada pode provocar o não cumprimento de suas obrigações.

Por esse motivo, o uso consciente do dinheiro se faz tão necessário; de outro lado, os estudos e a prática levam ao bem-estar individual e social. Porém, Alves (2016) afirma que fazer bom uso do dinheiro e fazê-lo render por anos seja mais complicado do que ganhá-lo. Assim, também ressalta que é de grande relevância sempre acompanhar e registrar as receitas, investimentos e despesas em uma planilha de *excel* ou em um caderno, para assim ter um melhor controle dos recursos financeiros.

Em outras palavras, é preciso sempre analisar o quanto se ganha e o quanto se gasta, para assim se saber, inteiramente, como os recursos estão sendo administrados.

Enfim, gerir receitas e saber poupá-las farão com que se tenha mais disponibilidades para se utilizar em algo mais importante no futuro.

Para Claudino, Nunes e Silva (2009), a educação financeira necessita do conhecimento da leitura, dos números e habilidades de interpretar e transformar em informações para um melhor planejamento financeiro, com possibilidades de saber consumir sem exagero e buscar o equilíbrio financeiro na vida com as finanças pessoais. Por esse motivo, faz-se necessário o conhecimento em educação financeira para saber gerir as finanças pessoais, agregado a um planejamento financeiro pessoal.

## 2.2 Finanças Pessoais e Planejamento Financeiro

Muitos autores falam sobre finanças pessoais, mas poucos falam sobre sua definição. Para Ferreira (2006, p. 17), “finanças pessoais é definida como o processo de planejar, organizar e controlar nosso dinheiro, tanto em curto quanto em médio e longo prazo”. Em outros termos, é definir como, quando, com quem, por que e em quanto tempo vai gastar o dinheiro, ou até poupar.

Entretanto, alguns autores fazem um adendo em relação ao assunto. Segundo Monteiro, Fernandes e Santos (2011, p.2) “é tudo que está relacionado à gestão do próprio dinheiro, passando pela organização de contas, administração de receitas, aplicações financeiras, previsão de rendimentos e priorização de investimentos”, isto é, refere-se ao controle de todos os recursos financeiros.



“É importante compreender gestão de finanças pessoais e assim ter as receitas e as despesas equilibradas, sanando ou evitando as dívidas. Então, com esses conhecimentos aliados às práticas, é possível afirmar que se está financeiramente educado.”

Então, para lidar com essa temática é preciso estar educado financeiramente e, para isso, conforme Dias et al. (2019), é importante compreender gestão de finanças pessoais e assim ter as receitas e as despesas equilibradas, sanando ou evitando as dívidas. Então, com esses conhecimentos aliados às práticas, é possível afirmar que se está financeiramente educado.

Logo, conforme Brito et al. (2012), a compreensão desses conceitos de finanças auxilia na tomada de decisão e da resolução de problemas no dia a dia do indivíduo. Além do mais, repercute na ascensão e na manutenção do país, embora existam dificuldades para a implantação e desenvolvimento dessa temática em algumas pessoas. De acordo com Brito et al. (2012), existem indivíduos que não acreditam nos seus benefícios e julgam as premissas básicas desta disciplina como sendo elementares, ou seja, algumas pessoas ainda não acreditam nos benefícios desses conhecimentos básicos.

Por outro lado, os benefícios que podem resultar, conforme Mota (2016), aos universitários que cursarem disciplinas de cunho financeiro é tornar alunos com atitudes e pensamentos diferentes dos que não têm essa formação e da maioria da sociedade, ou seja, ter

um pensamento crítico sobre esse assunto e com isso ter atitudes diferentes dos demais que não partilham da mesma ideia.

Por esse motivo, é preciso acreditar que alunos, conforme Marques, Takamatsu e Avelino (2018), que estudam Ciências Contábeis, devem ter um conhecimento vasto a respeito dessa temática e um entendimento mais profundo. Enfim, esse pensamento pode estar atrelado aos conceitos e conhecimentos que teoricamente devem ser aplicados em sala, referente a este curso.

Então, surge a necessidade da ampliação desses conhecimentos para todas as graduações. Dessa forma, Reis, Fornari e Martins (2019) contribuem afirmando que seria útil que as instituições de ensino superior oferecessem as percepções sobre as finanças, adicionando disciplinas que ensinem os conceitos e práticas do assunto em todas as graduações.

Dessa forma, a propagação desses conceitos e práticas auxiliam os discentes, que segundo Reis, Fornari e Martins (2019), facilitaria ainda mais a vida dos estudantes para encarar as adversidades do cotidiano e assim escapar de dívidas, fugindo da inadimplência. Logo, isso resulta em uma melhor condição de vida para esses estudantes.

De acordo com algumas pesquisas, no Brasil há organizações que promovem programas e ações referente a educação em finanças pessoais. Segundo Martines e Porteira (2018), são:

- a) o Banco Central do Brasil possui o Programa de Educação Financeira (PEF), uma proposta de orientação da sociedade sobre assuntos econômicos;
- b) a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) promove palestras e disponibiliza cartilhas e um site com o propósito de orientar as pessoas sobre investimentos;
- c) a Bolsa de Valores de São Paulo criou o Programa Educacional BOVESPA com o objetivo de discutir a importância da Bolsa de Valores em um país e o funcionamento do mercado de ações;
- d) a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) oferece um curso de pós-graduação voltado para a capacitação de jornalistas na análise dos mercados;
- e) além de outras informações e orientações pela imprensa falada e escrita, e ainda pelos sites que tratam do assunto. (MARTINES; PORTEIRA, 2018, p. 242).

Com isso, percebe-se que é necessário aliar um planejamento financeiro às práticas das finanças pessoais. Dessa forma, de acordo com Reis, Fornari e Martins (2019), o planejamento financeiro pode ser entendido como instruções que auxiliarão na orientação e na coordenação e controlarão as decisões de um indivíduo, podendo ser pessoa jurídica ou física, individual ou coletiva, a respeito de seus empreendimentos.

Outros autores também contribuem para esse conceito, como Da Silva et al. (2017), quando acrescentam que o planejamento financeiro controla os gastos, define e revisa regularmente as metas e os investimentos e analisa os aperfeiçoamentos alcançados, com base nas necessidades de cada pessoa que está inserido em um sistema econômico que envolve a cultura e os hábitos do consumidor.

Pires (2005, p. 32) vai mais além e complementa, ao afirmar, segundo seus estudos, que “o planejamento financeiro pessoal é o trabalho de organização de informações relevantes para que se obtenha saúde financeira no controle e gestão das finanças pessoais”. Ou seja, com o planejamento financeiro pessoal consegue atingir os objetivos com as finanças equilibradas, e assim resultando em uma boa qualidade de vida.

Em suma, conhecer suas verdadeiras prioridades e necessidades é muito importante antes de decidir o que irá fazer. Para Reis, Fornari e Martins (2019), é de grande valia ponderar primeiro os objetivos e as receitas recebidas, antes de planejar e de definir prazos para a compra de alguns bens e/ou serviços.

Tendo em vista toda essa abordagem, Ferreira (2006) classifica o planejamento financeiro em três tipos: curto, médio e longo prazo, em que o curto prazo equivale a um tempo de até 12 meses, como,

por exemplo, quitar uma conta de água, energia, livros e mensalidades escolares, etc. O médio prazo refere-se a um tempo superior a 12 meses até 60 meses, exemplo disso são os gastos com curso de língua estrangeira, compra de um veículo, entre outros. Já o longo prazo define-se por ser acima de 60 meses, um exemplo básico é a aquisição de uma casa.

Os prazos definidos nas compras possibilitam um controle por meio da educação pessoal que possibilitará uma gestão financeira na prática do dia a dia de cada indivíduo, haja vista que se faz necessário que o valor das compras seja controlado por mecanismos de anotações ou aplicativos financeiros, devido às prestações geradas pelas compras que necessita de um controle financeiro diante dos prazos ofertados no mercado.

### 3. Procedimentos Metodológicos

Este estudo de pesquisa classifica-se como bibliográfica, documental e descritiva. Segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica faz uma análise acerca de outros trabalhos produzidos e importantes sobre o tema, no qual contém dados relevantes e recentes, auxiliando assim na abordagem da pesquisa. Gil (2008) acrescenta dizendo que esse tipo de estudo traz vantagem no que tange ao fato de consentir ao pesquisador o conhecimento já elaborado e que apoia diretamente para outros estudos como fonte mais completa.

A pesquisa documental se caracteriza, conforme Marconi e Lakatos (2003), pela coleta de dados que está vinculada a documentos, escritos ou não escritos, formando assim as fontes primárias para estudos e pesquisas.

Entretanto, Gil (2008) faz um adendo ao expor que, para ele, a pesquisa documental e bibliográfica se diferencia em apenas um aspecto:

“A bibliográfica utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto e a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 51).

A pesquisa bibliográfica é voltada para trabalhos que já foram explorados por outros pesquisadores, diferente da documental.

E, por fim, Gil (2008) afirma que a pesquisa descritiva enfatiza, por meio da descrição, uma realidade da população ou fenômeno a ser estudado, ou até observado de forma imparcial. A coleta de dados dessa pesquisa foi obtida por meio da aplicação de questionários.



O estudo da pesquisa conta com aplicação de questionários estruturados com base em questões sobre o perfil dos participantes, a renda, o conhecimento e as práticas relacionadas a educação financeira, a finanças pessoais e a planejamento financeiro, que resultaram em 14 questões resumidas no Quadro 1. Tudo isso é com o propósito de alcançar respostas que esclareçam o cenário das finanças pessoais dos alunos do Curso de Ciências Contábeis da UFPB/Campus IV.

O questionário foi elaborado com base no objetivo proposto do estudo e direcionado para definir o perfil dos alunos e a situação econômica. Aplicado de maneira aleatória entre os alunos de todos os períodos do curso de Ciências Contábeis por meio do *Google Forms*, para o processo de tabulação dos dados foi utilizado o mesmo programa com os relatórios e planilha do *Excel* gerado pelo recurso, que faz uso da estatística descritiva simples com valores absolutos e relativos; foi utilizada a ferramenta devido aos estudos remotos, provenientes do momento de pandemia vivido no contexto atual do país.

Considera-se o estudo como um teste não paramétrico devido à organização estatística ter como resultados provenientes de sua ordenação simples, como uma estatística descritiva e amostra intencional para obtenção do objetivo proposto em meio pandemia da Covid-19.

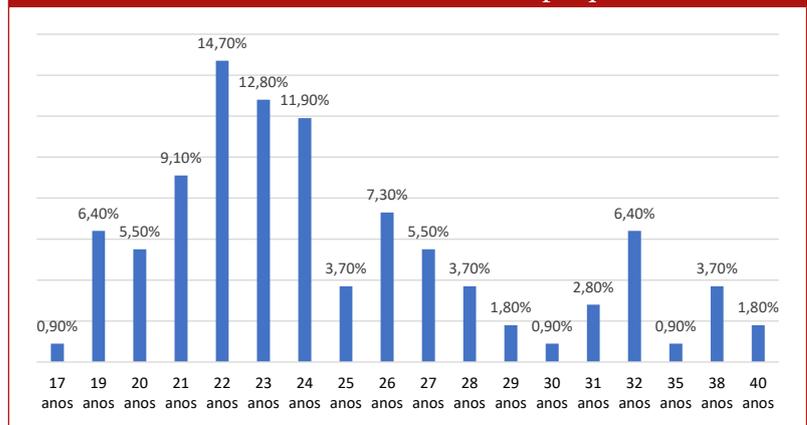
A população do estudo corresponde ao universo de 420 alunos, que constou regularmente matriculados em 2020, conforme coordenação do curso de Ciências Contábeis/UFPB/Campus IV (2020). Desse universo a amostra definida é a intencional, com aproximadamente 26% dos alunos respondentes, o que corresponde a um total de 109 alunos; foi aplicado, no período de 24 de agosto a 17 de setembro de 2020, e as dificuldades encontradas foram o tempo e a pandemia para estender a quantidade da amostra.

### Quadro 1 – Aspectos do questionário para os alunos do Curso de Ciências Contábeis

Perfil do aluno:	Período no qual está cursando, idade, estado civil, se tem filhos e o local onde reside.
Situação econômica do aluno	Se faz estágio, se trabalha, renda, como planeja as finanças, como gasta o dinheiro, como guarda, como paga as dívidas e como adquiriu os conhecimentos em finanças pessoais.

Fonte: elaboração própria (2020).

### Gráfico 1 – Idade dos alunos da pesquisa



Fonte: dados do questionário aplicado via *google forms* (2020).

## 4 Apresentação e Análise dos Resultados

De acordo com o levantamento dos questionários, 59,6% dos alunos são do 8º, 9º e 10º período do curso de Ciências Contábeis; fazem parte do 9º e 10º período 20,2% e 27,5% respectivamente, o que significa que esses alunos têm um bom conhecimento de conteúdos por ter cursado disciplinas de finanças, tais como: Matemática Financeira, Mercado Financeiro, Administração Financeira, Contabilidade Financeira, entre outras. Enquanto isso, o menor percentual corresponde a 3,7%, referente ao 1º período do curso e sem o conhecimento de disciplinas de finanças cursadas. É a partir do 2º período que os alunos começam a cursar disciplinas de finanças, sendo a primeira de Matemática Financeira.

Nesse contexto, os autores Reis, Fornari e Martins (2019) mencionam em seus estudos a necessidade do conhecimento da educação financeira para o controle pessoal

do orçamento e, no âmbito universitário, existem as disciplinas que direcionam para esse processo de organização e planejamento financeiro pessoal e gerencial.

Em relação ao gênero dos alunos, a maioria dos respondentes se denominaram ser do sexo masculino, com 52,3%, apresentando, conforme a amostra, o estado civil de solteiros, jovens e sem filhos. Isso mostra que o rendimento recebido é para uso pessoal com finanças pessoal e não familiar.

Conforme o Gráfico 1, percebe-se que os alunos entre 21 e 24 anos apresentam 48,5% da amostra de estudo. Fazendo uma análise em relação as idades e os períodos, foi observado que as idades correspondem, em sua maioria, aos alunos em fase de conclusão do curso, do 8º ao 10º período. Com base na amostra, o estado civil de solteiro é de 83,5% e 13,8% são casados e destes, 11% tem filhos, o que reflete em finanças familiares, pois a renda, em sua maioria, é utilizada para os gastos da casa.

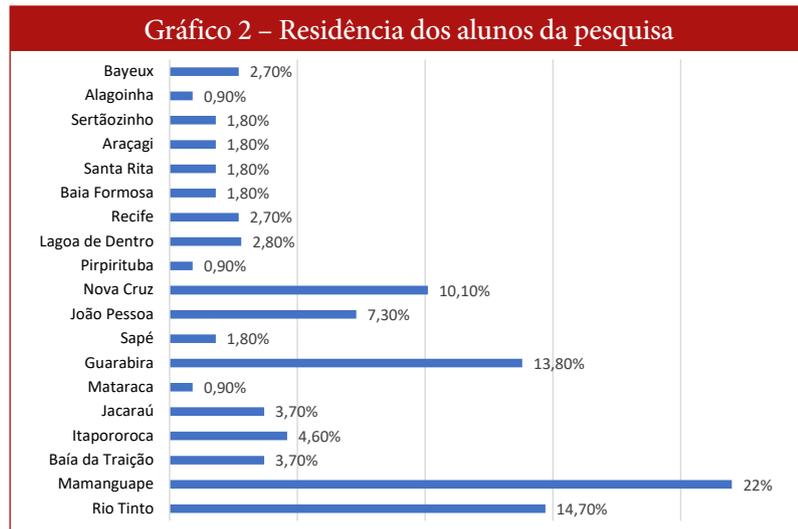
No Gráfico 2, apenas 22% residem em Mamanguape e os demais têm residência próxima ou fora da região; isso mostra que alguns alunos têm despesas com alimentação e transporte para se locomover até a universidade, entretanto, muitos deles fazem uso de transportes públicos cedidos pelos municípios.

#### 4.1 Situação Econômica: alunos do Curso de Contábeis UFPB/Campus IV

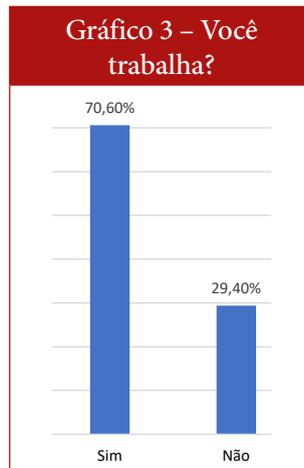
Quando se observa a situação econômica, a renda é um critério que sobressalta devido a sua importância na sobrevivência do capitalismo, pois é com ela que se consegue suprir as necessidades do dia a dia, na questão da alimentação, no pagamento das contas, como também na aquisição de bens, na realização de viagens, etc. Para obtermos renda, é preciso trabalhar, prestar algum serviço, algo que lhe retorne os trabalhos prestados em dinheiro, ou seja, renda.

Partindo desse pensamento, foi verificado que dos 109 alunos que se propuseram a responder ao questionário, 82% não estão estagiando e 70,4% não recebem remuneração por estágio. De acordo com os dados da coleta da pesquisa, existem apenas 12,8% dos alunos que estão estagiando e, dentre esses, somente 29,6% recebem alguma remuneração e estes foram identificados do 7º ao 10º período com idades de 21 a 26 anos e apenas um aluno acima de 30 anos.

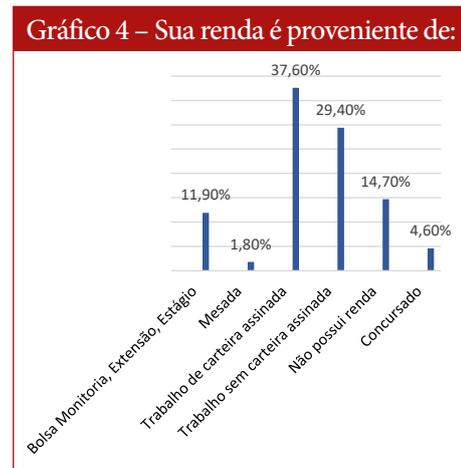
No Gráfico 4, mais de 70% dos alunos trabalham e, desses, 37,6% têm suas rendas provenientes do trabalho com carteira assinada, enquanto 29,4% trabalham sem carteira assinada e 4,6% são concursados e com es-



Fonte: dados do questionário aplicado via google forms (2020).

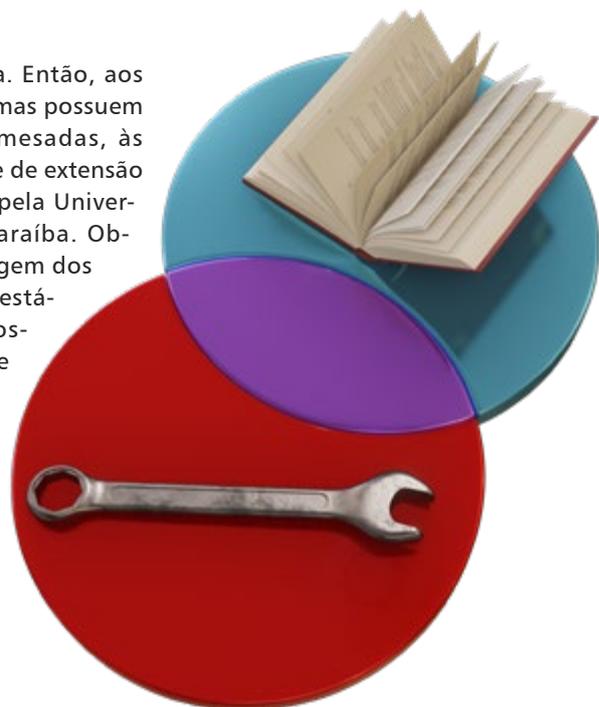


Fonte: dados do questionário aplicado via google forms (2020).



Fonte: dados do questionário aplicado via google forms (2020).

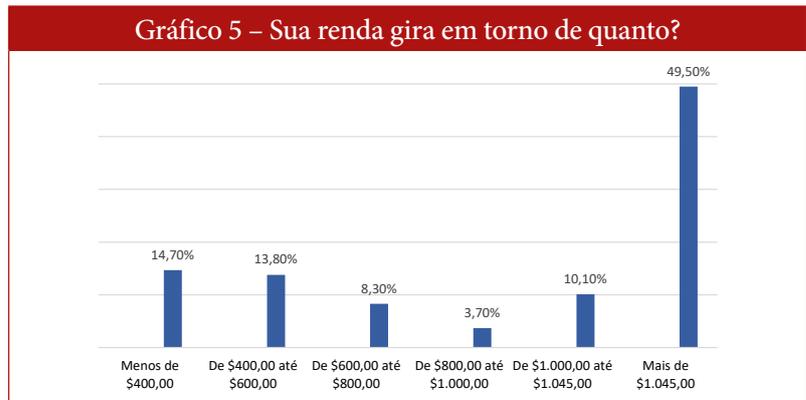
tabilidade monetária. Então, aos que não trabalham, mas possuem renda é devido às mesadas, às bolsas de monitoria e de extensão e estágio ofertados pela Universidade Federal da Paraíba. Observando a porcentagem dos dados coletados de estágio e trabalho, é possível confirmar que aproximadamente 50% dos alunos da amostra possuem sua própria renda, advinda de estágio (12%) e de trabalho (70%).



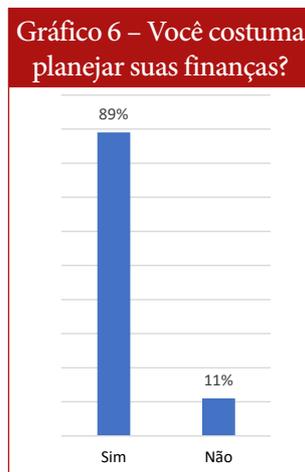
Dos alunos que recebem renda, o Gráfico 5 mostra que a renda menor chega a ser menos de R\$400,00, enquanto os que recebem mais de R\$1.045,00 correspondem a renda maior; valor acima do salário mínimo de 2020, em sua grande maioria, são os que possuem carteira assinada.

Em seguida, foi questionado se os estudantes têm práticas de fazer planejamento das suas finanças, Gráfico 6, e 89% deles afirmaram ter o costume de planejar, sendo a maneira mais utilizada por eles. De acordo com o Gráfico 7, foi o registro no caderno, seguida do registro em planilha em Excel e 21,20% não faz registros.

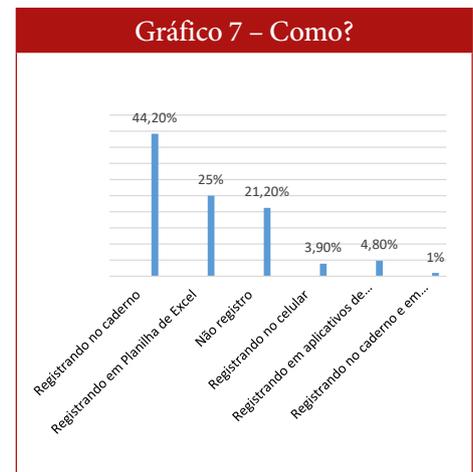
Diante do gráfico 8 é observado que mais de 73% afirmaram não ter o hábito de guardar dinheiro em suas residências, porém aos que o fazem, procuram guardar de formas diversas, e as que mais foram utilizadas, conforme o gráfico 9, foram: o cofre com 20,7% e o conhecido “cofrinho”, com 13,8%.



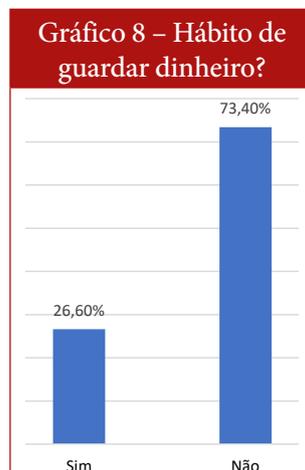
Fonte: dados do questionário aplicado via google forms (2020).



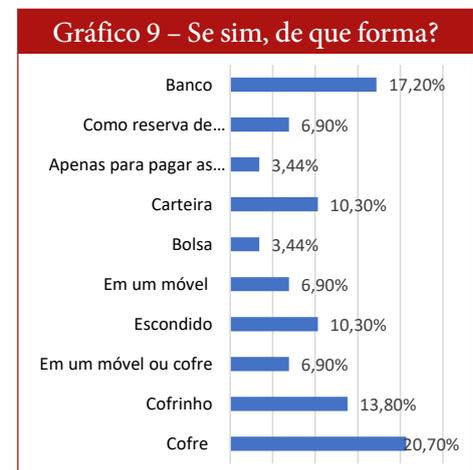
Fonte: dados do questionário aplicado via google forms (2020).



Fonte: dados do questionário aplicado via google forms (2020).



Fonte: dados do questionário aplicado via google forms (2020).



Fonte: dados do questionário aplicado via google forms (2020).

No entanto, mesmo a pergunta do Gráfico 8, que se refere à forma de como guardar o dinheiro em casa, 17,2% dos respondentes afirmaram que guardam o dinheiro em banco, apesar de 82,6% terem conta corrente, e a maioria pagar suas contas, conforme o Gráfico 10.

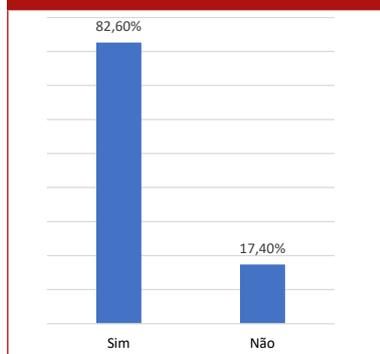
Dessa maneira, quando foram questionados sobre possuir conta corrente e se costumavam pagar as contas de água, luz e aluguel, foi constatado que 54,1% costumam pagar as suas próprias contas (Gráfico 11). Com isso, percebe-se que não apenas os casados costumam ajudar nas contas em casa, mas ainda, sim, uma boa quantidade dos solteiros, que mesmo não sendo os chefes da família, ajudam nas contas de casa.

O Gráfico 12, com 98,2%, dos respondentes afirmaram ter o hábito de pagar contas, como roupas, cosméticos, calçados, etc. Entre esses, 51,4% preferem a forma de pagamento a prazo, como pode ser visualizado no Gráfico 13, tendo como forma mais comum, com 95,2% das respostas, o pagamento com o cartão de crédito.

Um adendo às formas de pagamentos é que quando realizamos compras à vista não pagamos com juros, enquanto muitas vezes quando realizamos compras a prazo há uma taxa de juros embutidos no valor total. Os juros são o valor cobrado pelo valor emprestado, como no cartão de crédito, por exemplo, quando os empresários repassam o valor da taxa de manutenção das maquinetas para os clientes. Por outro lado, alguns consumidores preferem pagar com juros, pois não há outra forma de obter o que deseja naquele momento.

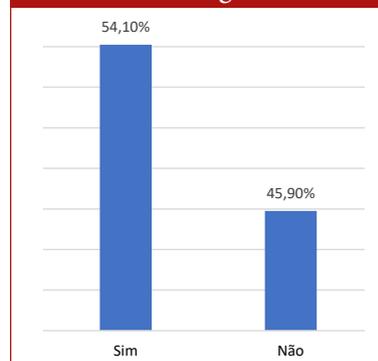
Quando os alunos foram questionados sobre os conhecimentos de juros que constam nos prazos dos produtos que adquirem, conforme Gráfico 15, foi observado que 85,6% afirmaram terem conhecimento.

**Gráfico 10 – Tem conta corrente?**



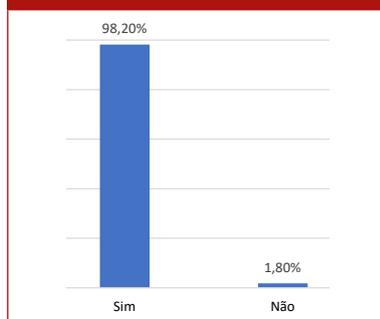
Fonte: dados do questionário aplicado via google forms (2020).

**Gráfico 11 – Você costuma pagar as contas de água, luz e aluguel?**



Fonte: dados do questionário aplicado via google forms (2020).

**Gráfico 12 – Você costuma pagar as contas de roupas, calçados, cosméticos, entre outros?**



Fonte: dados do questionário aplicado via google forms (2020).

**Gráfico 13 – Se sim, como?**



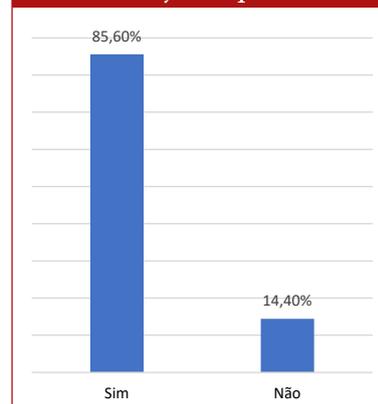
Fonte: dados do questionário aplicado via google forms (2020).

**Gráfico 14 – Se for a prazo, como?**



Fonte: dados do questionário aplicado via google forms (2020).

**Gráfico 15 – Tem noções de juros que**



Fonte: dados do questionário aplicado via google forms (2020).

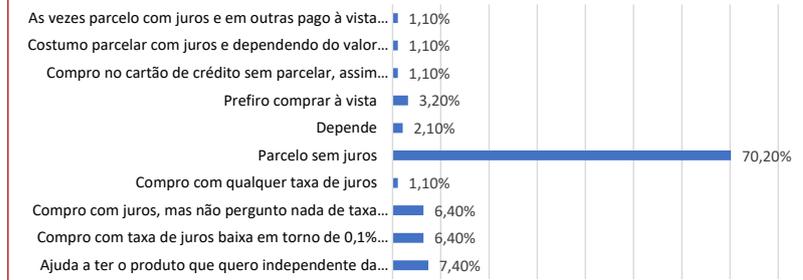
No Gráfico 16, o questionário solicitou opinião sobre os juros e as práticas advindas, e as respostas foram: 70,2% dos respondentes costumam parcelar sem juros, seguido de 7,4% que diz ajudar em ter o produto independentemente da quantidade de parcelas; 6,4% compra com juros sem perguntar dos juros; 6,4% compra com juros de 0,1% até 1% a.m.; 1,1% compra com qualquer taxa de juros; e 1,1%, com no cartão para o vencimento e assim não paga juros.

Portanto, fica claro que quando não conseguem fazer as compras à vista, eles optam pelo prazo com o cartão de crédito, mesmo sabendo dos juros embutidos, porém, a maioria, só parcela se não houver juros.

No Gráfico 17, foi abordado sobre a maneira como cada estudante faria para liquidar as dívidas em caso de não ter condições de saldá-las. Com isso, 61,5% dos estudantes disseram que a melhor opção é diminuir os gastos supérfluos, seguido de 18,3% de renegociar as dívidas, enquanto outros 13,8% buscariam renda extra; outros 4,6% pediriam emprestado aos familiares e 0,9% pediriam o cheque especial, enquanto 0,9% não fariam nada. Isto é, a grande maioria iria diminuir seus gastos desnecessários para assim evitar pagar juros e cair na inadimplência.

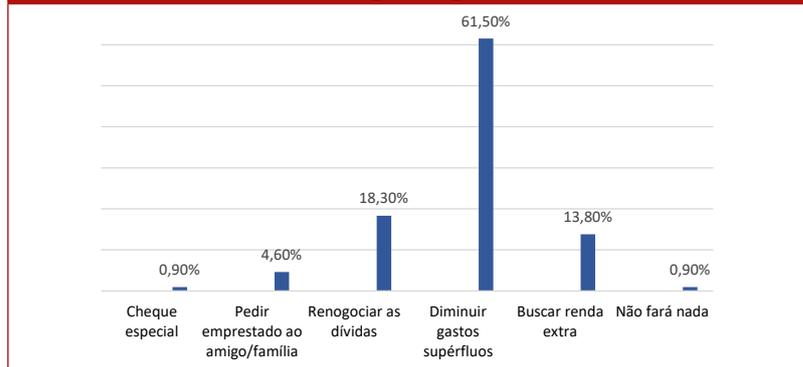
De acordo com o Gráfico 18, para os alunos respondentes, os conhecimentos em finanças pessoais são devido à experiência prática com 61,5%; em seguida, 54,1% por meios de cursos, palestras na universidade; 40,4% com a família; 33% em disciplinas de finanças no curso de Ciências Contábeis; 20,2% em revistas, rádios, televisão e livros; e 9,2% com amigos. Desse modo, conforme o Gráfico 18, os respondentes se consideram com conhecimento regular e satisfatório, correspondendo ao equivalente de 40,4%, enquanto 11,9% se consideram com conhecimento elevado e 7,3% não se consideram com conhecimentos em finanças pessoais.

Gráfico 16 – Se sim, opine sobre juros?



Fonte: dados do questionário aplicado via google forms (2020).

Gráfico 17 – Caso não consiga saldar as dívidas, como fará para liquidá-las?

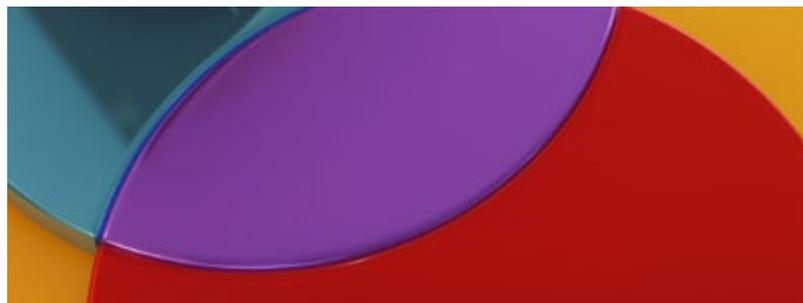


Fonte: dados do questionário aplicado via google forms (2020).

Gráfico 18 – Seus conhecimentos adquiridos sobre finanças pessoais foi devido a: (pode marcar mais de uma opção)



Fonte: dados do questionário aplicado via google forms (2020).



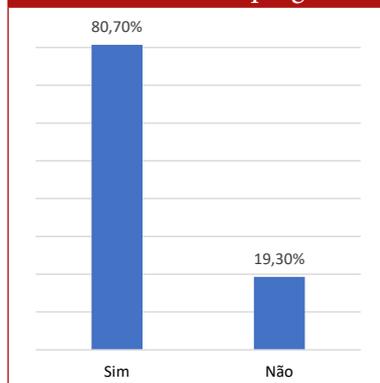
No Gráfico 20, mais de 80% dos alunos disseram conseguir economizar o que ganham; entre esses, as opções mais utilizadas para guardar, segundo o Gráfico 21, foi a caderneta de poupança, com 48,9%, seguido de 23,9% na renda fixa (CDB, RDB, LC, etc.) e outros 23,9% no “cofrinho”, em casa. Pela prática em economizar na caderneta de poupança, é possível afirmar que são alunos avessos ao risco, devido à facilidade do poupador em retirar o dinheiro na hora que quer, sem perda em ganhos, que depende da taxa de juros.

Percebe-se que os estudantes da pesquisa têm o perfil de não arriscar muito em seus investimentos, apesar de serem estudantes e com recursos bastante reduzidos para arriscar no mercado financeiro. Além disso, os estudantes da pesquisa buscam usar o cartão de crédito sem juros para não provocar endividamentos futuros, como acontece no Brasil, segundo pesquisa da Confederação de Bens, Serviços e Turismo.

## 5. Considerações Finais

Com base na pesquisa, os alunos do curso de Ciências Contábeis da UFPB/Campus IV que constam na

**Gráfico 20 – Você consegue economizar com o que ganha?**



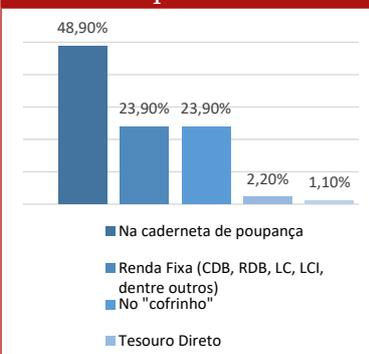
Fonte: dados do questionário aplicado via google forms (2020).

amostra apresentam um perfil de jovens do sexo masculino, em que mais da metade é de solteiros; boa parte (49,5%) com renda superior a R\$1.045,00 reais, em grande parte, provenientes de trabalho com carteira assinada e que estão no final do curso.

Entretanto, de todos os respondentes, 89% deles costumam planejar suas finanças, a maioria registrando em seu caderno e, em segundo lugar, em planilha de Excel, muito embora, apenas 26,6% costumam guardar dinheiro em casa, onde o lugar mais escolhido é o cofre, para escondê-lo.

No que se refere às contas, como aluguel, luz e água, mais de

**Gráfico 21 – Se sim, onde você costuma guardar esse dinheiro que economizou?**



Fonte: dados do questionário aplicado via google forms (2020).

50% dos alunos auxiliam no pagamento, enquanto nas contas de roupas, calçados e cosméticos, mais de 90% são responsáveis por pagá-los. Para tanto, mais de 50% optam por pagar essas últimas contas na forma a prazo, em que mais de 95% escolhem o cartão de crédito como forma de pagamento.

Todavia, mais de 80% sabem sobre os juros, por isso mais de 70% procuram fazer os parcelamentos sem juros; quando indagados de como fariam se, por acaso, não houvesse condições de saldar as dívidas, mais de 60% responderam que diminuiriam os gastos supérfluos para conseguir liquidar as dívidas.

“Pela prática em economizar na caderneta de poupança, é possível afirmar que são alunos avessos ao risco, devido à facilidade do poupador em retirar o dinheiro na hora que quer, sem perda em ganhos, que depende da taxa de juros.”

Contudo, mais de 80% dos respondentes conseguem fazer uma economia e, assim, mais de 48% aproveitam para guardar essa quantia economizada nas cadernetas de poupança. Sendo assim, acredita-se que essa é a opção mais utilizada pelo fato de a maioria já possuir contas em bancos e não precisar deduzir o imposto de renda.

Desse modo, quando questionados de que maneira foram instruídos sobre as finanças pessoais, mais de 61% afirmaram ser de ex-

periência prática, juntamente com mais 54% por meios de cursos, palestras na universidade, seguindo com 40,4% ter sido com a família e 33% em disciplinas de finanças no curso de Ciências Contábeis. Portanto, os estudantes se denominaram com conhecimentos satisfatórios e regulares, com mais de 40% cada, em finanças pessoais.

Como proposta para um novo trabalho de pesquisa e complementar ao estudo, é possível uma análise comparativa

acerca da atuação dos estudantes do curso de Ciências Contábeis nas finanças pessoais, tanto em instituições de ensino superior privada quanto pública.



## Referências

AGÊNCIA BRASIL. CNC: *percentual de famílias com dívidas chega a 72,9%*. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-08/cnc-percentual-de-familias-com-dividas-chega-729>>. Acesso em 23 de novembro de 2021.

ALVES, Leandro Oliveira. *Investimentos: um estudo de caso na formação de poupança dos jovens universitários*. 2016. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos17/28225319.pdf>>. Acesso em: 5 Jan. 2020.

BCB. Banco Central do Brasil. *Caderno de educação financeira – gestão de finanças pessoais*. Brasília: BCB, 2013. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/Cuidando\\_do\\_seu\\_dinheiro\\_Gestao\\_de\\_Financas\\_Pessoais/caderno\\_cidadania\\_financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf)>. Acesso em: 8 dez. 2019.

BRITO, Lucas Silva et al. A importância da educação financeira nos contextos acadêmico e profissional: um levantamento de dados com alunos universitários. *Anais In: IX SEGeT Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*. 2012. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/49616595.pdf>>. Acesso em: 5 Jan. 2020.

CAMPOS, Adilson Rodrigues. *A educação financeira em um curso de orçamento e economia doméstica para professores: uma leitura da produção de significados financeiro-econômicos de indivíduos-consumidores*. Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Jr. 2015. 242 p. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática.) - Pós-Graduação em Educação Matemática, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

CLAUDINO, Lucas Paravizo; NUNES, Murilo Barbosa; SILVA, Fernanda Cristina da. *Finanças Pessoais: um estudo de caso com os servidores públicos*. In: *Seminários em Administração*, XII, 2009, São Paulo. XII SEMEAD FEA-USP, 2009.

CNC. Confederação de Bens, Serviços e Turismo. *Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor*. Disponível em: [https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2021/11/Analise\\_PEIC\\_nov\\_2021.pdf](https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2021/11/Analise_PEIC_nov_2021.pdf). Acesso em 18 de dezembro de 2021.

CNC. Confederação de Bens, Serviços e Turismo. *Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor*. 2019. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/editorias/economia/noticias/endividamento-dos-brasileiros-cai-pela-primeira-vez-em-2019>>. Acesso em: 7 dez. 2019>.

DA SILVA, Maria de Fátima et al. Influência do planejamento financeiro nas decisões econômicas de universitários de administração em Caruaru-PE. *Revista Augustus*, v. 22, n. 44, p. 145-159, 2017.

DESSEN, Marcia. *Finanças Pessoais: o fazer com o meu dinheiro*. São Paulo: Trevisan, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788599519714/cfi/14/4/4@0.00:59.7>> Acesso em: 5 Fev 2020.

DIAS, Carina De Oliveira et al. Perfil de educação financeira dos acadêmicos dos cursos de ciências contábeis, administração e economia de uma instituição federal de ensino superior brasileira. *Brazilian Applied Science Review*, v. 3, n. 5, p. 2190-2211, 2019.

Estatuto da Juventude em Revista. 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/agosto/Estatuto\\_da\\_Juventude\\_em\\_Revista\\_V08.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/agosto/Estatuto_da_Juventude_em_Revista_V08.pdf). Acesso em 07 de dezembro de 2020.

FERREIRA, Rodrigo. *Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro*: Manual de finanças pessoais. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

FRANÇA, Lucia Helena de Freitas Pinho. *O envelhecimento populacional e seu reflexo nas organizações: a importância da educação ao longo da vida*. Boletim Técnico do Senac, v. 37, n. 2, p. 49-60, 2011.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008

GUINDANI, Roberto Ari; MARTINS, Tomas Sparano; CRUZ, June Alisson Westarb. *Finanças pessoais*. Editora Ibpx, 2008.

KIOSAKI, Robert; T. LECHTER, Sharon. *Pai Rico Pai Pobre*. Campus, 2000.

LIZOTE, Suzete Antonieta et al. Finanças pessoais: um estudo envolvendo os alunos de ciências contábeis de uma Instituição de Ensino Superior. *Revista da UNIFEFE*, [S.l.], v. 1, n. 19, p. 71-85, set/dez. 2016. ISSN 2177-742X. Disponível em: <<https://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/revistaeletronicadaunifebe/article/view/186/373>>. Acesso em: 08 dez. 2019

MALASSISE, Regina Lúcia Sanches; KFOURI, Ana Vitória; SAMPAIO, Helenara Regina. *Básico em Finanças Pessoais*, Universidade Federal Tecnológica do Paraná – Campus Londrina, Projeto de Curso de Extensão registrada sob nº 07/2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Mariana Ferreira Soares; TAKAMATSU, Renata Turola; AVELINO, Bruna Camargos. Finanças pessoais: uma análise do comportamento de estudantes de Ciências Contábeis. *Race: revista de administração, contabilidade e economia*, v. 17, n. 3, p. 819-840, 2018.

MARTINES, Edilaine de Aguiar; PORTEIRA, Mario Henrique Sellis. As bases para tomar decisões: um estudo sobre a educação financeira no Brasil. *Revista Empreenda UniToledo Gestão, Tecnologia e Gastronomia*, v. 2, n. 1, 2018.

MONTEIRO, Danilo Lima; FERNANDES, Bruno Vinícius Ramos; SANTOS, Wagner Rodrigues dos. *Finanças pessoais: um estudo dos seus princípios básicos com alunos da universidade de Brasília*. In: II Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis, 2011, Rio de Janeiro. AdCont 2011.

MOTA, Guilherme Pereira. Educação financeira x finanças pessoais: um estudo com os alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília. 2016.

PEREIRA, Glória. *A energia do dinheiro: Como fazer dinheiro e desfrutar dele*. Elsevier, 2003.

PIRES, Elandro Maicou et al. Manual de finanças pessoais: contabilidade pessoal, planejamento financeiro e fontes de investimentos utilizados na gestão e controle das finanças pessoais. 2005.

REIS, Davi Lemos; FORNARI, Marise Scapulatempo Bertolaccini; MARTINS, Edson. Finanças pessoais: a importância da educação financeira e a relação com outras áreas de finanças. *Revista Calafiori*, v. 3, n. 1, p. 115-129, 2019.

SANTOS, Bruna Medeiros dos. *O conhecimento dos alunos de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte no que tange educação financeira e finanças pessoais*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SANTOS, José Odálio dos. *Finanças pessoais para todas as idades: um guia prático*. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522485741/cfi/2691/4/4@0.00:38.7>>. Acesso em: 5 Feb 2020.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Revista de Administração pública*, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007.

SILVA, Ana Karine da; SILVA, Francisco Gildemir Ferreira da; FERREIRA, Julie Lima; CASTRO, Pablo Anthony Costa. FINANÇAS PESSOAIS: um estudo da relação entre a educação financeira e o endividamento dos servidores da Universidade Federal do Ceará. *Rev. Elet. Gestão e Serviços*. V.11, n2, Jul./Dez. 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/ana/Downloads/Silva\\_Silva\\_Ferreira\\_Castro\\_2020\\_Financas-Pessoais--Um-Estudo-d\\_61567.pdf](file:///C:/Users/ana/Downloads/Silva_Silva_Ferreira_Castro_2020_Financas-Pessoais--Um-Estudo-d_61567.pdf). Acesso em 18 de dez. 2021.

